



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1250

Segunda-feira - 03 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	3
Biguaçu	3
Bom Retiro	4
Braço do Trombudo	8
Caçador.....	9
Camboriú.....	10
Campo Alegre	18
Canoinhas.....	23
Capinzal	33
Catanduvas.....	36
Chapadão do Lageado	39
Concórdia	41
Cordilheira Alta	44
Corupá	46
Curitibanos	48
Faxinal dos Guedes.....	67
Forquilha.....	68
Fraiburgo.....	69
Garopaba.....	72
Garuva	73
Gaspar	74
Governador Celso Ramos	76
Herval d'Oeste	77
Ibiam	78
Imbituba	80
Ipumirim	80
Irineópolis	81
Itaiópolis	84
Itapiranga.....	85
Itapoá	91
Joaçaba.....	92
Lages	101
Lauro Muller	107
Lebon Regis.....	107
Luzerna	108
Macieira.....	121
Maracajá	122
Massaranduba.....	123
Meleiro	124
Navegantes.....	126
Nova Trento	129
Orleans	133
Paial.....	133
Palhoça	134
Papanduva.....	145
Paulo Lopes	150
Porto União.....	151

Rio do Sul.....	155
Santa Rosa do Sul	156
São Bento do Sul.....	158
São Domingos.....	166
São José.....	168
São Lourenço do Oeste.....	172
São Pedro de Alcântara.....	174
Schroeder	174
Siderópolis.....	188
Timbó	188
Três Barras	189
Tunápolis.....	190
Vargeão.....	192
Videira.....	193
Xavantina	195

Associações

EGEM	195
------------	-----

Consórcios

AGIR	195
CIGA	199
CINCO	201
CIS/AMMVI	202

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.196/2013

LEI N° 2.196/2013 - DE 21 DE MAIO DE 2013

"ALTERA PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O perímetro urbano do Município de Água Doce passa a ser delimitado pela descrição constante dos Anexos I e II desta Lei, com 15.799,79m (quinze mil, setecentos e noventa e nove metros e setenta e nove centímetros) e área total de 2.944.231,55m² (dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e um metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de maio de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

Lei Nº 2.197/2013

LEI Nº 2.197/2013 - DE 27 DE MAIO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.3.50.00.01.0000/88 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.3.90.00.01.0000/89 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

27.812.0040.2.037 MANUTENÇÃO DA C.M.E
3.3.90.00.01.0000/90 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de maio de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 035/2013

DECRETO Nº 035/2013 - DE 27 DE MAIO DE 2013

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.197, de 27 de maio de 2013,
DECRETA:

Art. 1º. Anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.3.50.00.01.0000/88 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será

utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0040.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.3.90.00.01.0000/89 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

27.812.0040.2.037 MANUTENÇÃO DA C.M.E
3.3.90.00.01.0000/90 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de maio de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA**Portaria Nº 277/2013**

PORTARIA Nº 277/2013

Concede Licença p/Tratamento de Saude.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor ALBANO WEBER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a contar de 24 de maio de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de maio de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 31 de maio de 2013.

Portaria Nº 278/2013

PORTARIA Nº 278/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 004/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, JULIANA APARECIDA DALPRA, para o Cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, para atuar como Professor II na E.M. Dom Afonso Niehues, a partir de 03 de junho de 2013 a 18 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de maio de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2013.

Portaria Nº 279/2013

PORTARIA Nº 279/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 004/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, ANA MARGARETE PEPLER BESEN, para o Cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, para atuar como Professor II na E. M. Dom Afonso Niehues, a partir de 03 de junho de 2013 a 18 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de maio de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2013.

Arroio Trinta

PREFEITURA**Decreto Nº 1538, de 27 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº 1538, de 27 de maio de 2013.

Autoriza Desmembramento de Área que Específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 3.472,25m², localizado entre a Rua Felix Antonio Spricigo e Rua Madalena Massaroli Nordio, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade da senhora LIRIA NORDIO SPRICIGO, objeto da matrícula RG nº 25.094 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: área 01 com 672,77m², área 02 com 558,00m², área 03 com 332,58m², área 04 com 437,79m², área 05 com 600,71m², área 06 com 405,10m², remanescendo uma área de 465,30m², conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de maio de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA**Portaria Nº 1715 de 21 de Maio de 2013**

PORTARIA nº 1715 de 21 de maio de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Marcela Adriana Loyola da Silva, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Marcela Adriana Loyola da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1759 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1759 de 24 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) GABRIELA DALWITT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GABRIELA DALWITT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/04/2013 a 31/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1760 de 24 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1760 de 24 de maio de 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1667, que nomeava a servidora Gabriela Dalwitt, do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de

julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1667 de 16 de maio de 2013, que nomeava a servidora Gabriela Dalwitt, para exercer o cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1762/2013

PORTARIA nº 1762/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N.º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, MONALISA CENCI, ocupante do cargo de provimento efetivo de NUTRICIONISTA I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 07/01/2013 a 05/07/2013.

Biguaçu, 24 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1763 de 28 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1763 de 28 de maio de 2013

Designa o Servidor Thiago de Lara Vieira, ocupante do cargo comissionado de Procurador Adjunto, inscrito na matrícula funcional nº 11827, para responder pelo Cargo de Diretor jurídico Operacional, da Fundação Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Thiago de Lara Vieira, ocupante do cargo comissionado de Procurador Adjunto, na Procuradoria Geral do Município, inscrito na matrícula funcional nº 11827, para responder, cumulativamente com a função que já exerce, pelo cargo comissionado de Diretor Jurídico Operacional, da Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 06/05/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 28 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 66/2013 PMB

Informamos aos interessados no PP 66/2013 PMB, que tem como objeto "contratação de empresa especializada em transporte de ônibus, van e microônibus, para a Secretaria da Cultura, Esporte Turismo e Lazer", que devido à impugnação feita pela empresa MANOEL BENTO DE CARVALHO, a Comissão de Pregão com base no Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município, acolhe a Impugnação em parte, alterando os itens 01 e 02 do edital, passando a ter a seguinte especificação:

ITEM 01 - 16.000 KM-R - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM MICROÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 24 PASSAGEIROS, COM AR CONDICIONADO, POLTRONA RECLINÁVEL E O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2009.

ITEM 02 - 10.000 KM-R - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM MICROÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 PASSAGEIROS, COM AR CONDICIONADO, VEÍCULO PARA USO CONVENCIONAL ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2009.

Sendo assim o Pregão será reaberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 12/06/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 12/06/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Sem mais para o momento.

Biguaçu, 28 de maio de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Bom Retiro

PREFEITURA

2175.13 - L. Altera Lei Estagiários

Lei n.º 2175/13 de 15.05.13.

DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Mediante prévia e expressa autorização do prefeito municipal, e com limitação nos recursos disponíveis, poderão os órgãos da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e outros órgãos públicos e associações sem fins lucrativos, com atuação no Município, que seja de relevante interesse para a comunidade, que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de sua formação, aceitar, como estagiários, alunos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos.

Art. 2º A seleção dos estagiários será feita diretamente pela Secretaria de Administração e Fazenda, com a participação das Secretarias da Educação e Bem Estar Social do Município, que deverão indicar ao menos um funcionário de carreira de cada uma, para acompanhar e selecionar os Estagiários, mediante a realização de entrevista prévia.

Art. 3º O número máximo de estagiários deve observar o limite de 20% em relação ao quadro de pessoal do município, e o número de vagas e seus setores serão determinados por Decreto do

Executivo.

§1o Para efeitos desta lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de servidores e empregados públicos existentes na administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

§2o Quando o cálculo do percentual disposto no caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§3o Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 4o A aceitação dos estagiários será feita com observância do disposto na Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 5o A realização do estágio não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e o município, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, no qual deve constar, pelo menos:

I - identificação do estagiário, da instituição de ensino, do agente de integração e do curso e seu nível;

II - menção de que o estágio não acarreta qualquer vínculo empregatício;

III - valor da bolsa mensal;

IV - carga horária semanal, distribuída nos horários de funcionamento do órgão ou entidade e compatível com o horário escolar;

V - duração do estágio, que não pode exceder a dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência;

VI - obrigação de cumprir as normas disciplinares de trabalho e de preservar o sigilo das informações a que tiver acesso;

VII - obrigação de apresentar relatórios, semestrais e final, ao dirigente da unidade onde se realizar o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem cometidas;

VIII - assinaturas do estagiário e responsáveis pelo órgão ou entidade concedente e pela instituição de ensino;

IX - condições de desligamento do estagiário;

X - menção do convênio ou contrato a que se vincula;

XI - matrícula e frequência.

Art. 6o O termo de compromisso celebrado será também firmado pelo agente de integração, quando o município utilizar desse auxiliar, ao qual compete verificar se o aluno interessado preenche as condições exigidas e providenciar a documentação competente necessária à sua contratação.

§1o Quando o município utilizar-se de agente de integração, deverá haver prévia licitação para sua escolha.

§2o - O agente de integração não poderá ser representante legal de qualquer das partes para firmar o termo de compromisso.

§3o Somente podem ser aceitos estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo órgão ou entidade nos quais se realizar o estágio.

§4o Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

§5o O estágio deve ser acompanhado efetivamente tanto pelo orientador da instituição de ensino como por supervisor do município, comprovados por vistos nos relatórios apresentados.

§6o Deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e aquelas previstas no termo de compromisso.

§7o A instituição de ensino e os agentes de integração são corresponsáveis em caso de descumprimento da lei municipal e da lei federal.

§8o A aceitação de estagiários só poderá ser efetuada se houver prévia e suficiente dotação orçamentária constante do orçamento da parte concedente do estágio.

Art. 7o A jornada de atividade em estágio será definida em comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo

de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I - quatro horas diárias e vinte semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais de ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - seis horas diárias e trinta semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Parágrafo único. Será considerado, para efeito de cálculo das horas de estágio para pagamento da bolsa, o controle da carga horária do estagiário.

Art. 8o A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá ser compatível com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio.

Art. 9o Serão concedidos aos estagiários dos órgãos da administração pública municipal, mencionados no art. 1o, caput, desta lei, os seguintes benefícios:

I - bolsa-auxílio no valor mensal de:

a) R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais) se estudantes de educação especial e de anos finais de ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos, pela carga horária semanal de vinte horas;

b) R\$ 327,00 (trezentos e vinte e sete reais) se estudantes de ensino superior, de educação profissional de nível médio e de ensino médio regular, pela carga horária semanal de trinta horas.

I - recesso remunerado.

§1o Em caso de faltas não justificadas, será realizado o desconto relativo às horas de ausência, da bolsa e dos auxílios concedidos.

§2o Consideram-se faltas não justificadas as que não disserem respeito a motivos de saúde do estagiário que não tenham comprovação médica.

§3o Os valores da bolsa-auxílio serão corrigidos nos mesmos índices e datas do reajuste salarial concedido aos servidores do quadro-geral do município.

Art. 10 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§1o O recesso de que trata este artigo deve ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§2o Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a um ano.

§3o Caso o recesso não possa ser gozado em virtude do término do estágio ou por outra razão, o estagiário terá direito a indenização em pecúnia do respectivo valor.

Art. 11 Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Art. 12 O seguro contra acidentes pessoais, de que trata o art. 9o, inciso IV, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, será contratado:

I - pela administração pública, através de apólice compatível com valores de mercado, quando o compromisso de estágio for celebrado diretamente com a instituição de ensino;

II - pelo agente de integração, quando o contrato de estágio for intermediado por esse auxiliar.

Art. 13 Ocorrerá o término do estágio:

I - automaticamente, ao término de seu prazo;

II - a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e interesse da parte concedente do estágio;

III - a pedido do estagiário;

IV - pela interrupção ou término do curso realizado na instituição de ensino a que pertença o estagiário.

Parágrafo único. A interrupção voluntária do curso pelo aluno, bem como sua conclusão, devem ser informados, imediatamente, pela instituição de ensino e pelo agente de integração, ao órgão da administração pública municipal ao qual o estagiário estiver vinculado, sob pena de co-responsabilidade em eventual ação judicial.

Art. 14 As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em cada ano na respectiva Lei de Orçamento.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis 1727/04 de 10 de março de 2004, a Lei 2044/10 de 10 de novembro de 2010 e a Lei 2077/2011 de 08 de junho de 2011.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 29 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

2176.13 - Lei Policia

Lei n.º 2176/13 de 29.05.13.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO E A AUXILIAR FINANCEIRAMENTE O DESTACAMENTO DA POLICIA MILITAR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica autorizado o Município de Bom Retiro a celebrar Convênio de Radiopatrulha com a Polícia Militar de Santa Catarina.

Parágrafo Único. A celebração de convênio de que trata este artigo visa garantir o atendimento da segurança do Município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado e a auxiliar o Destacamento da Polícia Militar de Santa Catarina, com atuação no Município de Bom Retiro com o valor mensal de até de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 3º O presente auxílio destina-se ao custeio de despesas com material de expediente, material de limpeza, manutenção e abastecimento das viaturas.

Parágrafo Único. A despesa será executada diretamente pela Polícia Militar, a qual encaminhará a Prefeitura Municipal as notas fiscais com a destinação: PMBR - Convênio Radiopatrulha.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

06.181.0058.2044 - Apoio Policia Militar - Convênio Radiopatrulha

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Rec. 01.00 - Recursos Ordinários

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de maio de 2013.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 29 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

54.13 - Decreto Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

Decreto nº 54/13 de 29.05.2013.

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 101 de 05/05/2000 e na Lei nº. 2134/12 de 12.07.12 em seu art. 13.

CONSIDERANDO, que o comportamento da receita realizada até o 2º. Bimestre de 2013 está indicando o comprometimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no anexo de metas fiscais.

CONSIDERANDO, os critérios de limitação de empenho estabelecidos na Lei Municipal nº. 2134/12 (LDO)

DECRETA:

Art. 1º. Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº. 101/2000 e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam contingenciadas a contratação de Horas Extras, Férias em pecúnia e Licença Prêmio em pecúnia, pelas Secretarias Municipais de Administração e Fazenda, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria da Saúde, Secretaria Municipal do Bem Estar Social, Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo bem como a redução 20% (vinte por cento) das quotas orçamentárias para aquisição de material de consumo e serviços de terceiros de todas as Secretarias Municipais.

Parágrafo Único. Fica criado, para assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa, um grupo de trabalho, composto pelo Secretário de Administração e Finanças, pela Contadora do Município, pelo Presidente do Controle Interno do Município e pela Assessoria Jurídica do Município, denominado "Comitê de Monitoramento", para controlar, acompanhar e monitorar o cumprimento das medidas determinadas, podendo, a critério da mesma, abrir exceções, desde que, requeridas e devidamente justificadas pelo Secretário Municipal responsável.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir do dia 03 de junho de 2013.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, em 29 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

568.05.13 - P. Ponto Facultativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 568/13 de 28.05.13

Ponto Facultativo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

Resolve:

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 31 de maio de 2013, por considerar inexpressivo para as atividades internas e externas das repartições públicas municipais, mantendo apenas os serviços essenciais de saúde.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de maio de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

569.05.13 - P. Remanejamento Angela M. Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 569/13 de 28.05.13

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Remanejar a servidora Ângela Maria de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Temporário do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - NAES, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - Escola do Campo Margarida B. Wiggers a partir do dia 28 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de maio de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

570.05.13 - P. Remanejamento Helio T. Silveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 570/13 de 28.05.13

Remaneja Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Remanejar o servidor Hélio Tadeu Silveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Temporário do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - NAES a partir do dia 28 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de maio de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

571.05.13 - P. Férias Maria e. N. Bianchi
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 571/13 de 28.05.13
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2011 (Dois Mil e Onze) a 2012 (Dois Mil e Doze) a funcionária Maria Eliza Nunes Bianchi, Ocupante do cargo de Fiscal de Tributos - Padrão I - Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 080/2013 de 22 de maio de 2013, para gozá-las a contar de 28 de maio com término no dia 26 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 28 de maio de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

572.05.13 - P. Férias Ericleia F. Mota
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 572/13 de 29.05.13
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Ericleia Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 081/2013 de 28 de maio de 2013, para gozá-las a contar de 29 de maio com término no dia 27 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 22 de maio de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

573.05.13 - P. Trat. Saude Neide M. Silveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 573/13 de 29.05.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 27 de maio de 2013, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 29 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

574.05.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Neide M. Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 574/13 de 29.05.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 28 de maio de 2013, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 29 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

575.05.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Jucelene G. S. Abreu

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 575/13 de 29.05.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 28 de maio de 2013, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Biblioteca Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 29 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

576.05.13 - P. Trat. Saude Saulo e. Besen

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 576/13 de 29.05.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 21 de maio de 2013, ao funcionário Saulo Etelvino Besen, ocupante do cargo de Médico - Padrão 1 - Nível 11, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 29 de maio de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 033/2013

DECRETO Nº 033/2013

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0732/2012 de 04.12.2012, etc

DECRETA

Art.1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 - Secretaria Obras/Estradas/Serv.urbanos/Agropecuários
15.451.0150.1.024 - Drenagem/Pavimentação/Sinalização/monitoramento com Câmeras.

4.4.9.0 00.00.00.00.00.0.1.000.0 (47) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

- Total R\$ 25.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2012.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de maio de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.565

DECRETO Nº 5.565, de 24 de maio de 2013.

Aprova "Loteamento Recanto da Natureza", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Recanto da Natureza", situado no Bairro Santa Catarina, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, de propriedade da Associação dos Núcleos Comunitários para Aquisição de Imóvel Popular - ACOMP, com área total de 65.817,00m² (sessenta e cinco mil, oitocentos e dezessete metros quadrados), objeto da matrícula nº 28.154, do Registro de Imóveis desta Comarca, tudo em conformidade com o Mapa e o Memorial Descritivo em anexo, que ficam fazendo parte integrante do mesmo.

Art. 2º Ficam assim distribuídas as áreas do "Loteamento Recanto da Natureza":

I - 28.321,35m² (vinte e oito mil, trezentos e vinte e um metros e trinta e cinco decímetros quadrados), destinados à formação de 75 lotes;

II - 9.369,10m² (nove mil, trezentos e sessenta e nove metros e dez decímetros quadrados), destinados à Área de Vias Públicas;

III - 14.127,02m² (quatorze mil, cento e vinte e sete metros e dois decímetros quadrados), destinados à Área Verde;

IV - 3.536,50m² (três mil, quinhentos e trinta e seis metros e cinquenta decímetros quadrados), destinados à Área Institucional;

V - 10.463,03m² (dez mil, quatrocentos e sessenta e três metros e três decímetros quadrados), destinados à Área de Preservação Permanente - APP.

Art. 3º O registro do "Loteamento Recanto da Natureza", no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Os serviços de Infra Estrutura deverão ser efetuados num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses e são de total responsabilidade do loteador.

Art. 5º Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os lotes da quadra "A", de nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06 do "Loteamento Recanto da Natureza", até que as obras de infra-estrutura sejam totalmente concluídas, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008 e suas alterações.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.568

DECRETO nº 5.568, de 24 de maio de 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 549,00m² (quinhentos e quarenta e nove metros quadrados), objeto da matrícula nº 15.975, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Jairo Gerônimo Coelho de Souza esquina com a Rua Maria Schumann Rotta, Bairro Santa Catarina, de propriedade de Adroaldo Efraim Prestes e Julene Salete Schneider Prestes, resultando após o desmembramento em dois lotes urbanos, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, com as seguintes medidas e confrontações:

I - lote "A" com área de 266,74m² (duzentos e sessenta e seis metros e setenta e quatro decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com o Lote "B", medindo 10,70m; ao Noroeste, com o Lote nº 43 de Célio Alonso de Souza, medindo 10,50m; ao Nordeste, com o Lote "B", medindo 10,70m; ao Sudeste, com a Rua Jairo Gerônimo Coelho de Souza, medindo 11,50; ao Sudoeste, com o Lote nº 49 de Wilmar Adriano Heinz, medindo 16,00m; e, ao Sul, com o Lote nº 50 de Vitória Maria Gris Preveda, medindo 12,00m.

II - lote "B" com área de 282,26m² (duzentos e oitenta e dois metros e vinte e seis decímetros quadrados), confrontando: ao Noroeste, com o Lote nº 43 de Célio Alonso de Souza, medindo 19,50m; ao Nordeste, com a Rua Maria Schumann Rotta, medindo 15,00m; ao Sudeste, com a Rua Jairo Gerônimo Coelho de Souza, medindo 11,50m; ao Sudoeste, com o Lote "A", medindo 10,70m; e, ao Sul, com o Lote "A", medindo 10,70m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

IPASC

Portaria N. 598, de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA N. 598, de 24 de maio de 2013.

Revisa proventos de aposentadoria de VEROMILDA VISLOSKI PIRAN, concedida pela Portaria nº 429, de 19/08/2011.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei

Municipal nº 093/2006, mais o previsto na Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, que acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41/2003,

Resolvem:

Art. 1º Revisar o valor do benefício de aposentadoria por invalidez permanente com proventos integrais, concedida pela Portaria nº 429, de 19/08/2011, a VEROMILDA VISLOSKI PIRAN, matrícula nº 3248, nos termos da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, que passam a ser pagos a partir da data da Emenda Constitucional, na proporcionalidade de 37,89%, calculados sobre a última remuneração de contribuição na atividade, importando o valor dos proventos e da complementação até atingir o vencimento básico municipal no valor de R\$ 736,05 (setecentos e trinta e seis reais e cinco centavos), assegurando-se a paridade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 01 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 24 de maio de 2013.

ALCEDIR FERLIN
Diretor Presidente

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
Diretora Administrativa

Portaria N. 599, de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA N. 599, de 24 de maio de 2013.

Revisa proventos de aposentadoria de NILVA PEREIRA, concedida pela Portaria nº 424, de 12/07/2011.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 093/2006, mais o previsto na Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, que acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41/2003,

Resolvem:

Art. 1º Revisar o valor do benefício de aposentadoria por invalidez permanente com proventos integrais, concedida pela Portaria nº 424, de 12/07/2011, a NILVA PEREIRA, matrícula nº 3242, nos termos da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, que passam a ser pagos a partir da data da Emenda Constitucional, na proporcionalidade de 81,97%, calculados sobre a última remuneração de contribuição na atividade, importando o valor dos proventos em R\$ 797,32 (setecentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos), assegurando-se a paridade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 01 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 24 de maio de 2013.

ALCEDIR FERLIN
Diretor Presidente

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
Diretora Administrativa

Dispensa de Licitação Nº 03/2013

Dispensa de Licitação nº 03/2013

Processo de Licitação nº 04/2013

CONTRATADA: COPPINI & CIA LTDA EPP (CNPJ 08.729.009/0001-40) OBJETO: aquisição de licença de uso de Sistema (software) para cálculos de aposentadorias e pensões. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 5.400,00. Moacir Coppini, Administrador da COPPINI & CIA LTDA EPP. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Caçador, 27 de maio de 2013.

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.540/2013

LEI N.º 2.540/2013

Altera a Lei Municipal n.º 2.523 de 26 de março de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica acrescido o artigo 1º-A na Lei Municipal n.º 2.523/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º-A O percentual de atualização previsto no caput do artigo 1º desta Lei também será aplicado ao vencimento dos Profissionais do Magistério Público Municipal que recebem acima do piso salarial inicial previsto na Lei Municipal n.º 2.332/2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 22 de maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.541/2013

LEI N.º 2.541/2013

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica denominada de RUA: "VICTOR PEDRO CORREA", a continuação da via já denominada, situada no Bairro Centro, registrada na Secretaria de Planejamento como "Travessa 32", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 279, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 23 de maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.542/2013

LEI N.º 2.542/2013

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "SANTA APARECIDA", a continuação da via já denominada, situada no Bairro São Francisco de Assis, loteamento Garden São Francisco, registrada na Secretaria de Planejamento como "Rua Projetada A", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6008, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 23 de maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.543/2013

LEI N.º 2.543/2013

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo do Município de Camboriú autorizada a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no orçamento do exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Camboriú, aprovado por meio da Lei Municipal n.º 2.477, de 29 de outubro de 2012 (Lei Orçamentária Anual).

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 - Urbanismo
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana
Projeto: 1.005 - Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0090 - Operações de Crédito Interna
VALOR: R\$ 10.000.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei Federal n.º 4.320/1964, artigo 43, § 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da operação

de crédito autorizada pela Lei n.º 2.526, de 02 de abril de 2013.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o presente exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ / SC,
Em, 23 de maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 14/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2013-FUNDESB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS BOCAS DE LOBO, CONserto DE CAIXA DE INSPEÇÃO DE PASSAGEM E NOVAS LIGAÇÕES DE ESGOTO DAS RUAS DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 13 (Treze) de Junho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 28 de Maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 629 - 633/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 629/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHX9523	55959890B	5185/1	21/02/2010	167
AIC8746	55370967C	6130/0	14/01/2010	214 * II
AMQ4033	55370863C	5185/1	27/01/2010	167
BPW8568	55369634C	6599/2	22/01/2010	230 * V
BRE3443	55369645C	5045/0	26/01/2010	162 * V
BTN0406	55370178C	5010/0	22/12/2009	162 * I
BTN0406	55370179C	6599/2	22/12/2009	230 * V
BTN0406	55370180C	6912/0	22/12/2009	232
CCA9419	55956346B	6599/2	08/02/2010	230 * V
CEC6425	55371666C	5185/1	23/02/2010	167
HVG2490	55371055C	5274/3	10/01/2010	175
IEA8751	55369633C	7340/0	22/01/2010	252 * IV
IEP8424	55370980C	6564/0	14/02/2010	230 * II
IGT0271	55371007C	7366/2	27/01/2010	252 * VI
LWW7806	55369631C	6912/0	21/01/2010	232
LXJ6773	55371000C	5010/0	23/02/2010	162 * I
LXK1941	55371351C	6556/1	20/01/2010	230 * I
LXM6365	55370531C	5185/1	22/02/2010	167
LXO7583	55371230C	6920/0	18/02/2010	233
LYP9274	55370836C	7234/0	05/02/2010	250 * I * a
LYQ5298	55371231C	6920/0	18/02/2010	233
LYU9540	55370738C	6050/1	06/02/2010	208
LYW0757	55369626C	6912/0	21/01/2010	232
LZQ6871	55369996C	5525/0	04/02/2010	181 * XV
MBE6899	55371054C	5568/0	06/01/2010	181 * XIX
MBO3935	55370834C	7234/0	05/02/2010	250 * I * a

MBO6327	55370814C	5185/1	15/01/2010	167
MBO6327	55370815C	5274/2	15/01/2010	175
MBR4405	55960031B	5959/1	28/01/2010	203 * IV
MBZ7335	55369872C	6602/0	10/03/2010	230 * VI
MBZ7335	55369873C	7099/1	10/03/2010	244 * VII
MCC6668	55370862C	5185/1	22/01/2010	167
MCE7174	55960036B	5207/0	04/02/2010	169
MCF1281	55371341C	5185/1	05/02/2010	167
MCF5380	55369618C	6599/2	18/01/2010	230 * V
MCF9062	55370440C	5274/1	24/01/2010	175
MCF9062	55370441C	5819/1	24/01/2010	193
MCF9062	55370442C	5835/0	24/01/2010	195
MCF9062	55370443C	7056/2	24/01/2010	244 * III c/c §1º
MCH7316	55370829C	5878/0	02/02/2010	199
MCQ3691	55369731C	6653/1	18/02/2010	230 * XI
MCQ3691	55369732C	5207/0	18/02/2010	169
MCW8223	55371702C	5819/2	10/02/2010	193
MDA5626	55371317C	5185/1	28/01/2010	167
MDJ3305	55370866C	6050/1	27/01/2010	208
MDL7076	55370612C	5738/0	26/01/2010	186 * II
MDO8190	55371600C	6599/2	08/03/2010	230 * V
MDP1299	55371121C	5045/0	20/01/2010	162 * V
MEC5045	55370397C	5819/2	22/01/2010	193
MEE4440	55371705C	5010/0	18/02/2010	162 * I
MEE4440	55371706C	6912/0	18/02/2010	232
MEE7164	55371604C	5010/0	30/01/2010	162 * I
MEE7164	55371605C	7340/0	30/01/2010	252 * IV
MEJ5453	55959809B	5738/0	10/02/2010	186 * II
MEJ6247	55370878C	5185/1	28/01/2010	167
MEK7778	55369930C	6556/1	18/01/2010	230 * I
MEQ2235	55369935C	6548/2	24/01/2010	229
MEQ4728	55371131C	5819/2	05/02/2010	193
MET7862	55371618C	5045/0	11/02/2010	162 * V
MET7862	55371619C	6912/0	11/02/2010	232
MET7862	55371620C	6599/2	11/02/2010	230 * V
MEX2211	55370927C	6599/2	25/02/2010	230 * V
MEX2211	55370928C	6912/0	25/02/2010	232

MEX6212	55370646C	5819/2	05/02/2010	193
MFF6443	55370610C	5738/0	26/01/2010	186 * II
MFF7130	55369939C	5835/0	03/02/2010	195
MFF7130	55369940C	6076/0	03/02/2010	210
MFK3198	55370431C	6050/1	16/01/2010	208
MFK7670	55370350C	6920/0	15/01/2010	233
MFL7541	55369614C	5010/0	15/01/2010	162 * I
MFL7541	55369615C	6912/0	15/01/2010	232
MFL7541	55369616C	6653/1	15/01/2010	230 * XI
MFO4199	55370014C	5819/2	02/02/2010	193
MFO6159	55370982C	5185/1	18/02/2010	167
MFS1427	55371072C	5452/1	14/01/2010	181 * VIII
MFV4299	55369941C	6122/0	03/02/2010	214 * I
MGA1413	55369987C	7340/0	31/01/2010	252 * IV
MGA6244	55369577C	7340/0	09/01/2010	252 * IV
MGE5652	55369867C	6912/0	01/02/2010	232
MGE5652	55369868C	6599/2	01/02/2010	230 * V
MGK7042	55369975C	6610/2	30/12/2009	230 * VII
MGK7042	55371564C	5835/0	08/02/2010	195
MGK7042	55371565C	5274/1	08/02/2010	175
MGK7042	55371566C	5819/1	08/02/2010	193
MGK7042	55371567C	5010/0	08/02/2010	162 * I
MGK7042	55371568C	5061/0	08/02/2010	163 c/c 162 * I
MGK7042	55371569C	6726/1	08/02/2010	230 * XVIII
MGK7042	55371570C	6912/0	08/02/2010	232
MGM9140	55370976C	6653/2	28/01/2010	230 * XI
MGM9140	55370977C	7064/0	28/01/2010	244 * IV
MGM9140	55370978C	7366/2	28/01/2010	252 * VI
MGY2771	55371313C	5185/1	27/01/2010	167
MHF0855	55371321C	5185/1	29/01/2010	167
MHG1280	55959812B	5010/0	06/03/2010	162 * I
MHG1280	55959813B	5061/0	06/03/2010	163 c/c 162 * I
MHG1280	55959814B	5720/0	06/03/2010	186 * I
MHG1280	55959816B	5835/0	06/03/2010	195
MHG1280	55959817B	5274/1	06/03/2010	175
MHG4902	55369582C	7048/1	13/01/2010	244 * II
MHG6880	55958550B	6599/2	08/12/2009	230 * V

MHR7710	55370148C	5010/0	11/02/2010	162 * I
MHR7710	55370149C	5061/0	11/02/2010	163 c/c 162 * I
MHR7710	55370150C	6912/0	11/02/2010	232
MII8920	55371601C	7340/0	30/01/2010	252 * IV
MIS5760	55370137C	5819/2	27/01/2010	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 633/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
ADF6913	55371960C	6912/0	02/04/2010	232
ADF6913	55371961C	5045/0	02/04/2010	162 * V
ADF6913	55371962C	5169/1	02/04/2010	165
ADF6913	55371963C	5037/1	02/04/2010	162 * III
AKH8182	55370136C	7030/2	04/01/2010	244 * I
ANL8860	55371247C	6599/2	08/03/2010	230 * V
APM1558	55370092C	5185/1	02/04/2010	167
DLG3095	55370097C	5185/1	02/04/2010	167
HPH4921	55370560C	5185/1	02/04/2010	167
HPH4921	55370574C	7366/2	02/04/2010	252 * VI
KOZ4219	55370074C	5010/0	01/04/2010	162 * I
LXH8542	55371410C	5169/1	28/03/2010	165
LXU6567	55370093C	5185/1	02/04/2010	167
LYK1656	55370696C	5185/1	30/03/2010	167
LYS4806	55370699C	7340/0	30/03/2010	252 * IV
LYW5816	55371670C	6548/2	26/03/2010	229
MBI4383	55371671C	6548/2	26/03/2010	229
MBN4621	55959989B	5010/0	25/12/2009	162 * I
MBN4621	55959990B	5061/0	25/12/2009	163 c/c 162 * I
MBP9715	55371139C	5010/0	05/03/2010	162 * I
MBP9715	55371140C	5061/0	05/03/2010	163 c/c 162 * I
MBW9143	55371603C	5819/2	30/01/2010	193
MBZ8889	55371226C	7366/2	15/02/2010	252 * VI
MCD2031	55370672C	5010/0	25/03/2010	162 * I
MCX7482	55370925C	5010/0	24/02/2010	162 * I
MDA4800	55371777C	6599/2	21/02/2010	230 * V

MDD6888	55371794C	6050/1	10/03/2010	208
MDN9843	55371781C	6653/1	25/02/2010	230 * XI
MDV3013	55371249C	6920/0	08/03/2010	233
MEC7164	55370534C	5010/0	23/02/2010	162 * I
MEG1469	55370060C	6912/0	30/03/2010	232
MEK3023	55371790C	6726/1	08/03/2010	230 * XVIII
MEP9788	55370073C	7340/0	30/03/2010	252 * IV
MEZ7204	55370094C	5185/1	02/04/2010	167
MFC0755	55371761C	6270/0	08/02/2010	220 * II
MFC0755	55371762C	6327/0	08/02/2010	220 * VII
MFC0755	55371763C	6076/0	08/02/2010	210
MFC0755	55371764C	5207/0	08/02/2010	169
MFS5568	55370671C	5541/1	25/02/2010	181 * XVII
MGF6611	55370072C	7340/0	30/03/2010	252 * IV
MGM6577	55372001C	6556/1	08/03/2010	230 * I
MGP4346	55371379C	5819/7	25/02/2010	193
MJS9620	55371858C	6653/1	28/02/2010	230 * XI
MKM3590	55372365C	6726/1	28/03/2010	230 * XVIII
MKM3590	55959819B	5010/0	28/03/2010	162 * I
MKM3590	55959820B	6912/0	28/03/2010	232
MKM3590	55959821B	6556/5	28/03/2010	230 * I
MKM3590	55959822B	6599/2	28/03/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.781 de 03 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.781 DE 03 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. EVELYN STOCKCHNEIDER, para exercer o cargo de Professor IV - Inglês, Registro no Sistema sob o nº 955258, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 940,25 (novecentos e quarenta reais, vinte e cinco centavos) mensais, pelo período de 03 de junho de 2013 a 19 de dezembro de 2013, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 013/2012, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 03/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.782 de 03 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.782 DE 03 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ANA LUIZA MAZZONI BALDINI, no cargo público e função de Psicólogo, matrícula funcional nº 000737, registro no sistema sob nº 955259, Regime Estatutário, a partir de 03 de junho de 2013, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar nº 006/2002, é o de Nível 6, Sub-Nível 61, referência A, no valor de R\$ 2.767,38 (dois mil, setecentos e sessenta e sete reais, trinta e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ANA LUIZA MAZZONI BALDINI em 3º lugar no Concurso Público nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.783 de 03 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.783 DE 03 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreto:

Art.1º) Exonerar o Sr. GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, matrícula funcional nº. 000495, registro no sistema sob o nº. 954517, do Cargo de Chefe da Casa da Cidadania e Junta de Serviço Militar, do Quadro de Cargos de Função Gratificada a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.784 de 03 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.784 DE 03 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CHEFE DA CASA DA CIDADANIA E JUNTA MILITAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 030 de 22 de dezembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal Sr. JOSÉ MAURO SCHWARZ, matrícula funcional nº 000035, registro no sistema sob nº 47700, para exercer a função de Chefe da Casa da Cidadania e Junta Militar, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.197,68 (um mil, cento e noventa e sete reais, sessenta e oito centavos) mensal, Código nº 10 da Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 030 de 22 de dezembro de 2005 lotado no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 03/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.001 de 28 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.001 DE 28 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora pública municipal ocupante do cargo Professor I na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais - CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2005 á 01 de novembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.002 de 28 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.002 DE 28 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora pública municipal ocupante do cargo Professor I na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais - SILVIA SCHMANSKI BLASKOWSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 11 de fevereiro de 2008 á 11 de fevereiro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.003 de 28 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.003 DE 28 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora pública municipal ocupante do cargo Professor I na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais - BERTINA BAHR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 02 de fevereiro de 2008 á 02

de fevereiro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.004 de 28 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.004 DE 28 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora pública municipal ocupante do cargo Professor I na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais - GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, Matrícula Funcional nº 000194, Registro no Sistema sob nº 306000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2008 á 15 de fevereiro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.005 de 28 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.005 DE 28 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda

corrente oficial, a servidora pública municipal ocupante do cargo Professor I na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais - SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, Registro no Sistema sob nº 101970, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2010 á 06 de fevereiro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.006 de 28 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.006 DE 28 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora pública municipal ocupante do cargo Professor I na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais - SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS, Matrícula Funcional nº 000069, Registro no Sistema sob nº 294080, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de dezembro de 2008 á 01 de dezembro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.007 de 28 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.007 DE 28 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora pública municipal ocupante do cargo Professor I na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais - ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2007 á 16 de março de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.008 de 29 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.008 DE 29 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; RESOLVE:

Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. DJONI MÜLLER, matrícula funcional nº 000524, registro no sistema sob nº 955136, ocupante do cargo público de Agente Operacional V, na função de Pedreiro/ Carpinteiro, nomeado pelo Decreto Municipal nº 7.258 de 05 de setembro de 2012, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a partir de 01 de abril de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.009 de 29 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.009 DE 29 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE: Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, matrícula funcional nº 000251, registro no sistema sob nº 726900, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.670 de 09 de maio de 1994, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 22 de fevereiro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de fevereiro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.010 de 29 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.010 DE 29 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 75 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e Lei Municipal nº 3.886 de 07 de novembro de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Ceder a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Auxiliar de Enfermagem, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, para desempenhar suas funções na Sede do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina, no Município Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: a cessão de que trata o caput deste Artigo será até 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A remuneração da Servidora cedida ficará com ônus do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, não tendo qualquer vínculo empregatício com o Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de janeiro de 2013.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.011 de 29 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.011 DE 29 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE: Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. VERONICA DA CRUZ DE SIQUEIRA, matrícula funcional nº 000618, registro no sistema sob nº 954981, ocupante do cargo público na função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 6.824 de 23 de janeiro de 2012, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01 de março de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Julgamento Pregão 59/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 59/2013 – modalidade Pregão (presencial) Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 59/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a composição gráfica e cópia de impressos para o serviço de Bloco de Produtor Rural. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Albgraf Formulários Contínuos Ltda, CNPJ 05.665.084/0001-04. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e Certidão Simplificada para valer-se da Lei Complementar

nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento do licitante sendo Sr. Maicon Henrique Albano, representante. O critério de julgamento é o menor preço UNITÁRIO. Passou-se a abertura do envelope da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada no respectivo item, obtendo o seguinte resultado:

ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Albgraf Formulários Contínuos Ltda	0,25	0,22	1ª	HABILITADA

ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Albgraf Formulários Contínuos Ltda	0,70	0,65	1ª	HABILITADA

Considerando a classificação e habilitação da empresa Albgraf Formulários Contínuos Ltda a Pregoeira a declara vencedora dos itens 01 e 02, com os valores informados na planilha acima (na coluna "Valor proposta após lances". Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

LILIAN TEREZINHA BARTSCH
Membro da equipe de apoio

IRINEU WOITSKOVSKI JUNIOR
Membro da equipe de apoio

MAICON HENRIQUE ALBANO
Representante legal

Albgraf Formulários Contínuos Ltda

Resultado Julgamento Pregão 60/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 60/2013 - modalidade Pregão (presencial) Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Jefferson Jean Duvoisin e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 60/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de madeiras de eucalipto (considerando a deserção do processo licitatório nº 53/2013). Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Desdobramento de Madeiras A Sell Ltda (CNPJ 80.985.625/0001-99). A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e Certidão Simplificada para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento

do licitante sendo Sr. Adilson Jorge Sell, representante. O critério de julgamento é o menor preço UNITÁRIO com fixação de valor máximo (de R\$ 360,00 o m³). Passou-se a abertura do envelope da proposta. A empresa Desdobramento de Madeiras A Sell Ltda apresentou proposta com o valor unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), não concedendo desconto, fechando a proposta no valor inicial apresentado. Após o julgamento da proposta, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa licitante, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e a habilitação da empresa Desdobramento de Madeiras A Sell Ltda a Pregoeira a declara vencedora da presente licitação com o valor unitário de R\$ 350,00 o m³ (madeira eucalipto). Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Membro da equipe de apoio

IRINEU WOITSKOVSKI JUNIOR
Membro da equipe de apoio

ADILSON JORGE SELL
Representante legal

Desdobramento de Madeiras A Sell Ltda

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 5.100 de 22/05/2013

LEI Nº. 5.100 DE 22/05/2013

"AUTORIZA CESSÃO DE USO DE AUTOMÓVEL À POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ÓRGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão de uso à Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, órgão da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, de um automóvel TOYOTA HILUX CD 4X4 STD, veículo novo zero km, com capacidade para 05 pessoas, ano de fabricação 2013, modelo 2013, combustível Álcool/Gasolina (Flex), cor Branca, Placa MLK 8113, Chassi: 8AJFX22G0D6004921, Renavam 536210080, pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, conforme o interesse das partes.

Art. 3º - A cessão de uso do referido automóvel destina-se única e exclusivamente para uso da Polícia Civil de Canoinhas.

Art. 4º - Fica expressamente vedada a alienação do automóvel objeto da cessão de uso de que trata esta lei, a qualquer título, e a alteração da destinação prevista nesta LEI.

Art. 5º - A infração a qualquer dos dispositivos constantes da presente Lei, implicará na rescisão da cessão de uso, sem resultar em qualquer ônus à municipalidade.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.101 de 22/05/2013

LEI Nº. 5.101 DE 22/05/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a cessão de uso, à Associação de Moradores de Rio de Areia do Meio, com sede naquela localidade, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.325.163/0001-19, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme o interesse das partes, dos bens móveis adiante descritos:

I - 01 (um) distribuidor de calcário;
II - 01 (uma) Ensiladeira.

Art.2º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a cessão de uso, à Associação de Moradores do Alto de Pinheiros, com sede naquela localidade, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.693.328/0001-91, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme o interesse das partes, dos bens móveis adiante descritos:

I - 01 (um) distribuidor de calcário;
II - 01 (um) Arado Subsolador;

Art.3º - Os equipamentos objetos das cessões de uso previstas nos artigos anteriores foram cedidos por intermédio do TCU 038/2013, firmado entre o Município de Canoinhas e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca/Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FDR.

Art.4º - As Cessionárias se responsabilizam pela manutenção e conservação dos bens, zelando pelo seu uso em conformidade com os ditames da lei do bem público.

Art.5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.102 de 22/05/2013

LEI Nº. 5.102 DE 22/05/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BEM MÓVEL INSERVÍVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 17, II, a, da Lei Federal nº. 8.666/93, a efetuar a doação do bem móvel abaixo descrito, conforme laudo de bens inservíveis em anexo, à Sociedade Esportiva Recreativa Cultural Estrela Azul (SERCEA), inscrita no CNPJ sob nº. 79.376.562/0001-94, com sede na Rua Matias Muller, s/n, bairro Piedade, Canoinhas/SC.

Parágrafo Único - 01 (uma) tela de arame galvanizado revest/PVCfo 12, malha 7,50 cm = 1.80 ALT. x 500 ML = 900 m².

Art. 2º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a dar baixa do bem arrolado no artigo anterior do patrimônio público municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.103 de 22/05/2013

LEI Nº. 5.103 DE 22/05/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 4.062 - Apoio ao Hospital Santa Cruz de Canoinhas

3.3.50.00.00.00.00 -Transf. a inst. privadas s/ fins lucrativos 100.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º- Para suporte do que tratam os artigos 1º e 2º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei

Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Projeto 1.015 - Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00

Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 3º- As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.104 de 22/05/2013

LEI Nº. 5.104 DE 22/05/2013

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2013, a título de subvenção social à entidade abaixo relacionada:

I - Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, até o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), destinado a cobrir as despesas com material hospitalar, medicamentos, despesas com pessoal e encargos sociais, material de expediente, material de limpeza e outros materiais e serviços que concorram para manutenção das atividades da referida entidade.

ART. 2º - O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º, poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

ART. 3º - A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Trabalho apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único. A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

ART. 4º - É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de termos de ajuste com esta municipalidade.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5090 de 25/04/2013

LEI Nº. 5090 DE 25/04/2013

DENOMINA RUA PEDRO LEAL DE BARROS

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Pedro Leal de Barros a via pública que tem seu início na margem esquerda da Av. Vereador Guilherme Prust, localizada do lado contrário e entre as Ruas Vitalina Honorato de Lima e Alfredo Mayer.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5091 de 25/04/2013

LEI Nº. 5091 DE 25/04/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI

FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação Comunitária São Francisco de Assis, inscrita no CNPJ sob nº 15.731.079/0001-06, com sede e foro em Canoinhas.

Parágrafo único: À entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 25 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5092 de 10/05/2013

LEI Nº. 5092 DE 10/05/2013

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - As associações, institutos e fundações, que sirvam desinteressadamente à coletividade, com sede no Município de Canoinhas, poderão ser declaradas de utilidade pública municipal, a pedido da interessada e mediante lei municipal, de iniciativa de qualquer dos Poderes, que reconheça esta condição.

Art. 2º - O pedido de declaração de utilidade pública deverá ser instruído com no mínimo os seguintes documentos:

- a) Estatuto Social e suas alterações ou outro ato constitutivo que a lei estabeleça;
 - b) Cartão do CNPJ;
 - c) Declaração firmada pelo Presidente da entidade, sob as penas da lei, que está em efetivo e contínuo funcionamento, com a observância dos estatutos;
 - d) Declaração, firmada sob as penas da lei, que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretextos;
 - e) Ata ou comprovante de eleição da Diretoria atual;
 - f) Certidões de antecedentes criminais de seus Diretores, sendo no mínimo do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro;
- § 1º - A falta de qualquer dos documentos enumerados neste artigo importará no arquivamento da proposição na segunda votação do Projeto de Lei.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto das demais disposições deste artigo, fica facultado às Comissões Técnicas do Legislativo solicitar quaisquer outras informações adicionais referente à entidade.

Art. 3º Sempre que houver requerimento da Câmara de Vereadores solicitando que a entidade beneficiaria preste contas e suas atividades e/ou dos recursos públicos que lhe foram transferidos, deverá a beneficiária apresentar as informações no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cassação do termo de utilidade pública.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as Leis nº 3.537/2002, 3.891/2005 e 4.220/2007.

Canoinhas/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5093 de 16/05/2013

LEI Nº. 5093 DE 16/05/2013

"NOMEIA REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O 6º JOGOS DA TERCEIRA IDADE - JASTI, AUTORIZA ADIANTAMENTO DE VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas no 6º Jogos da Terceira Idade - JASTI, Etapa Estadual, que será realizado no Município de Ita-SC, os atletas abaixo nominados:

I - Atletas Dominó Masculino:

- a) Celso Glinski;
- b) Celestino Pieczarka;
- c) Virgilio dos Anjos.

II - Atletas Bolão 23 Feminino:

- a) Renilda Todt Wendt;
- b) Amélia Adélia Thien;
- c) Laudi Chavier de Assis dos Santos;
- d) Dolores Steilein Correia;
- e) Dirce Andrade.

Art. 2º. Poderão realizar-se no regime de adiantamento as despesas decorrentes de:

I - Transporte, alimentação e estada das delegações especificadas no artigo anterior, representativos do Município, através de servidor público municipal indicado pela Fundação Municipal de Esportes.

Parágrafo Único. O servidor responsável por adiantamento é obrigado a prestar contas de sua aplicação, nos termos da lei e Resolução 16/94 do TCE.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5094 de 20/05/2013

LEI Nº. 5094 DE 20/05/2013

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" ao "CANOINHAS CLUBE DE CARROS ANTIGOS", mediante pagamento de contrapartida, para a realização do "1º Encontro Interestadual de Fuscas e Derivados", que acontecerá nos dias 09 e 10 de novembro de 2013.

Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se aos banheiros, e toda a área livre interna do Parque, Galpão de Gastronomia, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 09/11/2013 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término o dia 10/11/2013 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo do "CANOINHAS CLUBE DE CARROS ANTIGOS":

I - Pagamento de contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, totalizando assim R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme os dias mencionados no artigo 2º;

II - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

III - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

IV - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

V - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

VI - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VII - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

IX - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade do "CANOINHAS CLUBE DE CARROS ANTIGOS", a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer

ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5095 de 20/05/2013

LEI Nº. 5095 DE 20/05/2013

"AUTORIZA A BAIXA NAS RESTRIÇÕES CONSTANTES NA MATRÍCULA DO IMÓVEL REGISTRADO SOB Nº 17.796, DOADO PELO MUNICÍPIO DE CANOINHAS À EMPRESA GRACHESKI E GRACHESKI LTDA - ME"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º. Fica autorizada a baixa nas restrições referentes a reversibilidade e atividade nos termos da Lei Municipal nº 2041/87 constantes na matrícula nº 17.796, registrada no C.R.I. da Comarca de Canoinhas, SC, de propriedade da Empresa GRACHESKI E GRACHESKI LTDA - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 79.825.741/0001-61.

Parágrafo Único - Segue em anexo o laudo de vistoria realizada na empresa mencionada no caput do presente artigo, que constatou o cumprimento da lei municipal nº 2041/87.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5096 de 20/05/2013

LEI Nº. 5096 DE 20/05/2013

"AUTORIZA A BAIXA NAS RESTRIÇÕES CONSTANTES NA MATRÍCULA DO IMÓVEL REGISTRADO SOB Nº 12.051, DOADO PELO MUNICÍPIO DE CANOINHAS À EMPRESA MARLY PAULUK DE LIMA - ME"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º. Fica autorizada a baixa nas restrições referentes a inalienabilidade e atividade nos termos da Lei Municipal nº 992/71 constantes na matrícula nº 12.051, registrada no C.R.I. da Comarca de Canoinhas, SC, de propriedade da Empresa Marly Pauluk de Lima - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 76.566.314/0001-18.

Parágrafo Único - Segue em anexo o laudo de vistoria realizada na empresa mencionada no caput do presente artigo, que constatou o cumprimento da lei municipal nº 992/71.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5097 de 20/05/2013

LEI Nº. 5097 DE 20/05/2013

DENOMINA "CASA DA CIDADANIA WIEGANDO OLSEN"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica denominada de CASA DA CIDADANIA WIEGANDO OLSEN, o prédio público municipal localizado na Rua Maria Olsen, nº 250, Distrito de Marcílio Dias, Município de Canoinhas, com a edificação de 104,16 m².

Parágrafo único: A Casa da Cidadania do Distrito de Marcílio Dias poderá ser destinada para uso comum da base da Polícia Militar de Santa Catarina, Polícia Civil de Santa Catarina e CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança Norte nº 329.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5098 de 22/05/2013

LEI Nº. 5098 DE 22/05/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 17, II, a, da Lei Federal nº. 8.666/95, a efetuar

a doação dos seguintes bens móveis, às associações abaixo descritas:

I - 300 (duzentas) carteiras e 200 (duzentas) cadeiras, à Associação de Moradores de Arroios, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.700.647/0001-99, com sede naquela localidade.

II - 200 (duzentas) cadeiras escolares, 06 (seis) mesas infantis, 40 (quarenta) cadeiras infantis e 04 (quatro) mesas com gavetas, à Associação dos Moradores do Em Torno do Parque de Exposições Ouro Verde, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.677.007/0001-45, com sede na Rua Cidade de Fhlorind, nº. 197, Bairro Piedade.

III - 90 (noventa) carteiras, 90 (noventa) cadeiras e 05 (cinco) mesas, à Associação de Moradores do Bairro Água Verde - Sonda, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.648.675/0001-04, com sede na Rua Otávio Xavier Rauen, nº. 185, Bairro Água Verde.

IV - 100 (cem) carteiras e 100 (cem) cadeiras, à Associação de Moradores dos Bairros Alto das Palmeiras e Boa Vista, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.855.186/0001-23, com sede naquela localidade.

V - 100 (cem) carteiras, 100 (cem) cadeiras e 02 (dois) armários, à Associação de Moradores do Núcleo Habitacional Menino Deus, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.423.295/0001-82, com sede na Avenida Julio Budant Neto Schmidt, nº. 1441, bairro Campo da Água Verde.

Art. 2º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a dar baixa dos bens arrolados no artigo anterior do patrimônio público municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5099 de 22/05/2013

LEI Nº. 5099 DE 22/05/2013

"AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CANOINHAS - UNIMED CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a celebrar convênio com a Cooperativa de Trabalho Médico de Canoinhas - UNIMED Canoinhas, para estabelecer condições de parceria entre as Instituições, para o desenvolvimento das atividades relativas ao Projeto "TÊNIS COMUNITÁRIO", a ser coordenado pela UNIMED CANOINHAS.

Art. 2º - O Município de Canoinhas se responsabilizará pelo transporte das crianças participantes do projeto, devendo transportá-las até o local da realização das aulas e o retorno para casa, disponibilizando também, um local para a realização do projeto.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 089/2013

DECRETO Nº. 089/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com art.66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA DA 19ª FESMATE - FESTA ESTADUAL DA ERVA-MATE

Art.1º - Ficam nomeados os abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora da 19ª FESMATE - FESTA ESTADUAL DA ERVA-MATE - 2013.

PRESIDENTE: EDMILSON LUIZ VERKA

COORDENADOR GERAL: MARCELO TOKARSKI

TESOUREIRA: CARMEM NOERNBERG

SECRETÁRIA: SIMONE MERY ADUR

COORDENADORES DE ÁREAS:

EXPOFEIRA DA INDÚSTRIA E COMERCIO

-JAMES MIGUEL LANKE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

-JUCELLI CRISTINA MOREIRA

-CARLOS EDUARDO VIPIESKI

ATIVIDADES CULTURAIS/ARTÍSTICAS

-JAMES MIGUEL LANKE

-VIVIANE BUENO

ESTRUTURA E SHOWS

-MARCELO TOKARSKI

-EDMILSON LUIZ VERKA

-JAMES MIGUEL LANKE

-VIVIANE BUENO

CONTROLE DE COMÉRCIO AMBULANTE

- ANTONIO ROMÃO KUMINEK

LIMPEZA DO PARQUE

-ADINOR DA SILVA

-JÉSSICA VIEIRA LIMA

-RODRIGO LEITHOLD

ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA

-NELSON DOS REIS SILVA

-NELSON VARELLA DE OLIVEIRA

PLANEJAMENTO

-GILSON LUIZ GUIMARÃES

-CLEISON TARCÍSIO FUCK

INFRAESTRUTURA DO PARQUE

-CÉLIO GALESKI

-LUIZ DIVAL CORDEIRO
-JOSÉ DARCI DE MOURA BUENO
-AVELINO VIEIRA JÚNIOR

EXPOSIÇÃO PECUÁRIA
-JOÉRCIO MIELKE

ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA /VIGILÂNCIA SANITÁRIA
-TELMA REGINA BLEY

GASTRONOMIA
-HAMILTON WENDT
-MARCELO TOKARSKI
-JOÃO ARY KRAUTCHYCHYN

COORDENAÇÃO DA ESCOLHA DA RAINHA
-ANGELA SOARES
-SIMONE MERY ADUR
-DIRCÉLIA LEANDRO DOS SANTOS LIMA

TRANSPORTE
-LORIVAL SCHIPITOSKI

LICITAÇÕES E CONTRATOS
-MOACIR MOTTER

ASSESSORIA JURÍDICA
-KEINY RODRIGO BURGARDT
-MARINA HAAG
-DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO

Art.2º - A referida comissão deverá prestar contas da 19ª FESMA-TE Festa Estadual da Erva - mate, 60 (sessenta) dias após o seu encerramento.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art.4º - Ficam revogadas as disposições em contrato.

Canoinhas/SC, 08 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, 08 de maio de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 093/2013

DECRETO Nº. 093/2013

RETIFICA O DECRETO Nº. 080/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº. 080/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica convocada a “Conferência Municipal do Meio Ambiente de 2013” a ser realizada no dia 22 de maio do corrente exercício, das 8hs às 17horas, no Instituto Federal de Santa Catarina, localizado na Avenida expedicionários, nº 2.150, Bairro Campo da Água Verde.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 096/2013

DECRETO Nº. 096/2013

RENOVA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES LUZ DO PLANALTO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a vigência das Leis Municipais nº. s 3.891 de 11 de outubro de 2005 , 4.220 de 21 de setembro de 2007 e 5.092 de 10 de maio de 2013 que dispõem sobre a declaração de utilidade pública;

CONSIDERANDO, o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública;

DECRETAR

Art. 1º - Fica revalidada a Declaração de Utilidade Pública da ASSOCIAÇÃO DE MÃES LUZ DO PLANALTO, pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 098/2013

DECRETO Nº. 098/2013

NOMEIA COMISSÃO PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - ETAPA LOCAL

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão para Conferência Nacional de Meio Ambiente - Etapa Local, composta pelos membros:

- Renato Leandro - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família;

- Franciane Brautl Novak - Secretaria Municipal de Educação;
- Rodrigo Leithold - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Jéssica Vieira de Lima - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Adinor da Silva - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Jucelli Moreira - Assessoria de Comunicação;
- Carlos Eduardo Vipieski - Assessoria de Comunicação;
- Adelina Cecília de Andrade Berns - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;
- Nizio Zibetti - Associação Ambientalista do Contestado;
- Ivan Veiga - Polícia Ambiental;
- Gerson dos Santos - ACIC;
- Dircélia Leandro dos Santos Lima - Secretaria Municipal de Educação;
- Rita Roselis Schulka Pereira - Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 099/2013

DECRETO Nº. 099/2013

"REVOGA O DECRETO Nº. 070/2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que o princípio da autotutela administrativa determina que Administração Pública tem o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-se e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade, em consonância com a regra expressa no art. 3º da Lei Federal nº. 6.766/1979 e na Súmula nº. 473 do Supremo Tribunal Federal, resolve:

LEI

Art. 1º - Anular e tornar sem efeito as disposições contidas no Decreto nº. 070/2013 de 22 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 100/2013

DECRETO Nº. 100/2013

DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO, o feriado municipal de Corpus Christi celebrado em 30 de maio, conforme Lei Municipal nº 1.505 de 12/10/79, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 31 de maio de 2013, sexta - feira.

Art. 2º - O disposto no presente Decreto não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 101/2013

DECRETO Nº. 101/2013

"NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei nº 4.182 de 27/06/2007, cria o Conselho Municipal do Idoso:

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Idoso:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA

- Titular: Maria Lene Balestrin;

- Suplente: Eduarda de Miranda Brandes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Titular: Rafaela Ciupka;

- Suplente: Andréia Osinski.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

- Titular: José Carvalho Junior;

- Suplente: Maria Marlene Falquévicz.

FUNDAÇÃO CULTURAL

- Titular: Paula Morgana Rutsatz;

- Suplente: Viviane Bueno.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Titular: Silvete Rosinha Helko;

- Suplente: Joceli Carvalho Maoski Lopes Vieira.

HOSPITAL SANTA CRUZ

- Titular: Prescila F. de Almeida

- Suplente: Cristine R. Isphair Maziero.

CORPO DE BOMBEIROS MILITARES COMUNITÁRIOS DE CANOINHAS

- Titular: Nauro Ricardo Mück;
- Suplente: Suzane Sabrina Metzger Schpak.

ASAPREV - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Canoinhas

- Titular: Terezinha Malene Rosa;
- Suplente: Antonio Pereira Coutinho.

ATICA - Associação da 3ª Idade de Canoinhas

- Titular: Darlene Lucia Fuck;
- Suplente: Áurea Follador.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO

- Titular: Maria Benedita de Paula e Silva Polomonei;
- Suplente: Denise Cardoso.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 102/2013

DECRETO Nº. 102/2013

RETIFICA O DECRETO Nº. 068/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor do Decreto nº. 068/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 559,50m² (Quinhentos e cinquenta e nove metros e cinquenta décimos quadrados), procedido por HELIO CESAR DE MELLO JUNIOR E OUTRA, situado na Rua São José, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 24.401, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 03 com área de 269,70m² e lote nº 154 com área de 289,80m², ambos pertencentes à quadra nº 840, conforme requerimento protocolado sob nº. 1933/2012.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 067/2013

PORTARIA Nº 067/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art. 1º - Fica nomeada DIRCÉLIA LEANDRO DOS SANTOS LIMA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Projetos, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2013, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Fica nomeada ELFI IRENE NOERNBERG PANGRATZ para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Pedagógico, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2013, conforme comunicação interna.

Art. 3º - Fica nomeada LUCIANE APARECIDA DARMORUS ZUCCO para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2013, conforme comunicação interna.

Art. 4º - Fica nomeada ROSIMARI DE FÁTIMA CUBAS BLAKA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2013, conforme comunicação interna.

Art. 5º - Fica nomeada SALETE PALHANO DE ANDRADE para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2013, conforme comunicação interna.

Art. 6º - Fica nomeada IZANE MARIA PEREIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2013, conforme comunicação interna.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 01 de fevereiro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/02/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 377/2013

PORTARIA Nº 377/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 1º Fica nomeado CARLOS EDUARDO VIPIESKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 13 de maio de 2013,

conforme comunicação interna nº 071/SMAFO/2013.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 378/2013

PORTARIA Nº 378/2013
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 1º - Fica nomeada MIRELLA GALLOTTI SILVEIRA SCHOLZE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, para atuar no Serviço Social da Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/05/2013, conforme comunicação interna nº 199/SMS/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº. 370/2013

PORTARIA Nº. 370/2013
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Gestão, para atuar na Farmácia Popular do Brasil, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional JUSSARA MARIA PINHEIRO DOS SANTOS FERREIRA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2235, e convocada através do edital nº. 019/2013 de 11 de abril de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 13/05/2013.

Art. 2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº. 385/2013

PORTARIA Nº. 385/2013
CONTRATAR APROVADO PELO PROCESSO SELETIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Psicólogo, junto ao CRAS Região I, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional FABIANE BONIN, aprovada no processo seletivo nº. 001/SMDSF/2013, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 022/2013, de 23 de abril de 2013, a partir de 15/05/2013, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de maio de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/05/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação do Edital de Dispensa de Licitação N.º 04/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º 70/2013
Dispensa de Licitação n.º 04/2013

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC (CNPJ: 82.515.859/0001-06). Implementação do projeto "Turismo Fronteira do Contestado", no Município de Canoinhas, compreendendo as atividades previstas nos Módulos: I - Participação em feiras e exposições; II - Consultoria em gestão empresarial; III - Capacitação; IV - Material promocional; V - Fampress; VI - Acompanhamento e monitoramento do projeto. Valor total:

R\$ 13.727,21 (treze mil setecentos e vinte sete reais e vinte um centavos), sendo R\$ 1.961,03 (mil, novecentos e sessenta e um reais e três centavos) mensais.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 049/2013

DECRETO Nº 049, DE 24 DE ABRIL DE 2013

Abre crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 35.025,07 (trinta e cinco mil, vinte e cinco reais e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.025,07 (trinta e cinco mil, vinte e cinco reais e sete centavos), para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, descritas no quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM	FTE	00	R\$	0,00
33909300-556	Indenizações e Restituições	0124	55	R\$	25,07
0601.15.452.0125.2096	SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-187	Material de consumo	0100	00	R\$	35.000,00
	Total			R\$	35.025,07

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 35.025,07 (trinta e cinco mil, vinte e cinco reais e sete centavos), na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM	FTE	00	R\$	0,00
33903900-020	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	0100	00	R\$	25,07
0601.15.452.0125.2096	SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-188	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	0100	00	R\$	35.000,00
	Total			R\$	35.025,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 24 de abril de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 061/2013

DECRETO Nº 61, DE 27 DE MAIO DE 2013

Altera o Anexo Único do Decreto nº 063, de 06 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 10, V e XXI, 58, V e 72, I, "a", da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar as áreas de estacionamento rotativo pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos, mais precisamente na Rua Dona Linda Santos e Rua Adelmo Biavatti;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único do Decreto nº 063, de 06 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 27 de maio de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTENCENTES AO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – “ROTATIVO CAPINZAL – ÁREA AZUL”

Trecho	Rua	Trecho Inicial	Trecho Final	Vagas	Carg/Des.	Segur.	Motos	Farm.
01	Pres. Nereu Ramos	Ernesto Hachmann	Don Vicente Gramázio	25	0	0	3	0
02	Pres. Nereu Ramos	Don Vicente Gramázio	Dona Maria A. Almeida	12	0	0	0	0
03	Pres. Nereu Ramos	Dona Maria A. Almeida	Rosa Ferro Viecelli	36	1	0	4	0
04	Pres. Nereu Ramos	Rosa Ferro Viecelli	José Vicari	25	1	0	4	0
05	Pres. Nereu Ramos	Praça Aq.D'Agnoluzzo	Luiz Dorini	6	0	0	0	0
06	Narciso Barison	Ernesto Hachmann	Carmelo Zocolli	9	1	0	0	1
07	Narciso Barison	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramázio	16	0	0	10	0
08	Dona Linda Santos	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramázio	19	0	0	0	0
09	Dona Linda Santos	Don Vicente Gramázio	Dona Maria A. Almeida	11	0	0	0	0
10	Dona Linda Santos	Dona Maria A. Almeida	120m da D. Linda Santos	15	0	0	0	0
11	Dona Linda Santos	Adelmo Biavatti	Jose Vicari	33	2	0	5	0
12	Adelmo Biavatti	Dona Maria A. Almeida	50m da Adelmo Biavatti	4	0	0	0	0
13	Av. XV de Novembro	Terrenos da R.F.F.S.A.	Ernesto Hachmann	8	0	1	0	0
14	Av. XV de Novembro	Ernesto Hachmann	Carmelo Zócolli	18	1	0	0	1
15	Av. XV de Novembro	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramázio	36	1	1	0	1
16	Av. XV de Novembro	Don Vicente Gramázio	Dona Maria A. Almeida	25	0	0	10	0
17	Av. XV de Novembro	Dona Maria A. Almeida	Antônio Zortea Primo	40	1	0	11	0
18	Aparício Ribeiro	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramázio	20	0	0	0	0
19	Aparício Ribeiro	Don Vicente Gramázio	100m da Aparício Ribeiro	12	0	0	0	0
20	Ver.Rolindo Casa-grande	Ernesto Hachmann	Carmelo Zocolli	9	0	0	0	3
21	José Zortea	Pres. Nereu Ramos	200m na Rua José Zortea	25	0	0	6	0
22	Ernesto Hachmann	Terminal urbano passag.	Av. XV de Novembro	10	0	1	10	0
23	Ernesto Hachmann	Av. XV de Novembro	Pres. Nereu Ramos	13	0	0	4	1
24	Carmelo Zócolli	Ver.Rolindo Casa-grande	Av. XV de Novembro	28	0	2	25	0
25	Carmelo Zocolli	Dona Linda Santos	Narciso Barison	9	0	0	25	0
26	Carmelo Zocolli	Ver.Rolindo Casa-grande	30m da Carmelo Zocolli	4	0	0	0	0
27	Dr. Vilson Bordim	Aparício Ribeiro	Frei Tito Olivetto	6	0	0	0	0
28	Frei Tito Olivetto	Dr. Vilson Bordim	Cosemino Epifani	13	0	0	0	0
29	Don Vicente Gramázio	Aparício Ribeiro	Av. XV de Novembro	8	0	0	11	0
30	Don Vicente Gramázio	Av. XV de Novembro	Dona Linda Santos	5	1	0	10	0

31	Don Vicente Gramazzio	Dona Linda Santos	Pres. Nereu Ramos	9	1	0	0	0
32	Dona Maria A. Almeida	Av. XV de Novembro	Dona Linda Santos	7	0	0	0	0
33	Dona Maria A. Almeida	Dona Linda Santos	Pres. Nereu Ramos	9	1	0	7	0
34	Prof. Vanda M. Meyer	Pres. Nereu Ramos	120m na Vanda Meyer	21	1	0	0	0
35	Alexandre Thomazoni	Ver. Rolindo Casagrande	João Siviero	39	0	0	12	0
36	Rosa Ferro Viecelli	Nereu Ramos	Leonardo Spadini	6	0	0	0	0
TOTAL GERAL DE VAGAS ÚTEIS: 564				591	12	5	157	7

Decreto 063/2013

DECRETO Nº 063, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Anula o Concurso Público decorrente do Edital nº 013/2012 para provimento de cargos no quadro de pessoal e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 58, V e 72, I, "a", da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO que o Ministério Público Estadual constatou a existência de possíveis irregularidades formais no concurso público oriundo do Edital nº 013/2012;

CONSIDERANDO que em razão dessas possíveis irregularidades o representante do Ministério Público Estadual propôs ação judicial requerendo a anulação do concurso público;

CONSIDERANDO que o MM. Juiz da Comarca de Capinzal prolatou decisão nos Autos da Ação Civil Pública n. 016.12.001691-0 determinando a suspensão do concurso público em face da possível existência de irregularidade formal;

CONSIDERANDO que após a gestão municipal 2009/2012 expedir atos administrativos para a realização do referido concurso público no final de mandato, mesmo estando o certame suspenso por força de decisão judicial, o MM. Juiz da Comarca de Capinzal prolatou nova decisão nos Autos da Ação Civil Pública n. 016.12.001691-0 reiterando a suspensão e majorando a multa diária fixada, além de crime de desobediência;

CONSIDERANDO que diariamente candidatos inscritos no concurso público decorrente do Edital nº 013/2012 procuram a atual gestão municipal para obter informações acerca da continuidade do certame e devolução dos valores de inscrição;

CONSIDERANDO a necessidade de zelar pelo interesse público e cumprir os princípios constitucionais dispostos no art. 37 "caput" da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO, finalmente, que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Súmula 473 do STF);

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Concurso Público decorrente do Edital nº 13/2012 para provimento de cargos efetivos no quadro de pessoal do Município de Capinzal.

Art. 2º Os candidatos inscritos serão reembolsado pelo valor de suas inscrições, mediante solicitação por escrito, por mensagem eletrônica ou por telefone, a critério do candidato.

§ 1º A solicitação por escrito será feita mediante preenchimento do formulário constante no Anexo Único.

§ 2º A solicitação por mensagem eletrônica deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico rh@capinzal.sc.gov.br, com o assunto "RESTITUIÇÃO DA TAXA DO CONCURSO PÚBLICO", em qual deverá constar os dados do candidato (nome, endereço, CPF e telefone para contato), bem como indicação de banco e conta-corrente para depósito da restituição.

§ 3º A solicitação por telefone será efetuada mediante contato no número (49)3555-8721, em qual deverá o candidato identificar-se e informar banco e conta-corrente para depósito da restituição.

§ 4º A conta-corrente informada para depósito deverá ser de titularidade do candidato.

§ 5º Não possuindo conta-corrente bancária de sua titularidade, ou não desejando receber o crédito em conta-corrente, o candidato poderá optar por receber a restituição diretamente no Departamento Financeiro do Município.

Art. 3º As restituições a que referem este Decreto serão concedidas, após as conferências pelo Departamento de Recursos Humanos, em lotes a serem processados nos dias dez (10) e vinte (20) de cada mês, até que todas estejam processadas.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 27 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

SOLICITAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 13/2012

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Capinzal			
Nome:			
Endereço:			
CPF:		Telefone:	
Vem pelo presente requerer que lhe seja restituído o valor pago correspondente à taxa de inscrição ao Concurso Público nº 13/2013, cancelado através do Decreto nº / 2013.			
Informa, para fins de restituição, que receberá o valor:			
() por depósito bancário:	Banco:		
	Conta:		
() no Departamento Financeiro do Município, em data a ser agendada.			
Local e data:	de _____, _____ de _____.		
Assinatura:			

Catanduvras

PREFEITURA

Decreto Nº 1.900 de 28 de Maio de 2013

DECRETO Nº 1.900 de 28 de maio de 2013.

CONSTITUI A COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DE CATANDUVRAS, SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e conforme o disposto na Resolução Normativa de nº 04 de 17 dezembro de 2012, do Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina resolve:

Art. 1º Constituir a Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvras nos termos deste decreto.

Art. 2º Cabe à Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvras:

I - definir o Regimento da 5ª Conferência Municipal de Catanduvras estabelecendo a proporcionalidade da população e dos segmentos, de acordo com o art. 18 da Resolução Normativa nº 04, conforme os seguintes;

II - definir a pauta da Conferência;

§ 1º Enviar as informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, no máximo, até 10 (dez) dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º Enviar as mesmas informações para a Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades para registro.

III - mobilizar os (as) parceiros (as) e filiados (as), de suas entidades e órgãos membros, no âmbito de sua atuação no município, para preparação e participação na 5ª Conferência Municipal da Cidade de Lacerdópolis;

IV - produzir um relatório final, a ser encaminhado para o Governo Municipal, que promoverá sua publicação e divulgação.

Art. 3º A Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvras será composta pelos representantes, titulares e suplentes:

I - Poder Público Municipal:

a) Titular: Rosiméri Spazzini

Suplente: Sandra Maria Dilda Bucco

II - Movimentos Sociais e Populares

a) Titular: Antonio Pinto Moreira

Suplente: Arlindo Tulio Reato

III - Entidades Empresariais:

a) Titular: Clóvis Magnabosco

Suplente: Nelva Maria Miotto

IV - Entidades Sindicais de Trabalhadores:

a) Titular: Arlindo Katshor

Suplente: Lubina Albretch

V - Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisas:

a) Titular: Rejani Maria Bucco

Suplente: Alessandra Wanessa Colla

VI - Organização Não governamental

a) Titular: Roberto Schneeberger

Suplente: Sofia Carolina Comassetto

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvras(SC), 28 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

Decreto Nº 1.901 de 28 de Maio de 2013

DECRETO Nº 1.901 de 28 de maio de 2013.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e conforme disposto no art. 18 da Resolução Normativa de nº 04 de 14 de dezembro de 2012 do Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvras nos Termos do Anexo I deste Decreto.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 28 de maio de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE CATANDUVAS

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º São objetivos da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três entes federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política e Sistema Nacional, Estadual e Municipal de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas.

IV - organizar a conferência Municipal da cidade como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no município e no Estado.

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal da Cidade Catanduvas, convocada pelo Executivo Municipal, será realizada no dia 29 de Maio de 2013 e terá as seguintes finalidades:

I - avançar na construção da Política Municipal para o fortalecimento do Desenvolvimento Urbano;

II - indicar prioridades aos Governos Municipal, do Estado de Santa Catarina e ao Ministério das Cidades;

III - eleger as entidades-membro do Conselho Municipal da Cidade, para o próximo triênio

CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO

Art. 3º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas que será integrada por representantes da comunidade local eleitos na forma prevista neste Regimento, tem abrangência municipal e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar da Política Municipal e Estadual e sua implementação. Parágrafo Único - Todos os (as) delegados (as) com direito a voz e voto presentes à 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas devem reconhecer a precedência das questões de âmbito estadual e nacional e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art. 4º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas será realizada sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão, utilizando para tanto, recursos próprios.

CAPÍTULO III

DO TEMÁRIO

Art. 5º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas adotará o tema nacional: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"; e o Lema Estadual "Fortalecimento do desenvolvimento urbano e regional, implementação dos planos diretores".

§ 1º Aprovar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

§ 2º O temário da Conferência Estadual deverá contemplar os planos municipal, estadual e nacional.

Art. 6º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas será composta de mesas de debates, painéis e grupos de debate, plenária e ato público.

Art. 7º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas produzirá um relatório final, a ser encaminhado ao Governo do Estado, Ministério das Cidades e, ao Executivo Municipal, que promoverá a sua publicação e divulgação.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art.8º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas será presidida pela Prefeita municipal Gisa Aparecida Giacomini, e na sua ausência ou impedimento eventual, pela servidora Sandra Maria Dilda Bucco.

Art. 9º Para a realização de cada Conferência Municipal deverá ser constituída uma Comissão Preparatória pelo Executivo Municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme proporcionalidade estabelecida no art. 18 deste Regimento.

Parágrafo único. Enquanto não houver Conselho Municipal das Cidades, ou outro correlato à Política de Desenvolvimento Urbano, formalmente constituído, a Comissão Preparatória será formada pelos segmentos, conforme estabelecido no art. 18 deste Regimento.

Art. 10 Compete a Secretaria de Planejamento e Gestão:

I - coordenar a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II - atuar com a Comissão Preparatória Municipal formulando, discutindo e propondo as iniciativas referentes à organização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas;

III - mobilizar os (as) parceiros (as) e filiados (as), de suas entidades e órgãos membros, no âmbito de sua atuação nos municípios, para preparação e participação na Conferência Municipal;

IV - acompanhar e deliberar sobre as atividades da Comissão Preparatória Municipal, devendo ser apresentados relatórios em todas as reuniões ordinárias.

Art. 11 Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I - definir o Regimento Municipal, que conterá critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitada as definições deste regimento e do regimento estadual, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 18;

II - definir data, local e pauta da Conferência Municipal.

§ 1º As Comissões Preparatórias Municipais devem enviar informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, no máximo, até 10 dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º As Comissões Preparatórias Municipais devem enviar as

mesmas informações para a Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades para registro.

§ 3º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário nacional e direcionar as propostas para todas as esferas da Federação.

§ 4º A Comissão Preparatória Municipal deverá produzir um relatório final, a ser encaminhado para o Governo Municipal, que promoverá sua publicação e divulgação.

CAPÍTULO V DOS PARTICIPANTES

Art. 12 A Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas será composta por 12 (doze) membros, sendo 06 (seis) titulares e 06 (seis) suplentes, conforme art. 18 da Resolução Normativa 04 em seu anexo I.

Art. 13 Os participantes da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas se distribuirão em 02 (duas) categorias:

- I - delegados (as), com direito a voz e voto;
- II- observadores.

Parágrafo único. Os critérios para escolha dos (as) observadores (as) serão definidos pela Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas.

Art. 14 Serão delegados à 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas:

- I - os Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal da Cidade, como delegados natos quando houver;
- II - os membros titulares e suplentes indicados pelos segmentos para compor a Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas;

§ 1º A Comissão Preparatória Municipal encaminhará formalmente à Comissão Preparatória Estadual os dados dos delegados titulares e suplentes, homologados pela Conferência Municipal para participarem da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

§ 2º Na 5ª Conferência Estadual das Cidades, na ausência dos titulares assumirão os suplentes, depois de vencido o prazo de credenciamento dos titulares, ou com apresentação de documento formal da Comissão Municipal, informando da ausência do titular.

Art. 15 A representação dos diversos segmentos na 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

- I - gestores, administradores públicos e legislativos, estaduais e municipais: 42,42%;
- II - movimentos sociais e populares: 26,64%;
- III - trabalhadores, por suas entidades sindicais: 9,84%;
- IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano: 9,84%;
- V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais: 6,97%;
- VI - organizações não governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano: 4,30%;

§ 1º Todas as entidades dos segmentos deverão ter atuação na área de desenvolvimento urbano.

§ 2º As vagas definidas no inciso I serão assim distribuídas: 10,4% para o Poder Público Federal, 12,09% para o Estadual e 20,29% para o Municipal.

§ 3º O legislativo integrante do inciso I terá a representação de um terço dos delegados correspondentes a cada nível da Federação.

Art. 16 A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas será

composta por no mínimo 20 (vinte) participantes, distribuídos de maneira equânime por:

- I- delegados indicados pelas Entidades e Órgãos para compor a Comissão Preparatória Municipal;
- II- Observadores.

§ 1º A Comissão Preparatória Municipal é constituída por membros do Poder Público e por representantes de Órgãos e Entidade indicados.

§ 2º Na 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas poderá participar a comunidade local, com direito a voz. Os delegados a serem eleitos na etapa Municipal, para a etapa Estadual, deverão necessariamente estar presentes na respectiva Conferência Municipal e pertencer aos segmentos conforme art. 18 da Resolução Normativa de n. 04.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 17 As despesas com a organização geral para a realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Catanduvas correrão por conta de recursos orçamentários próprios.

Art. 18 Os resultados da Conferência serão remetidos à Comissão Preparatória Estadual e à Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades, em até 10 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído pelo Ministério das Cidades.

Art. 19 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e a Comissão Nacional Recursal e de Validação (CNRV).

Catanduvas(SC), 28 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 21/2013 de 27 de Maio de 2013

RESOLUÇÃO Nº 021/2013 DE 27 DE MAIO DE 2013.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DE SERVIDORES EFETIVOS.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta, para que se discuta, vote e posteriormente aprobe a seguinte Resolução:

Art. 1º. Através da presente Resolução fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DE SERVIDORES EFETIVOS, conforme disposto nos arts. 193 a 195 da Lei Complementar nº 19/2002.

Art. 2º. A presente Comissão será composta por 05 (cinco) membros, sendo:

- I - 01 servidor do quadro de carreira desta Casa Legislativa:

Neusa Regina Chinato

- II - 04 vereadores que compõem o Plenário desta Casa, observadas as indicações partidárias:

Lucimar Correa (PMDB)

Ademir Spassini (PSD)

Salete Ribeiro Chiarello (DEM)

Monalisa Ruaro (PSDB)

Art. 3º. A Comissão será responsável pelas avaliações dos servidores obedecendo ao disposto no art. 193 e incisos da Lei Complementar nº 19/2002, durante o prazo de dois anos a contar da data da publicação desta Resolução.

Art. 4º. O Presidente da Comissão será eleito entre os membros através de votação.

Parágrafo único. O Presidente eleito designará um dos demais membros para secretariar os trabalhos.

Art. 5º. A Comissão reunir-se-á com a presença de todos os seus membros.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão convocará as reuniões, designando data e horário para as mesmas, conforme se verificar a necessidade.

Art. 6º. Faz parte dessa Resolução o Anexo I - Ficha de Avaliação.

Parágrafo único. A nota dos quesitos constantes na ficha de acompanhamento será obtida através da média das notas atribuídas por cada membro da comissão.

Art. 7º. Os membros da Comissão, havendo necessidade, poderão regulamentar a presente resolução.

Art. 8º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 27 de maio de 2013.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente da Câmara

Registrado em Secretaria em 27.05.2013.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente da Câmara

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Primeira Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 026/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 026/2013

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 01/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº. 01/2013 de 28 de maio 2013, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre a aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), referente aos Benefícios Eventuais do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 027/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 027/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Nº 0563 de 19.12.2012 e de acordo com a Lei nº 0578 de 24.05.2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

Órgão 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
Unidade 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
Função 06 - Segurança Pública
Sub-função 06 - Função Segurança Pública
Programa 153 - Defesa Terrestre
Recurso 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
Projeto/Atividade 2.096 - Manutenção da Função Segurança Pública
Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Valor R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Art. 2º Para atender o disposto no art.1º deste Decreto, fica anulada a importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01 - Divisão de Serviços Urbanos
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
452 - Serviços Urbanos
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2.043 - Manutenção e Conservação de Ruas
Valor - R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
2.045 - Manutenção/Pessoal
Valor - R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de maio de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 203/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 203/2013

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Municipal nº 0560/2012 e de acordo com a Ata nº01/2013 do Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado □ SC, com o fim de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

I - Do Governo Municipal:

a) Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

Titular: GRACIELE STAROSKY

Suplente: CRISLEI SEBOLD

b) Representante da Secretaria da Saúde

Titular: CLEIDE JOANITA MACHADO FRANZEN

Suplente: ALCEU PEREIRA

c) Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social

Titular: ADRIANA MARTINS

Suplente: CLAUDIRENE FERREIRA

d) Representante da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: NERI HILLENSHEIN

Suplente: ERALDO LUIZ MONTEIRO

II - Dos Usuários:

a) Representante do Grupo de Idosos

Titular: NADIR KLETTENBERG DA SILVA

Suplente: CONILDA BADIO

b) Representante dos usuários do Benefício de Prestação Continuada - BPC

Titular: GENI KNABEN RODRIGUES

Suplente: IODETE BILK PASSSIG

c) Representante dos usuários do Programa Bolsa Família

Titular: SOLANGE SCHMIDT SEEMANN

Suplente: REGINA LOOS

d) Representante dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Titular: DEIZE REGINA DOS SANTOS CRUZ

Suplente: MARLISE NEUHAUS

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social terá como Presidente a Senhora Graciele Starosky, Vice-Presidente a Senhora Adriana Martins, 1ª Secretária a Senhora Marlise Neuhaus e 2ª Secretária a Senhora Claudirene Ferreira.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 61/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2013

- PM

CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 8/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 10 de junho de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é aquisição e instalação de um parque infantil, para a Creche Municipal de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 03 de junho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 62/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013

- PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: TECER PEDAGÓGICO AMBIENTAL LTDA

Vigência: 03/06/2013 à 31/12/2013.

Fornecimento: Imediato.

Processo Licitatório nº 62/2013 - PM

Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS AMBIENTAIS E PROJETOS PEDAGÓGICOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, conforme descrição em anexo.

DATA DA ASSINATURA: 03 de junho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 016-2013 de 28-05-2013

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº 016/2013 de 28/05/2013.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que se apresenta o Decreto Nº 023/2013 do Poder Executivo,

Considerando o feriado nacional de "Corpus Cristi" próximo vindouro,

Considerando a economia do erário público,

RESOLVE:

Estabelecer Ponto facultativo.

Será facultativo o "ponto" no dia 31 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos em data retroativa a partir do dia 30 (trinta) de maio de 2013.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 28 de maio de 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 6/2013 - Fmec

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013 - FMEC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem, súmulas e julgamentos para os jogos do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Sete - Edição 2013, jogos da XIX Olimpíada Interbairros e Futsal Sênior - Edição 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/06/2013.

Abertura: dia 17/06/2013, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 29 de maio de 2013.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Diretor Superintendente da FMEC

Extrato 1º TA Contrato Nº 105/2013 - PMC

Contrato Nº : 105/2013

Aditivo Nº : 1º/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 5/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica, nas Ruas Carmelinda Andognini e Pedro Lazarotti, ambas do bairro Cinquentenário e Rua Guerino Passarini, bairro Parque de Exposições, localizadas neste município.

Vigência : Início: 22/05/2013 Término: 30/07/2013

Assinatura : 22/05/2013

Valor R\$: 4.689,08 (Quatro Mil, Seiscentos e Oitenta e Nove Reais e Oito Centavos)

Dotação : 97 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

Extrato 1º TA Contrato Nº 48/2012 - FMS

Contrato Nº : 48/2012/2012

Aditivo Nº : 1º TA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : ARNALDO MAGARINOS

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 5/2012

Objeto : Locação de Imóvel 1º TA ao contrato 48/2012 bem como reajuste e prorrogação do prazo.

Vigência : Início: 10/05/2013 Término: 10/05/2014

Assinatura : 10/05/2013

Valor R\$: 13.825,80 (Treze Mil, Oitocentos e Vinte e Cinco Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 214 - 13.001.2101.333903615000000.01020000

Dotação : 342 - 13.001.2102.333903615000000.03640000

Extrato 1º TA Contrato Nº 50/2012 - FMS

Contrato Nº : 50/2012/2012

Aditivo Nº : 1 TA /2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : FARMÁCIA RUBERT LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 5/2012

Objeto : AQUISICAO DE MEDICAMENTOS EM FARMACIA, REGULAMENTADOS CONFORME NORMAS DA ANVISA, PARA ATENDIMENTO DE DETERMINACOES JUDICIAIS, LAR ANJO GABRIEL, CONSELHO TUTELAR, PRESIDIO REGIONALE EXCEPCIONALIDADES, MEDIANTE NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. 1º TA ao contrato 50/2012 prorrogação por mais 12 meses

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 21/05/2014

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 599.839,92 (Quinhentos e Noventa e Nove Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 233 - 13.001.2105.333903009000000.01020000

Dotação : 345 - 13.001.2105.333903009000000.03020000

Extrato 1º TA Contrato Nº 64/2013 - PMC

Contrato Nº : 64/2013

Aditivo Nº : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BEATRIZTUR TRANSPORTES LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 14.406,08 (Quatorze Mil, Quatrocentos e Seis Reais e Oito Centavos)

Dotação : 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 43 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 45 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Extrato 1º TA Contrato Nº 67/2013 - PMC

Contrato Nº : 67/2013

Aditivo Nº : 1º TA/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento. Aditivo ao contrato inicial visando acrescimo quantitativo e de valor ao contrato inicial.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 9.514,70 (Nove Mil, Quinhentos e Quatorze Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 43 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 45 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Extrato 1º TA Contrato Nº 68/2012 - FMS

Contrato Nº : 68/2012/2012

Aditivo Nº : 1º TA /2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE AUCÓLATRAS E TOXICOMANOS

Licitação : Inexigibilidade 26/2012

Objeto : Internamento em clínica especializada.referente ao 1º TA ao contrato 68/2012 prorrogação contratual.

Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 19/02/2014

Assinatura : 17/05/2013

Valor R\$: 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 231 - 13.001.2103.333903999000000.01650000

Extrato 1º TA Contrato Nº 77/2013 - PMC

Contrato Nº : 77/2013

Aditivo Nº : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PATY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 14.182,36 (Quatorze Mil, Cento e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 43 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 45 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Extrato 2º TA Contrato Nº 324/2012 - PMC

Contrato Nº : 324/2012/2012

Aditivo Nº : 2º TA/2013

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORTOBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ORTOPE-DIA LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 43/2012

Objeto : Contratação de serviços de empresa, do ramo de elevadores, para aquisição e instalação de 01 (um) elevador, para o Centro Administrativo

Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 17/10/2013

Assinatura : 24/05/2013

Extrato 2º TA Contrato Nº 76/2012 - FMS

Contrato Nº : 76/2012/2012

Aditivo Nº : 2º TA/2013

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contrato Nº : 76/2012/2012

Aditivo Nº : 2º TA/2013

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MATHEI ENGENHARIA LTDA EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2012

Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA EM REGIME EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS). Referente ao segundo Termo aditivo prorrogação de prazo

Vigência : Início: 27/05/2013 Término: 20/09/2013

Assinatura : 27/05/2013

Dotação : 225 - 13.001.2102.344905198000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905198000000.01640000

Dotação : 316 - 13.001.2102.344905198000000.03020000

Extrato 3º TA Contrato Nº 26/2011 - FMS

Contrato Nº : 26/2011/2011

Aditivo Nº : 3º TA /2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 2/2011

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO ALMOXARIFADO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA. referente a 3º TA reajuste do valores e renovação por mais 12 meses

Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 17/05/2014

Assinatura : 17/05/2013

Valor R\$: 16.128,60 (Dezesseis Mil, Cento e Vinte e Oito Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 214 - 13.001.2101.333903910000000.01020000

Dotação : 342 - 13.001.2102.333903615000000.03640000

Extrato 3º TA Contrato Nº 55/2010 - FMS

Contrato Nº : 55/2010/2010

Aditivo Nº : 3º TA 55/2010/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : INVIO SAT SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2010

Objeto : PRESTACAO DE SERVICO DE MONITORAMENTO ELETRONICO NAS UNIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. PR 2 2010. 3ºTA ao Contrato inicial.

Vigência : Início: 03/05/2013 Término: 04/05/2014

Assinatura : 03/05/2013

Valor R\$: 9.545,28 (Nove Mil, Quinhentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 223 - 13.001.2102.333903977000000.01020000

Dotação : 342 - 13.001.2102.333903977000000.03640000

Extrato Termo de Rescisão Contrato Nº 1/2012 - Fundema

Contrato Nº : 1/2012/2012

Aditivo Nº : 1/2013

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : IMOBILIARIA COMPASSO LTDA ME

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 1/2012

Objeto : LOCACAO DE IMOVEL DESTINADO AS INSTALACOES DA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA.

Vigência : Início: 09/02/2012 Término: 30/04/2013

Assinatura : 30/04/2013

Dotação : 204 - 21.001.2501.333903910000000.01000000

Extratos Contrato Nº 170/2013 a 176/2013 - PMC

Contrato Nº : 170/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MOVEIS KERBER LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 53/2013

Objeto : Contratação de empresa para execução de obra comum, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para a aquisição e instalação de tablados em madeira para área externa do Parque de Exposições.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 18/09/2013

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 24.900,00 (Vinte e Quatro Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 307 - 08.001.1009.344905198000000.03450000

Contrato Nº : 171/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI

Licitação : Pregão Presencial 58/2013

Objeto : Aquisição de vacinas trivalente contra Influenza

(fragmentada e inativada), temporada 2013, para os servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia, em atendimento ao disposto no art. 8º do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 24 de abril de 2013.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 20/07/2013

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 41.220,00 (Quarenta e Um Mil e Duzentos e Vinte Reais)

Dotação : 150 - 12.001.2043.333903009000000.01000000

Contrato Nº : 172/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 9/2013

Objeto : A contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de preço unitário para reforma do Cemitério Municipal de Lajeado Medeiros e Comunidade de Barra do Pinhal, no interior do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D deste Edital.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 20/07/2013

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 21.927,83 (Vinte e Um Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Oitenta e Três Centavos)

Dotação : 97 - 08.001.1009.344905107000000.01450000

Contrato Nº : 173/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CORDIAL - DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 54/2013

Objeto : Aquisição de veículos novos, para atender ao Projeto Fiscalização de Resíduos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com recursos oriundos do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos FMDD, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 21/07/2014

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais)

Dotação : 325 - 04.002.2045.344905252000000.03000000

Dotação : 278 - 16.001.2251.344905252000000.01000000

Contrato Nº : 174/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FERMAC PEÇAS E VEÍCULOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 54/2013

Objeto : Aquisição de veículos novos, para atender ao Projeto Fiscalização de Resíduos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com recursos oriundos do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos FMDD, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 21/07/2016

Assinatura : 21/05/2013

Valor R\$: 37.300,00 (Trinta e Sete Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 325 - 04.002.2045.344905252000000.03000000

Dotação : 278 - 16.001.2251.344905252000000.01000000

Contrato Nº : 175/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PASSARELA CENTER LTDA

Licitação : Pregão Presencial 37/2013

Objeto : Aquisição de bolo e pães para a comemoração dos 79 anos de emancipação política-administrativa do Município
Vigência : Início: 27/05/2013 Término: 24/09/2013
Assinatura : 27/05/2013
Valor R\$: 32.500,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903007000000.01000000

Contrato Nº : 176/2013
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : CERVY LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 14/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas maquinas e transporte de cascalho e calcário para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 27/05/2013 Término: 31/12/2013
Assinatura : 27/05/2013
Valor R\$: 10.750,00 (Dez Mil e Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 121 - 10.001.2038.333903999000000.01000000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903999000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903999000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000

Extratos Contrato Nº 41/2013 a 44/2013 - FMS

Contrato Nº : 41/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE AUCÓLATRAS E TOXICOMANOS
Licitação : Inexigibilidade 13/2013

Objeto : serviço de internação de paciente com dependência química em cumprimento a determinações judiciais aos pacientes Ivonei Danile da Silva, Eder Kuns, Elizandro Azevedo e Nestor Margarinos.

Vigência : Início: 09/05/2013 Término: 08/05/2014
Assinatura : 09/05/2013
Valor R\$: 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais)

Dotação : 231 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Contrato Nº : 42/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : FST SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES S S
Licitação : Inexigibilidade 14/2013

Objeto : credenciamento de prestadores de serviço de saúde, para consultas especializadas de alta complexidade, exames de alto custo e cirurgias eletivas

Vigência : Início: 09/05/2013 Término: 31/12/2013
Assinatura : 09/05/2013
Valor R\$: 14.912,00 (Quatorze Mil e Novecentos e Doze Reais)

Dotação : 231 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 304 - 13.001.2101.333903950000000.03020000

Contrato Nº : 43/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 3/2013

Objeto : Aquisição de móveis sob medida para a nova Unidade do PSF do Bairro Guilherme Reich
Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 16/08/2014
Assinatura : 17/05/2013
Valor R\$: 82.000,00 (Oitenta e Dois Mil Reais)

Dotação : 333 - 13.001.2102.344905242000000.03640000

Contrato Nº : 44/2013
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : PET LIFE LTDA
Licitação : Pregão Presencial 5/2013

Objeto : Contratação de empresa especializada para realização de procedimentos de esterilização de cães e gatos, em atendimento do Programa de Prevenção e Controle de Zoonoses do Fundo Municipal de Saúde, em atendimento da Lei nº 4.373 de 14/12/2011 e Decreto nº 5.682 de 14/02/2012, descritos nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 27/05/2013 Término: 31/12/2013
Assinatura : 27/05/2013
Valor R\$: 66.228,00 (Sessenta e Seis Mil e Duzentos e Vinte e Oito Reais)

Dotação : 238 - 13.001.2104.333903999000000.02000000

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 389/2013

DECRETO Nº389/2013, DE 23 DE MAIO DE 2013

"HOMOLOGA O RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA , RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2013, DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais , e em obediência ao que determina o Edital de Processo Seletivo Nº 005/2013, e demais disposições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado do Edital de Processo Seletivo Nº 005/2013, destinado à contratação por necessidade temporária, conforme consta no quadro a seguir:

I – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Cargo:Professor de Ensino Fundamental – séries iniciais

Candidatos Habilitados	Cargo	Nota da Prova	Nota Final
JÉSSICA GABRIEL	Professor de Ensino Fundamental	3,4	3,4

Cargo:Professor de Geografia

Candidatos Habilitados	Cargo	Nota da Prova	Nota Final
NOEIMI ELISABETE TRICHES	Professor de Geografia	4,4	4,4

Cargo:Professor de Ensino Fundamental Ciências/Agroecologia

Candidatos Habilitados	Cargo	Nota da Prova	Nota Final
DAIANE FÁVERO	Professor de Ensino Fundamental	3,8	3,8

Cargo:Professor de Educação Infantil

Candidatos Habilitados	Cargo	Nota da Prova	Nota Final
LARISA CAROLINI GÁSPARI	Professor de Educação Infantil	4,6	4,6

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 390/2013

DECRETO Nº390/2013, DE 24 DE MAIO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 à 06/02/2012, que serão gozadas no período de 03/06/2013 à 02/07/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de maio do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILVETE APARECIDA S. ATUATTI Ciente em: ____/ ____/2013

Decreto N. 391/2013

DECRETO Nº 391/2013, DE 27 DE MAIO DE 2013

"DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

CRONOGRAMA	PRAZO
I – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS CRÉDITOS, TRIBUTÁRIOS OU NÃO, POR COMPETÊNCIA E A DÍVIDA ATIVA	2013
II – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA	2013
III – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS REFERENTES AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS OU NÃO	2014
IV – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES POR COMPETÊNCIA	2014
V – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS	2014
VI – REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS – DEPRECIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS	2014
VII - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS – DEPRECIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS	2014
VIII - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS – AMORTIZAÇÃO	2014
IX - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS – EXAUSTÃO	2014
X – RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA	2014
XI – IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CUSTOS	2014
XII – ADOÇÃO DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP), CONFORME O MCASP, DETALHADO NO NÍVEL EXIGIDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS	2014
XIII – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP), CONFORME O MCASP	2014

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 46 de 26 de junho de 2012.

Cordilheira Alta, SC, 27 de maio de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N. 392/2013

DECRETO Nº392/2013, DE 27 DE MAIO DE 2013

"CONCEDE TRIÊNIO POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo

o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 19, § 1º da Lei Complementar 93/2013, DECRETA:

Art. 1º Atribui Triênio por Tempo de Serviço, no percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora Municipal, Sra. SIRLEY TEREZINHA SEIBT, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 27 de maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Corupá

PREFEITURA

Lei Nº 2.103/13

LEI Nº 2.103/13

RESTRINGE A COMERCIALIZAÇÃO E O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em Logradouros Públicos do Município de CORUPÁ-SC.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, são considerados Logradouros Públicos:

I - as avenidas;

II - as rodovias;

III - as ruas;

IV - as alamedas, servidões;

V - as calçadas;

VI - as praças;

VII - as ciclovias;

VIII - a via férrea;

IX - as pontes e viadutos;

X - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XI - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XII - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública;

XIII - as repartições públicas e adjacências.

Parágrafo Único: Nos locais enquadrados nos itens acima, poderá haver o consumo de bebidas alcoólicas quando houver evento realizado pelo Poder Público ou devidamente autorizado por ele.

Art.3º - Os estabelecimentos que forem objeto da restrição prevista nesta Lei deverão afixar cartaz, informando a proibição e constando o número da LEI.

Art.4º - O descumprimento da presente, pelos estabelecimentos que forem objeto da restrição prevista nesta Lei, acarretará o pagamento de multa no valor de 10 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

Parágrafo Único: A reincidência levará a cassação do alvará, multa em dobro e consequente fechamento do estabelecimento comercial.

Art.5º - O Poder Executivo poderá firmar convênio com a Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme o Art.144, Parágrafo 5, da Constituição Federal para a fiscalização do cumprimento da presente LEI.

Art.6º - O cidadão que estiver consumindo bebida alcoólica em logradouro público, primeiramente será advertido acerca de sua conduta e informado dos termos da presente Lei, para encerrar com o consumo de bebida alcoólica no mesmo ou retirar-se do local.

Art.7º - O descumprimento do artigo anterior sujeitará a apreensão da bebida que estiver em poder do infrator e o seu perdimento com a sua imediata destruição e multa equivalente ao valor de dez (10) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), na primeira infração, cobrada em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo Único: O Poder de Polícia referente a esta Lei será exercido, além do prescrito no Art.5º, por qualquer autoridade policial.

Art.8º - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 27 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos 27 dias do mês de maio de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Nº 2104/2013.

LEI Nº 2104/2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A FAZER CESSÃO DE USO DE ESPAÇOS DESTINADOS A DESENVOLVIMENTO E PRÁTICA DE PROJETOS NAS ÁREAS DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Corupá autorizado a realizar cessão de uso do Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, situado na Rua José Pasqualini, n. 190, Bairro João Tozini, neste Município de Corupá.

§ 1º - A critério da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, poderão ser cedidos outros espaços sob sua administração, com a condição de que seja para atender os objetos dos projetos de que trata o Art. 2º da presente LEI.

§ 2º - A cessão de uso de que trata o caput deste artigo poderá ser parcial ou na sua totalidade.

Art. 2º - Só será admitida a cessão de uso à pessoa física ou jurídica que tenha projeto aprovado na área do turismo e/ou cultura e/ou esporte e/ou lazer.

§ 1º - Os projetos serão selecionados por comissão, composta por 3 (três) pessoas, nomeada pelo Sr. Prefeito Municipal.

§ 2º - Não serão admitidos projetos que tragam ônus ao Município excetuando-se o disposto no Art. 3º da presente LEI.

§ 3º - Os projetos de que trata esta Lei serão voltados a atender exclusivamente os munícipes de Corupá, não sendo admitidas cobrança de taxas, mensalidades, ingressos, ou qualquer outro tipo de ônus aos beneficiados.

§ 4º - O Município poderá, a seu critério, designar servidor, ou outro profissional que entenda competente, para acompanhar a execução do projeto.

§ 5º - A comissão de que trata o parágrafo anterior contará com o suporte da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, ou outra que a venha substituir, para fazer a seleção dos projetos apresentados.

Art. 3º)- Fica o Município autorizado a arcar com as despesas com materiais, equipamentos e sobre o consumo de água, energia elétrica telefone, realizadas em decorrência do desenvolvimento e prática dos projetos de que trata o Art. 2º desta LEI.

Parágrafo único: As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento do Município.

Art. 4º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 27 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos 27 dias do mês de maio de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 2566/13

PORTARIA Nº 2566/13

NOMEIA A COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Corupá,

- Presidente: JOSIMAR CALDEIRA;
- Suplente: VALQUIRIA MICHALAK;
- Secretário: JÉSSICA TAMARA PEZZATO;
- Suplente: JULIANA TWARDOWSKI;
- Membro: DAIRTON JOSE GIRALDI;
- Suplente: EDERSON CLEITON MAHS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria 2217/13, de 02 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 2567/2013

PORTARIA Nº 2567/13

DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Corupá, os servidores:

- JOSIMAR CALDEIRA (Pregoeiro);
- VALQUIRIA MICHALAK (Pregoeiro substituto).

Parágrafo Único: O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Corupá, os Servidores:

- JÉSSICA TAMARA PEZZATO;
- JULIANA TWARDOWSKI;
- DAIRTON JOSE GIRALDI;
- EDERSON CLEITON MAHS.

Parágrafo Único: O edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com no mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2218/13, de 02 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N.º 2568/13

PORTARIA N.º 2568/13

NOMEIA A COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Os procedimentos licitatórios realizados pela Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, ficarão sob

responsabilidade da comissão de licitação nomeada pela portaria nº 2266/13, de 28 de maio de 2013:

- Presidente: JOSIMAR CALDEIRA;
- Suplente: VALQUIRIA MICHALAK;
- Secretário: JÉSSICA TAMARA PEZZATO;
- Suplente: JULIANA TWARDOWSKI;
- Membro: DAIRTON JOSE GIRALDI;
- Suplente: EDERSON CLEITON MAHS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria 2219/13, de 02 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N.º 2570/13

PORTARIA N.º 2570/13

NOMEIA A COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PELA AUTARQUIA DENOMINADA ÁGUAS DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Os procedimentos licitatórios realizados pela Autarquia denominada Águas de Corupá, ficarão sob responsabilidade da comissão de licitação nomeada pela portaria nº 2217/13, de 02 de janeiro 2013:

- Presidente: JOSIMAR CALDEIRA;
- Suplente: VALQUIRIA MICHALAK;
- Secretário: JÉSSICA TAMARA PEZZATO;
- Suplente: JULIANA TWARDOWSKI;
- Membro: DAIRTON JOSE GIRALDI;
- Suplente: EDERSON CLEITON MAHS.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria 2221/13, de 02 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 28 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N.º 2569/13

PORTARIA Nº 2569/13

DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 445/12, de 01 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão eletrônico, no âmbito da Prefeitura Municipal de Corupá, os servidores:
- JOSIMAR CALDEIRA (Pregoeiro);
- VALQUIRIA MICHALAK (Pregoeiro substituto).

Parágrafo Único: O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão eletrônico, no âmbito da Prefeitura Municipal de Corupá, os Servidores:

- JÉSSICA TAMARA PEZZATO;
- JULIANA TWARDOWSKI;
- DAIRTON JOSE GIRALDI;
- EDERSON CLEITON MAHS.

Parágrafo Único: O edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com no mínimo de dois integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria 2220/13, de 02 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de maio de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Lei N º 4.997/2013

LEI N º 4.997/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I - BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA

- Rua Rossa Fogaça com extensão de 80,00 m e largura de 12,00 m.
- Rua Ricardo Lenzer com extensão de 100,00 m e largura de 12,00 m.
- Rua sem denominação nº 20 com extensão de 68,00 m e largura de 10,00 m.
- Rua Carlos Di Domênico com extensão de 239,00 m e largura de 10,00 m.

II - BAIRRO BOM JESUS (CASCATINHA)

- Rua Sem denominação nº 16 com extensão de 200,00 m e largura de 9,00 m.

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou

paralelepípedos que foram retirados das Avenidas Salomão Carneiro de Almeida e Gov. Jorge Lacerda, bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

LENORA ELISA BORSARINI

Secretária de Planejamento

Lei Nº 4.998/2013

LEI Nº 4.998/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR E DOAR ÁREA DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, sob a modalidade de compra e venda, uma área de terras com 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados) não edificada, localizada no Bairro São Francisco neste Município ao lado Norte da Rodovia SC 451 distando 480,00 m² ao oeste da Ponte sobre o Arroio Estância Nova, de propriedade de Espólio de Alfredo Granemann Driessen, objeto parcial da Transcrição Imobiliária n. 10.609 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, com as descrições e confrontações constantes do memorial descritivo que faz parte integrante desta lei e que será destinado a instalações de novas indústrias.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, por doação, através de processo licitatório na forma prevista no artigo 17 da Lei n. 8.666/93 e artigo 103 da Lei Orgânica do Município, a área de terras descrita no artigo 1º.

Art. 3º. Fica fixado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a data da adjudicação, para a empresa protocolar junto à Prefeitura Municipal, o projeto das instalações a serem feitas na área ora doada, e de 12 (doze) meses para construção das instalações da empresa e para seu funcionamento sob pena de, não ocorrendo, reverter a área ao Patrimônio Municipal, assim como em caso de extinção da entidade ou da empresa, ou ainda, caso ocorra mudança de atividades que não sejam direcionadas às atuais finalidade da empresa vencedora do certame ou aos objetivos previstos nesta LEI.

Parágrafo único: Eventual prorrogação dos prazos previstas neste artigo deverá ser solicitada de forma justificada e comprovada e somente poderá ser concedida após análise do pedido pelos membros da comissão prevista no parágrafo único do art. 5º desta lei.

Art. 4º - A respectiva ordem de escritura somente será concedida por ocasião do início da construção, e nela deverá constar a cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, sob as penas do artigo 2º desta LEI.

§ 1º - Poderá a donatária oferecer o imóvel em garantia de financiamento junto às instituições financeiras oficiais, para obtenção de recursos destinados à edificação, instalação, automatização, ampliação, investimentos e outros interesses, os quais revertam em benefício à unidade da beneficiária que comprovará a necessidade e o destino dos recursos alocados.

§ 2º - Após um ano de emissão do alvará de licença e localização e do efetivo funcionamento da beneficiária e a requerimento da mesma, poderá ser dispensado o gravame da inalienabilidade através de ato do Poder Executivo, devidamente averbado na matrícula imobiliária respectiva, desde que comprovado que os valores dos investimentos superem a 3 (três) vezes o valor da área ora doada.

Art. 5º - A dispensa do gravame da inalienabilidade poderá ser concedida após o cumprimento das exigências impostas, as quais serão analisadas por uma comissão de 4 (quatro) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, os quais emitirão parecer no prazo de 3 (três) dias após serem notificados.

Parágrafo único: A comissão referida será composta por um membro a ser indicado pelos seguintes órgãos:

- Poder executivo;
- Poder Legislativo;
- Associação Comercial e Industrial;
- Conselho Municipal de Indústria e Comércio

Art. 6º. As condições e exigências para participação do processo licitatório vêm determinadas pelo Edital de licitação respectivo.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 4.999/2013

LEI Nº 4.999/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, autorizado a firmar convênio com União das Associações de Bairros de Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 01.020.462/0001-33 objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento de Projetos sociais aprovados pelo CMDCA.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à entidade a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA através a Ata de 16/04/2013

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 022/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS DE CURITIBANOS.

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado União das Associações de Bairros de Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 01.020.462/0001-33 neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município a União das Associações de Bairros de Curitiba, para atendimento dos projetos do CASEP - Centro de atendimento Socioeducativo Provisório.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à entidade a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA através a Ata de 16/04/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA : A entidade obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.999/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 21 de maio de 2013.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Presidente UABC

Lei Nº 5.000/20013

LEI Nº 5.000/20013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012:

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.041 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4.4.90.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 198.377,25 (cento e noventa e oito mil, trezentos e setenta e sete reais, vinte e cinco centavos).

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO ATIV. EPIDEMIOLOGIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 98.377,25

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.041 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4.4.90.00.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 198.377,25

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte de recursos, no valor total de R\$ 198.377,25.

Art. 4º - Esta lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

CARINE TATSCH

Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 5.001/2013

LEI Nº 5.001/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012:

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0215 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO
3.3.90.00.00.00.00.00.0274 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.043 MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO CO-FINANCIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAMU
3.3.90.00.00.00.00.00.0245 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 540.469,29 (quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, vinte e nove centavos).

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 99.597,25

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 59.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0215 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 10,76

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 39.444,40

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 13.498,65

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO
3.3.90.00.00.00.00.00.0274 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 31.325,69

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 16.700,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.043 MANUTENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXID
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 18.859,13

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 128.755,54

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 44.448,03

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO CO-FINANCIAMENTO ATEN-
ÇÃO BÁSICA
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 88.695,27

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAMU
3.3.90.00.00.00.00.00.0245 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 134,57

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do superávit financeiro do exercício de 2012, no valor de R\$ 540.469,29, conforme decreto nº 4.286/2013.

Art. 4º - Esta lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de maio de 2013.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 5.002/2013 LEI Nº 5.002/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012:

INCLUI FONTE DE RECURSO
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA
4.4.90.00.00.00.00.00.0258 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais):

SUPLEMENTAÇÃO:
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA

4.4.90.00.00.00.00.00.0258 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 61.200,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte no valor de R\$ 61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais) em virtude de Transferência Fundo a Fundo em consequência da pré-proposta nº 4204802302446/12068, para Ampliação de Unidade de Saúde da Cohab I, encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde e aprovada pelo Fundo Nacional de Saúde.

Art. 4º - Esta lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de maio de 2013.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e tres dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 5.003/20013

LEI Nº 5.003/20013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - FIA A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS - A.D.C.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Juventude, autorizado a celebrar convênio com a Associação Desportiva Curitiba, inscrita no CNPJ nº 08.582.180/0001-79, para atendimento dos projetos aprovados pelo CMDCA.

Art. 2º - Pelo convênio ora celebrado o Município repassará a Associação beneficiária a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em quatro parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA através da Ata de 16/04/2013

Art. 3º- A entidade beneficiada prestará contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão dos repasses até apresentação das contas.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações previstas nesta lei e no orçamento vigente.

Art. 5º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de maio de 2013.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e tres dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO**TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS.**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, por intermédio de seu titular, doravante denominado de interveniente e de outro lado a Associação Desportiva Curitiba, inscrita no CNPJ nº 08.582.180/0001-79, neste ato representada por seu presidente resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos estabelecidos a seguir :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município através do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio ora celebrado o Município repassará a Associação beneficiária a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em quatro parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA através da Ata de 16/04/2013

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem em investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.003/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 23 de maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Presidente Associação

Decreto Nº 4.298/2013

DECRETO Nº 4.298/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal da PREFEITURA MUNICIPAL as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012,

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS - SECRET. TRANSP. OBRAS

4490000000.00.165 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS - SECRET. TRANSP. OBRAS

4490000000.00.165 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 487.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 487.500,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio com a União Federal através do MAPA conforme contrato Nº 780008/2012 do Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 487.500,00 (Quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

Art. 4º - Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMARY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.299/2013

DECRETO Nº 4.299/2013

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.861/2012

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso na forma disposta pelo §1º do artigo 13 da Lei n. 4.861/2012.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

REGIMENTO INTERNO**CAPITULO I****DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO**

Art. 1º O Conselho Municipal do Idoso, criado pela Lei Municipal N.º 4.861, de 27 de Junho de 2012, é um órgão colegiado de caráter público, sem fins lucrativos, credo político ou religioso, com prazo indeterminado de duração, que se regerá por este Regimento e por resoluções do Conselho Pleno, vinculado e não subordinado à Secretaria Municipal de AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Art. 2º - O Conselho Municipal do Idoso, órgão paritário com função consultiva, deliberativa, controladora e fiscalizadora da política de defesa dos direitos do idoso, tem por finalidade congregar e conjugar esforços dos órgãos públicos, entidades privadas e grupos organizados, que tenham em seus objetivos o atendimento de pessoas idosas, estabelecendo as diretrizes e a definição da Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina.

CAPITULO II**DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal do Idoso a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso e ainda:

I - a formulação da política de promoção, de proteção e de defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção do idoso na vida sócio-econômica e político-cultural do Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, objetivando, ainda, a eliminação de preconceitos;

II - formular, acompanhar e fiscalizar a Política Social da Terceira Idade, a partir de estudos e pesquisas que levem em conta fundamentalmente, a sua inter-relação com o sistema social vigente;

III - participar da elaboração do diagnóstico social do Município e aprovar o Plano Integrado Municipal do Idoso, garantindo o atendimento integral ao idoso;

IV - aprovar programas e projetos de acordo com a Política do Idoso em articulação com os planos setoriais;

V - orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do "Fundo Municipal de Assistência Social", conforme prevê o art. 8º, inciso V da Lei Federal nº 8.842/94;

VI - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela coparticipação em organizações representativas dos idosos na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Atendimento ao Idoso;

VII - atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes públicas e privadas conveniadas de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VIII - acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das Entidades Públicas com Entidades Privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União;

IX - proporcionar medidas que assegurem o exercício dos direitos do Idoso;

X - propor aos órgãos das administrações públicas municipal a inclusão de recursos financeiros na proposta orçamentária destinada a execução da política do idoso;

XI - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros nas diversas áreas, destinados à execução da Política Municipal do Idoso;

XII - oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas à valorização do Idoso;

XIII - articular a integração de entidades governamentais e não governamentais que atuam na área do idoso.

XIV - o pronunciamento, a emissão de pareceres e a prestação de informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, à proteção e a defesa dos direitos do idoso;

XI - a aprovação, de acordo com critérios estabelecidos neste Regimento, do cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento ao idoso, que pretendam se integrar ao Conselho;

XII - o recebimento de petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos

direitos assegurados aos idosos, com a adoção das medidas cabíveis;

CAPITULO III**DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO**

Art. 4º - O Conselho Municipal do Idoso - CMI, é composto de 08 (oito) Conselheiros Titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não-governamentais, sendo:

I - um representante da Secretaria do da Ação Social e Habitação

II - um representante da Secretaria de Saúde;

III - um representante da Secretaria de Educação e Cultura;

IV - um representante da Secretaria de Esportes e Lazer

V - um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes segmentos representantes da sociedade civil atuantes no campo da defesa ou da promoção dos direitos da pessoa idosa:

a) organizações de Trabalhadores;

b) organizações de Empregadores;

c) organizações de Aposentados;

d) um representante dos trabalhadores na área do idoso.

Art. 5º - O Conselho Municipal do Idoso terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

SEÇÃO I**DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 6º. À Assembleia Geral do Conselho compete:

I - deliberar sobre assuntos encaminhados à sua apreciação;

II - baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias a regulamentação e implantação da Política Municipal dos Direitos do Idoso;

III - aprovar a criação e dissolução de Comissões Técnicas, suas respectivas competências, sua composição e prazo de duração;

IV - requisitar aos órgãos da administração pública municipal e as organizações não governamentais, documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;

V - eleger a Diretoria Executiva, até 30 (trinta) dias após a posse do Conselho, por maioria absoluta de seus membros titulares e na ausência destes pelos respectivos suplentes;

VI - convocar a Conferência Municipal dos Direitos do Idoso que se reunirá a cada dois anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, sob a coordenação deste Conselho mediante Regimento próprio;

VII - deliberar por maioria simples a destituição de Conselheiros.

Art. 7º. Compete a Assembleia Geral do Conselho Municipal do Idoso deliberar:

I - por maioria de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros nos seguintes casos:

1. aprovação e alteração do Regimento Interno;

2. eleição da Diretoria Executiva;

II - Nos demais casos com a presença da maioria de (50% 1) dos Conselheiros em primeira convocação; e em segunda convocação 30 (trinta) minutos após com qualquer número.

Parágrafo único. No caso do inciso I, se não for alcançado o quorum de 3/4 (três quartos), será convocada nova reunião, dentro do prazo de 7 dias úteis.

Art. 8º. A Assembleia Geral será composta pelos membros do Conselho presentes na forma deste Regimento, ao qual compete acompanhar e controlar em todos os níveis, as ações de sua competência.

Parágrafo único. Os membros suplentes terão direito a voz nas reuniões, tendo direito a voto quando em substituição do titular, integrando a Assembleia Geral para efeito de quorum.

Art. 9º. Todas as sessões do Conselho, serão públicas e precedidas de ampla divulgação e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral serão encaminhadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Secretaria, para publicação no Jornal Oficial do Município.

Art. 10. A Assembleia Geral do Conselho reunir-se-á mensalmente

em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou requerimento da maioria absoluta de seus membros com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo único. Os assuntos urgentes deverão ser decididos pelo Presidente de ofício, "ad referendum" do Conselho.

Art. 11. As reuniões do Conselho serão realizadas, mediante convocação por escrito, com antecedência mínima de 5 dias úteis, devendo constar da mesma, a ordem do dia com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art. 12. As reuniões terão sua pauta preparada pelo 1º Secretário e dela constará necessariamente;

I - abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II - avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Assembleia Geral;

III - outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho;

IV - a ordem do dia abrangerá a discussão e votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art. 13. A deliberação sobre as matérias originárias das Comissões obedecerá as seguintes etapas;

I - o Presidente dará a palavra ao Relator da Comissão para exposição da matéria e apresentação do relatório por escrito;

II - terminada a exposição e a leitura do relatório a matéria será posta em discussão;

III - encerrada a discussão far-se-á votação.

Art. 14. É facultada a qualquer Conselheiro vistas de matéria ainda não julgada, por prazo fixado pelo Presidente, que não excederá 10 (dez) dias, devendo necessariamente entrar em pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Quando mais de um Conselheiro pedir vistas, o prazo deverá ser utilizado conjuntamente pelos Conselheiros.

Art. 15. Qualquer Conselheiro poderá apresentar matéria para apreciação da Assembleia Geral, desde que a encaminhe à Secretaria Executiva, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, para inclusão na pauta da reunião subsequente.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

Art. 16. A Diretoria é composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, que serão escolhidos dentre os seus membros, em quorum mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão;

SUB SEÇÃO I

DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Art. 17. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão eleitos, entre seus membros, em reunião do Conselho, por um período de 2 (dois) anos, por maioria absoluta.

Parágrafo único. O Presidente poderá ser reconduzido por um mandato consecutivo.

Art. 18. Compete ao Presidente:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - ordenar o uso da palavra;

III - submeter à votação as matérias a serem decididas pela Assembleia Geral, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;

IV - assinar atas, resoluções e/ou documentos relativos às deliberações do Conselho;

V - submeter à apreciação da Assembleia Geral relatório anual do Conselho;

VI - delegar competências;

VII - decidir as questões de ordem;

VIII - representar o Conselho em todas as reuniões, em juízo ou fora dele, podendo delegar a sua representação "ad referendum" do Conselho;

IX - determinar ao 1º Secretário, no que couber, a execução das

deliberações emanadas do Conselho;

X - formalizar, após aprovação do Conselho, os afastamentos e licenças aos seus membros;

XI - determinar a inclusão na pauta de trabalhos dos assuntos a exame do Conselho;

XII - instalar as comissões constituídas pelo Conselho;

XIII - cumprir e fazer cumprir as normas e decisões tomadas pela Conferência Municipal dos Direitos do Idoso.

Artigo 8º. O Presidente do Conselho será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente, a quem cumprirá o exercício de suas atribuições.

Art. 19. Ao Vice-Presidente compete:

I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausência;

II - acompanhar as atividades do 1º 1º Secretário;

III - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

IV - exercer as atribuições que a ele sejam conferidas pela Assembleia Geral.

SUBSEÇÃO II

DO 1º E 2º SECRETÁRIO

Art. 20. Compete ao 1º Secretário:

I - elaborar as atas;

II - expedir correspondências e arquivar documentos;

III - prestar contas dos seus atos à Presidência, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no Conselho;

IV - informar os compromissos agendados à Presidência;

V - manter os Conselheiros titulares e suplentes informados das reuniões e da pauta a ser discutida, inclusive no âmbito das Comissões de Trabalho e de assuntos de interesse do idoso;

VI - lavrar as atas das reuniões, proceder a sua leitura e submetê-la à apreciação e aprovação do Conselho, encaminhando-as aos Conselheiros;

VII - apresentar, anualmente, relatório das atividades do Conselho;

VIII - receber, previamente, relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de processamento e inclusão na pauta;

IX - exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente ou pela Assembleia Geral.

Art. 21. As ações dos Secretários serão subordinadas ao Presidente que atuará em conformidade com as decisões da Assembleia Geral.

Art. 22. O 1º Secretário, em suas faltas ou impedimentos, será substituído pelo 2º 1º Secretário a quem competirá o exercício de suas atribuições.

Art. 23. Ao 2º Secretário compete:

I - substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e ausências;

II - acompanhar as atividades do 1º Secretário;

III - auxiliar o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições;

IV - exercer as atribuições que a ele sejam atribuídas pelo Presidente ou pela Assembleia Geral.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES

Art. 24. As Comissões, permanentes ou temporárias, serão constituídas paritariamente dentre os conselheiros compostas de 4 (quatro) a 6 (seis) membros.

Art. 25. O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes:

a) saúde;

b) família e habitação;

c) educação, cultura e lazer;

d) trabalho e aposentadoria;

e) avaliação de projetos.

I - as atividades das Comissões Técnicas obedecerão à metodologia e normas de procedimentos elaboradas pela própria Comissão, avaliadas e aprovadas em seção plenária do Conselho;

II - para melhor desempenho do Conselho poderão ser convidadas pessoas físicas com notória qualificação na área de assistência ao idoso, bem como representantes de instituições afins, com o objetivo de prestar assessoramento ao Colegiado em assuntos específicos, em tempo determinado;

III - as Comissões Técnicas deverão trabalhar de acordo com as prioridades e demandas, com justificativas de estudos da realidade com a qual estarão trabalhando;

IV - as Comissões Técnicas deverão ter a preocupação com a área de abrangência de suas ações, contemplando as populações das zonas urbanas e rurais;

V - as Comissões Técnicas permanentes deverão apresentar a plenária, plano de ação referente as respectivas competências;

VI - as Comissões Técnicas permanentes deverão apresentar semestralmente relatórios de suas atividades e extraordinariamente quando necessário ou solicitado pela plenária do Conselho;

VII - o Conselho poderá ainda formar comissões temporárias com prazo e objetivo determinado.

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 26. À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHEIROS

Art. 27. Aos membros do Conselho do Idoso compete:

I - Comparecer as reuniões;

II - debater e votar a matéria em discussão;

III - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa, ou a Secretaria;

IV - pedir vistas de processo, pelo prazo a ser fixado pelo Presidente;

V - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;

VI - participar, das Comissões Técnicas com direito a voto;

VII - proferir declarações de voto, quando o desejar;

VIII - propor temas e assuntos à deliberação da Assembleia Geral;

IX - propor a Assembleia Geral, a convocação de audiência ou reunião da Assembleia Geral;

X - apresentar questão de ordem na reunião;

XI - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS PARA O CADASTRAMENTO

DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 28 - As organizações não governamentais para se cadastrarem e integrar o Conselho, deverão preencher as condições exigidas neste Regimento, incluindo o plano de trabalho da entidade com as pessoas idosas, e apresentar os documentos abaixo especificados:

I - ata da constituição da entidade e/ou organização não governamental;

II - ata da eleição e posse da Diretoria;

III - estatuto;

IV - alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município;

V - documento de inscrição na Receita Federal - CNPJ;

VI - matrícula no INSS e certidão negativa de débito;

VII - certidão de utilidade pública municipal para as entidades beneficentes e/ou filantrópicas.

Parágrafo Único. Será concedido um prazo de 120 (cento e vinte) dias para as organizações não governamentais regularizarem a sua documentação.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 29. Será destituído, o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

II - faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, sem justificativas;

III - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

IV - for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal;

§ 1º. O Presidente, após deliberação por maioria absoluta da

Assembleia Geral, a cerca da destituição do Conselheiro, comunicará à entidade ou Poder Público que o nomeou para que seja feita a substituição.

§ 2º. A entidade em caso de renúncia deverá indicar um novo representante.

Art. 30. Perderá a representação no Conselho a entidade, instituição ou organização não governamental que incorrer numa das seguintes condições:

I - atuação irregular de acentuada gravidade administrativa que a torne incompatível com as finalidades do Conselho;

II - extinção de sua base territorial de atuação no Município, inclusive por determinação judicial;

III - desvio de sua finalidade principal, pela não prestação dos serviços propostos na área de defesa e atendimento ao idoso;

IV - renúncia;

§ 1º. A perda do mandato dar-se-á por deliberação da maioria simples da Assembleia Geral do Conselho, em procedimento iniciado por provocação de quaisquer dos seus integrantes, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 2º Em caso de não haver entidade suplente, a mesma será substituída por outra inscrita, através de edital de convocação, publicado em órgão da imprensa de grande circulação no Município e aprovado pelo Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo ou em parte, Qualquer alteração posterior ao regimento interno dependerá da deliberação de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros do CMI, em reunião plenária convocada especialmente para esse fim.

Art. 32. Todos os conselheiros têm livre acesso a documentação do CMDI, mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho, observado o sigilo legal.

Art. 33. Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária e religiosa nas atividades do Conselho.

Art. 34. Nenhum membro poderá agir em nome do Conselho sem prévia delegação.

Art. 35. O Conselho acompanhará todos os assuntos do seu interesse nos planos municipal, estadual, nacional e internacional, realizando estudos, debates e propondo ações.

Art. 36. Registrando dúvidas de interpretação ou constatando-se lacuna neste Regimento Interno, a Assembleia Geral deverá decidir a respeito.

Art. 37. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba/SC, 15 de maio de 2013.

Conselho Municipal do Idoso

Presidente

013.

Decreto Nº 4.300/2013

DECRETO Nº 4.300/2013

REGULAMENTA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS CRIADO PELA LEI N. 4.959/2013.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba/SC e na forma do § 4º do art. 5º da Lei n. 4.959/2013 :

DECRETA

Art. 1º. O Fundo de Habitação e interesse social - FHIS criado pela Lei n. 4.959/2013 será gerido por um Conselho Gestor como órgão deliberativo que será composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil:

Art. 2º. O Conselho gestor será composto por membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos seguintes órgãos e entidades nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo:

I - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

II - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento

III - Representante da União das Associações de Bairros do Município de Curitiba;

IV - Representante da ACEA - Associação Curitibanense de Engenheiros e Arquitetos .

Art. 3º. A Presidência do Conselho-Gestor do FHS será exercida pelo Diretor responsável pela área habitacional.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de maio de 2013.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.301/2013

DECRETO Nº 4.301/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - COMICTS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e conforme determina a Lei nº 3.813/2005:

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para, comporem o Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, conforme estabelece o art. 3º da Lei 3.813/2005:

I - Representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo - SICT.

- Amaury Silva - Presidente

II - Representantes do Sindicato da Indústria Florestal de Curitiba - SIFC

- Luiz Fernando Brocardo - Titular

- Wolmar Pellizzaro - Suplente

III - Representantes da Câmara dos Diretores Lojistas - CDL

- José Moreira - Titular

- Milton Pozzo da Silva - suplente

IV - Representantes da Associação Comercial Industrial de Curitiba - ACIC

- Ulysses Gaboardi Filho - titular

- Jair Euclides Rosa - suplente

V - Representantes de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares

- Marcos Toscan - titular

- Algeu Beppler Junior - suplente

Art. 2º - O conselho será presidido pelo Sr. Amaury Silva,

representante da Secretaria de Indústria e Comércio.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de maio de 2013.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.302/2013

DECRETO Nº 4.302/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.000/2013.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pela Lei n. 5000/2013:

DECRETA

Art. 1º - Inclui no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5000/2013:

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.041 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

4.4.90.00.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5000/2013 no montante de R\$ 198.377,25 (cento e noventa e oito mil, trezentos e setenta e sete reais, vinte e cinco centavos).

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO ATIV. EPIDEMIOLOGIA

3.3.90.00.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 98.377,25

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.041 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

4.4.90.00.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

4.4.90.00.00.00.00.00.0251 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 198.377,25

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte de recursos, no valor total de R\$ 198.377,25.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de maio de 2013.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decretoi aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4.303/2013

DECRETO Nº 4.303/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.001/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma autorizada pela Lei n. 5.001/2013 :

DECRETA

Art. 1º - Inclui no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.001/2013:

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0215 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO
3.3.90.00.00.00.00.00.0274 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.043 MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO CO-FINANCIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAMU
3.3.90.00.00.00.00.00.0245 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.001/2013, no montante de R\$ 540.469,29 (quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, vinte e nove centavos).

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 99.597,25

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 59.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0215 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 10,76

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 39.444,40

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 13.498,65

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO
3.3.90.00.00.00.00.00.0274 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 31.325,69

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0213 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 16.700,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.043 MANUTENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXID
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 18.859,13

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 128.755,54

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 44.448,03

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO CO-FINANCIAMENTO ATEN-
ÇÃO BÁSICA
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 88.695,27

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAMU
3.3.90.00.00.00.00.00.0245 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 134,57

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do superávit financeiro do exercício de 2012, no valor de R\$ 540.469,29, conforme decreto nº 4.286/2013.

Art. 4º - Este decreto em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de maio de 2013.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de maio
do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4.304/2013

DECRETO Nº 4.304/2013
INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇA-
MENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI
Nº 5.002/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo
artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e
na forma autorizada pela Lei n. 5.002/2013:

DECRETA

Art. 1º - Inclui no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fon-
tes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.002/2013:

INCLUI FONTE DE RECURSO
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA
4.4.90.00.00.00.00.00.0258 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do or-
çamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma au-
torizada pela Lei n. 5.002/2013 no montante de R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais):

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA
4.4.90.00.00.00.00.00.0258 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 61.200,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utiliza-
do parte do excesso de arrecadação por fonte no valor de R\$
61.200,00 (Sessenta e um mil e duzentos reais) em virtude de
Transferência Fundo a Fundo em consequência da pré-proposta nº
4204802302446/12068, para Ampliação de Unidade de Saúde da
Cohab I, encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde e aprovada
pelo Fundo Nacional de Saúde.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de maio de 2013.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de maio
do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal
Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

Republicação - Decreto Nº 4.287/2013

DECRETO Nº 4.287/2013
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo
artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

DECRETA

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas
municipais de Curitiba, no dia 31 de maio de 2013 - sexta feira,
em virtude do feriado de Corpus Christi.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas mu-
nicipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem,
por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do
ano de dois mil e treze, na secretaria e no mural da Prefeitura
Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Republicação - Decreto Nº 4.290/2013

DECRETO Nº 4.290/2013
INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇA-
MENTARIAS CONSTANTES DA LEI Nº 4.970/2013 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo
artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Muni-
cipal da Criança e do Adolescente as fontes de recursos abaixo na
forma autorizada pela Lei nº 4.970/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 08.243.0005.2011 MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 335000000000.00.169 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente na forma autorizada pela Lei n. 4.970/2013, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 08.243.0005.2011 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
 335000000000.00.169 TRANSFERENCIA A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS R\$ 40.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2012, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
 Secretário de Educação e Cultura

Republicação - Decreto Nº 4.291/2013

DECRETO Nº 4.291/2013
 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 4.971/2013

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 4.971/2013 no montante de R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e três reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMIN E FINAN.
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 06.181.0004.2010 MANUT. DO CONV. DE RADIO PATRULHA

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 22.543,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 13.392.0017.2074 MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
 3350000000.00.0123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 13.310,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL
 15.541.0022.2082 MANUT. DAS ATIV. AMB. E POL. DE PRESERVAÇÃO
 3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL
 18.541.0019.1025 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL
 18.541.0019.1026 PAVIMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL
 20.606.0024.1034 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍC. E IMPL. AGRÍCOLAS
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL
 20.606.0024.1035 OBRAS DE PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 51.620,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
 23.695.0026.1039 CONSTRUÇÃO DE PORTAIS
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 219.973,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 4.971/2013 no montante de R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e três reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
 3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.833,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
 22.661.0025.1037 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUSTRIAS
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.140,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 219.973,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e três reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Republicação - Decreto Nº 4.297/2013

DECRETO Nº 4.297/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 4.977/2013.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei n. 4.977/2013

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela Lei n. 4.977/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SECRET. DE TRANSP

4490000000.00.0311 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma prevista pela Lei n. 4.977/2013, no montante de R\$ 52.063,84 (cinquenta e dois mil, sessenta e três reais, oitenta e quatro centavos):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SECRET. DE TRANSP

4490000000.00.0311 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 52.063,84

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 52.063,84

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ALIENAÇÃO DE BENS ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial Nº 121/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de Material Hidráulico para Manutenção do Parque Pouso do Tropeiro, conforme Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 19/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 19/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel Vidal Ramos,860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 124/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para aquisição de gêneros alimentícios e materiais para consumo, para manutenção da Expocentro, que se realizará nos dias 11 a 14 de julho de 2013, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 25/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 24 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 126/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de peças para conserto da Escavadeira PC - 150, da Secretaria de Transportes e Obras, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 20/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 20/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 128/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a prestação de serviços para a realização de show de rodeio country durante a realização da Expocentro/2013, conforme anexo deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 12/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 12/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 27 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PROCESSO 105/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 105/2013****Data do Registro: 28/05/2013****Válido até: 28/05/2014****Objeto da Compra:** CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCÓPIAS E ENCADERNAÇÕES PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇO DE FOTOCÓPIA TIPO A-4 (02-19-3856)	SERV	SC CÓPIAS LTDA (334620)		0	0,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 105/2013****Data do Registro: 28/05/2013****Válido até: 28/05/2014****Objeto da Compra:** CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCÓPIAS E ENCADERNAÇÕES PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	ENCADERNAÇÃO ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4 (MOLA ESPIRAL COPATÍVEL , CAPA TRANSPARENTE E CONTRA-CAPA). (02-19-3857)		SERV SC CÓPIAS LTDA (334620)		0	2,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 105/2013****Data do Registro: 28/05/2013****Válido até: 28/05/2014****Objeto da Compra:** CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCÓPIAS E ENCADERNAÇÕES PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2013****PROCESSO Nº 105/2013**

(334620) - SC CÓPIAS LTDA

Curitibanos, 28 de Maio de 2013.

Edital de Leilão Nº 129/2013

EDITAL DE LEILÃO Nº 129/2013

O MUNICÍPIO DE Curitiba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, e Lei Municipal nº 4.495/2010; 4.743/2012; 4.943/2013; 4.944/2013; 4.946/2013, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 18.06.2013, no Auditório da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móveis abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital:

LOTE 01: 01 Automóvel GM/VECTRA CD, ano 1997, modelo 1998, Placas MMM 0121, RENAVAL 690275684, cor branca, gasolina, chassi 9BGJL19FWVB535882. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

LOTE 02: 01 Automóvel GM/CARAVAN, ano/modelo 1991, Placas MAG 7301, RENAVAL 551459638, cor branca, gasolina, chassi 9BGVN15EMMB104926. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00.

LOTE 03: 01 SUCATA de Camioneta GM/CHEVROLET AMBULÂNCIA, ano/modelo 1998, Placas MDU 2130, RENAVAL 551374160, cor branca, álcool, chassi 9BG5147NFEC008036. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

LOTE 04: 01 Caminhonete GM/CORSA ST, ano/modelo 2003, Placas MCJ 9016, RENAVAL 810192810, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00.

LOTE 05: Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE, ano/modelo 2002, Placas MCS 9202, RENAVAL 779341627, cor branca, gasolina, chassi 9BD15802524375575, 04 Portas. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00.

LOTE 06: Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE, ano/modelo 2003, Placas MBX 7405, RENAVAL 807888974, cor branca, gasolina, chassi 9BD15822534480541, 04 Portas. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00.

LOTE 07: Automóvel FIAT/UNO ELETTRONIC, ano/modelo 1994, Placas LYC 0346, RENAVAL 548286949, cor vermelha, gasolina, chassi 9BD106000R5268438, 04 Portas. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00.

LOTE 08: Automóvel IMP/ FIAT/TIPO 1.6 IE, ano/modelo 1995, Placas ANI 0510, RENAVAL 644155140, cor azul, gasolina, chassi ZFA160000S2770236, 04 Portas. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00.

LOTE 09: SUCATA de Automóvel FIAT/TEMPRA SW SLX, ano/modelo 1995, Placas GUO 3806, RENAVAL 648751201, cor verde, gasolina, chassi ZFA159000S7639889. LANCE INICIAL R\$ 800,00.

LOTE 10: Automóvel FIAT/PALIO 1.6 16V, ano/modelo 2002, Placas MBS 6745, RENAVAL 786314664, cor branca, gasolina, chassi 9BD1743822202857. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00.

LOTE 11: Automóvel RENAULT/SCENIC AUT 1616V, ano/modelo 2004, Placas MCK 9815, RENAVAL 833146130, cor branca, gasolina, chassi 93YJA00254J534547. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00.

LOTE 12: 01 Automóvel VW/GOL PLUS 16V, ano 2001, modelo 2002, Placas MFA 2640, RENAVAL 771715900, cor branca, gasolina, chassi 9BWCA05X82T036669. LANCE INICIAL R\$ 3.500,00.

LOTE 13: Automóvel VW/ GOL 1.0, ano/modelo 2007, Placas MGL 3631, RENAVAL 911887245, cor branca, álcool/gasolina, chassi 9BWCA05W77P073767, 04 portas. LANCE INICIAL R\$ 6.500,00.

LOTE 14: Automóvel VW/ GOL 1000, ano 1994, modelo 1995, Placas MAY 7517, RENAVAL 551389222, cor branca, gasolina, chassi 9BWZZZ30ZRT139766. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 15: Automóvel VW/GOL PLUS 1.0 16V, ano/modelo 2001, Placas MBA 4833, RENAVAL 758068204, cor branca, gasolina, chassi 9BWCA05X01P099756. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

LOTE 16: Automóvel VW/ GOL 1000, ano 1992, modelo 1993, Placas BMK 1319, RENAVAL 606675124, cor branca, gasolina, chassi 9BWZZZ30ZNT151834, 50 CV. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00.

LOTE 17: 01 Automóvel VW/GOL PLUS 16V, ano 2001, modelo

2002, Placas MFA 2690, RENAVAL 771716680, cor branca, gasolina, chassi 9BWCA05X72P029429. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 18: 01 Camioneta VW/KOMBI, ano/modelo 1997, Placas LYS 8986, RENAVAL 680607676, cor branca, gasolina, chassi 9BWZZZ237VP028687, 08 lugares. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

LOTE 19: 01 SUCATA de Camioneta VW/KOMBI, ano/modelo 1996, Placas LXM 6834, RENAVAL 651059283, cor branca, gasolina, 09 lugares. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

LOTE 20: 01 Microonibus VW/KOMBI ESCOLAR, ano 2005, modelo 2006, Placas MJC 5260, RENAVAL 876060602, cor branca, gasolina, chassi 9BWGB7X06P004910, 15 lugares. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00.

LOTE 21: 01 Camioneta VW/KOMBI, ano/modelo 1996, Placas MBC 6170, RENAVAL 666579644, cor branca, gasolina, chassi 9BWZZZ231DP053346, 09 lugares. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00.

LOTE 22: 01 VW/KOMBI, ano 2002, modelo 2003, Placas MFZ 4050, RENAVAL 796582718, cor branca, gasolina, chassi 9BWGB07X63P009248, 09 lugares. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00.

LOTE 23: 01 CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ, ano/modelo 1978, diesel, cor branca, Placas LZF 3948, RENAVAL 551336404. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00.

LOTE 24: 01 CAMINHÃO BASCULANTE VW/ 11.130, ano/modelo 1984, Placas MDU 2050, RENAVAL 551363576, chassi V006375, diesel, cor branca, 145CV. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00.

LOTE 25: 01 Ônibus ITAPEMIRIM/ 2 1350 S, ano/modelo 1982, Placas GRJ 8104, RENAVAL 275318974, diesel, 48 passageiros. LANCE INICIAL R\$ 30.000,00.

LOTE 26: 01 SUCATA de Microonibus RENAULT/MASTER BUS 16 DCI, ano/modelo 2005, Placas MCQ 2314, RENAVAL 857194070, diesel, 16 passageiros, cor branca, chassi 93YCDDUH55J610987. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 27: 01 SUCATA de Camioneta IMP/ ASIA TOPIC AMBULÂNCIA, ano 1995, modelo 1996, Placas LYM 3619, RENAVAL 659836297, cor branca, diesel, chassi KN4FAK2A0SC056166, 75 CV, 03 lugares. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00.

LOTE 28: 01 MOTONIVELADORA HWB 130 M, ano 1983. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00.

LOTE 29: 01 MOTONIVELADORA HWB 140 S, ano 1984. LANCE INICIAL R\$ 40.000,00.

LOTE 30: 01 TRATOR DE RODAS M.A./HUBER WARCO 130 M, ano/modelo 1976, Placas LXM 2198, RENAVAL 541597841, diesel, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00.

LOTE 31: PÁ CARREGADEIRA CATERPILAR 903 R. LANCE INICIAL R\$ 57.000,00.

LOTE 32: TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D 50, ano/modelo 1977. LANCE INICIAL R\$ 60.000,00.

LOTE 33: TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D 30, ano/modelo 1985, série B2063. LANCE INICIAL R\$ 35.000,00.

LOTE 42: LOTE DE DECORAÇÃO NATALINA. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

LOTE 34 - LOTE DE CARTEIRA ESCOLAR. Quantidade: 321. LANCE INICIAL R\$ 345,00

LOTE 35 - LOTE DE CADEIRA ESCOLAR. QUANTIDADE: 487. LANCE INICIAL R\$ 707,00

LOTE 36 - LOTE DE MESA INFANTIL. QUANTIDADE: 24. LANCE INICIAL R\$ 139,00

LOTE 37 - LOTE DE SUCATAS DE INFORMÁTICA CONTENDO CPUS, MONITORES E OUTROS PERIFÉRICOS. Quantidade: 163. LANCE INICIAL R\$ 804,00

LOTE 38 - LOTE DE MESAS DE MADEIRA. Quantidade: 12. LANCE INICIAL R\$ 90,00

LOTE 39 - LOTE DE ARMÁRIOS DIVERSOS DE AÇO. Quantidade: 17. LANCE INICIAL EM R\$ 89,00

LOTE 40 - LOTE DE SUPORTE E CALHA PARA LÂMPADA. Quantidade: 78. LANCE INICIAL EM R\$ 50,00

LOTE 41 - LOTE DE CADEIRA PARA AUDITÓRIO. Quantidade: 52. LANCE INICIAL R\$ 52,00

LOTE 42 - LOTE DE MAQUINAS ANTIGAS. Quantidade: 16. LANCE INICIAL R\$ 250,00

LOTE43 - LOTE DE FREEZER E GELADEIRA. Quantidade: 10. LANCE INICIAL R\$ 190,00

LOTE 44 - LOTE DE FOGÃO INDUSTRIAL. Quantidade: 04. LANCE INICIAL R\$ 60,00

LOTE 45 - LOTE DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS DIVERSOS, INCLUINDO VENTILADOR, MAQUINA DE LAVAR ROUPAS, LIQUIDIFICADOR, CLIMATIZADOR, ENCERADEIRA E BATEDEIRA. Quantidade: 10. LANCE INICIAL EM R\$ 95,00

LOTE 46 - LOTE DE ITENS DIVERSOS, COMO BALANÇAS, BEBEDOURO, CADEIRA ODONTOLÓGICA, MACA, QUADRO DE FÓRMICA, BANCO DE REFEITÓRIO. Quantidade: 11. LANCE INICIAL R\$ 270,00

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br. Correrão por conta do arrematante a regularização dos documentos junto ao Departamento de Trânsito respectivo, ficando isento o município de qualquer destas despesas;

Os bens serão vendidos na forma em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desistência por qualquer motivo após a assinatura da ata e encerramento do lance respectivo ao item alienado;

Curitiba, 28 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Aviso de Licitação. Modalidade: Pregão Presencial Nº: 0007/2013

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. Aviso de licitação. Modalidade: Pregão Presencial nº: 0007/2013

Processo licitatório nº: 0015/2013. Objeto: Aquisição de artigos diversos para compor kits que serão destinados ao programa social coração faxinalense. Data do Recebimento: 17/06/2013 às 09h00 min. Data da abertura: 17/06/2013 às 09h15 min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no departamento de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação. Modalidade: Tomada de Preço Nº 0006/2013.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Aviso De Licitação. Modalidade: Tomada de Preço nº 0006/2013. Processo licitatório nº: 0054/2013. Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra coberta para ampliar o espaço físico da escola municipal Alexandre Antonioli, em Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra. Data do recebimento: 17/06/2013 às 14h00min. Data da Abertura: 17/06/2013 às 14h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do departamento de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de maio de 2013.
EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Extrato de Aditivo de Contrato. Número do Contrato: 0050/2011

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Aditivo De Contrato. Contratante: Município De Faxinal Dos Guedes. Contratada: CRI Coleta, Reciclagem e Industrialização de Lixo Ltda ME. OBJETO: Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos Compactáveis, com a utilização de veículos equipados com caçamba coletora/compactadora com Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, em Unidade de Triagem e Aterro Sanitário de propriedade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias; e Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, com utilização de veículo diferenciado, exclusivo para esta finalidade, com destinação final em local possuidor de todas as licenças ambientais necessárias. Número do Contrato: 0050/2011. Segundo Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência e valor. AMPARO LEGAL: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0011/2011 na Modalidade Tomada de Preços nº 0002/2011 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de março de 2013.
EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº 0096/2013.

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº 0096/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Darumã Telecomunicações e Informática S/A. Objeto: Contratação de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação, referente ao item 01 - Computador Interativo, do Pregão Eletrônico nº 72 /2011b. Valor: R\$ 45.625,00 (quarenta e cinco mil seiscientos e vinte e cinco reais) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Administrativo nº 23034.025047/2011-55, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 72/2011, para Registro de Preços.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de maio de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº 0097/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº 0097/2013 Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes. Contratado: Pré moldados Oeste Ltda Objeto: Aquisição de forma parcelada de tubos de concreto. Valor: R\$ 64.070,00 (sessenta e quatro mil e setenta reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0048/2013, na Modalidade Carta Convite nº 0018/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de maio de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº. 0056/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0056/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Alberice e cia Ltda ME Objeto: Contratação de empresa para construção de pólo de academia da saúde, modalidade básica, localizada a rua I de maio, distrito da Barra Grande, município de Faxinal dos Guedes - o pólo de academia da saúde constara de um estrutura de apoio, com depósito, banheiro adaptado de uso masculino, um banheiro adaptado de uso feminino e uma área de vivencia coberta. Valor: R\$ 79.908,38 (setenta e nove mil novecentos e oito reais e trinta e oito centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº. 0040/2013

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Contrato. Contrato nº. 0040/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda ME. Objeto: Aquisição de materiais permanentes para a secretaria de assistência social. Valor: R\$ 15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0005/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de maio de 2013.
EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº. 0041/2013

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Contrato nº. 0041/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: ZH Informática Ltda ME. Objeto: Aquisição de materiais permanentes para a secretaria de assistência social. Valor: R\$ 18.558,00 (dezoito mil quinhentos e cinquenta e oito reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0005/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de maio de 2013.
EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Convocação dos Servidores Públicos Efetivos.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Convocação Dos Servidores Públicos Efetivos. O Prefeito Municipal, Edegar Giordani, em cumprimento do disposto na Lei Complementar 046/2006, CONVOCA a todos os Servidores Públicos Efetivos, para participarem da deliberação de escolha dos membros que farão parte da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório. Data 11/06/2013. Horário: 19h00min. Local: Câmara de Vereadores Municipal.

Faxinal dos Guedes, 27 de maio de 2013.
EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Forquilha**PREFEITURA****Extrato de Contrato Fma Nº. 12/2013**

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 12/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - RF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a execução de serviços de horas máquinas para extração e transporte de argila e seixo rolado, para aterro do terreno anexo ao Centro de Triagem, na Rodovia Municipal, 267, Bairro Vila Franca, Município de Forquilha.

VALOR - R\$ R\$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA - 150 (cento e cinquenta) dias corridos (prazo de execução 90 dias)
DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 09/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 15 de maio de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 118/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 118/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - TOTI REFORMADORA DE PNEUS N. SRA. DA CONCEIÇÃO LTD

OBJETO - O presente contrato tem por objeto, a prestação de serviços de recapagem de pneus para manutenção dos veículos da frota municipal de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.
VALOR - R\$ 76.372,00 (setenta e seis mil trezentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.
DOTAÇÃO - 0501.2015.3390 (53), 0703.2034.3390 (111).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 74/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 24 de maio de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Nota de Revogação

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº. 06/PMF/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/PMF/2013

OBJETO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de extintores novos contra principio de incêndio e recargas, para instalação em diversos veículos e prédios públicos do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo Pregoeiro, Sr. Valdecir Tiscoski, no dia vinte e oito do mês de maio de dois mil e doze, às dez horas, o mesmo certificou-se de que nenhuma empresa apresentou envelopes para participar do processo licitatório. Desta forma, a comissão decide por revogar o Pregão Presencial nº. 79/2013 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 28 de maio de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0184/2013

DECRETO Nº 0184, DE 29 DE MAIO DE 2013.

ALTERA COMPOSIÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÕES - JARI, NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei n.º 2053, de 30 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros titulares e suplentes da Junta Administrativa de Recurso e Infrações - Jari no Município de Fraiburgo:

I - Jesse da Cruz - Representante do Órgão Superior da Ortfrai;

II - Solange Rigo - Representante do Poder Executivo Municipal;

III - Matheus Soares França - Representante Suplente do Poder Executivo Municipal;

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 29 DE MAIO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1575/2013

PORTARIA Nº 1.575, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Remove Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o disposto no artigo 31, da Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo 3.076, de 28 de maio de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, a pedido, a servidora ALESSANDRA DEVENS, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 007.693.309-16, ocupante do cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Autarquia Municipal de Fraiburgo - SANEFRAI, para exercício de suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde de Fraiburgo, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1576/2013

PORTARIA N.º 1.576, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de AUGUSTO RIBEIRO ANTUNES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 020.672.999-56, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1577/2013

PORTARIA N.º 1.577, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE APARECIDA DOS SANTOS CASTILHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 808.065.119-15, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1578/2013

PORTARIA N.º 1.578, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EMANUELA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.080.879-75, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1579/2013

PORTARIA N.º 1.579, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRACILDA DE FÁTIMA DA SILVA, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 649.660.209-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1580/2013

PORTARIA N.º 1.580, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRMA MORAES, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 476.369.719-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,

com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de junho de 2013 até 01 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1581/2013

PORTARIA N.º 1.581, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 064.035.949-31, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de junho de 2013 até 01 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1582/2013

PORTARIA N.º 1.582, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.002.959-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1583/2013

PORTARIA N.º 1.583, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE LAZZARETTI VACARIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.965.359-39, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1584/2013

PORTARIA N.º 1.584, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ZILDA APARECIDA ROSA BUENO DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.355.899-59, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de junho de 2013 até 01 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1585/2013

PORTARIA N.º 1.585, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0168/2013, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PRISCILA LUCIANO FRANÇA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.805.899-31, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de junho de 2013 até 22 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1586/2013

PORTARIA N.º 1.586, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI ALVES DE RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 833.735.359-72, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de junho de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato do Edital de Seleção Act Nº 0008/2013 - Saneфри

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0008 DE 29 DE MAIO DE 2013.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter

Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de FARMACEUTICO-BIOQUÍMICO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 03 de junho a 07 de junho de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 29 de maio de 2013.

ELÓI REGALIN

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Contrato N°37/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 37/2013 Processo nº 97/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: Café Mistério Danceteria Ltda. - ME; CNPJ: 10.259.995/0001-63; Objeto: contratação de bandas para a realização das apresentações durante a XV Quermesse e III Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro no Município de Garopaba: 15 (quinze) apresentações realizadas por 12 (doze) artistas, incluindo show nacional com o cantor Zé Ramalho. Valor: R\$ 288.860,00(Duzentos e oitenta e oito mil oitocentos e sessenta reais);

Data da Assinatura: 10/05/2013.

Extrato de Contrato N°38/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 38/2013 Processo nº 100/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: MARCELO WEINRICH ME; CNPJ:13.984.763/0001-66; Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de Rack e Servidores de dados e rede, para Prefeitura Municipal de Garopaba, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2013. Valor: R\$ 6.000,00(seis mil reais); Data da Assinatura: 15/05/2013.

Extrato de Contrato N°34/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 34/2013 Processo nº 102/2013; Locatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Locador: LEIDE MARIA DE ABREU RAUPP; CPF: 743.620.549-87; Objeto: Locação de uma sala com área de 67,68 m², composta pelo imóvel com área total construída de 181,20, em terreno de 313,50 m², situado na Rua São Miguel, nº 31, Centro, Garopaba/SC, para uso do poder público municipal em virtude do funcionamento do Setor de Esportes da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 2.640,00(Dois mil e seiscentos e quarenta reais); Data da Assinatura: 02/05/2013.

Extrato de Contrato N°35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 35/2013 Processo nº 22/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: ROTA AUTO LOCADORA LTDA ME; CNPJ: 11.809.575/0001-76; Objeto: Locação de veículo para atender a secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 16.470,00(dezesseis mil quatrocentos e setenta reais); Data da Assinatura: 02/05/2013.

Extrato de Contrato N°36/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 36/2013 Processo nº 79/2013; Contratante: Fundo Municipal de Saúde; Contratada: FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA; CNPJ: 07.434.746-0001/52; Objeto: contratação de empresa para fornecimento de uniformes para unidades de Saúde (ESF), da Secretária Municipal de Saúde de Garopaba, conforme especificação constante no anexo I - Termo de Referência. Valor: R\$ 13.700,00(treze mil e setecentos reais); Data da Assinatura: 08/05/2013.

Extrato de Contrato N°39/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 39/2013 Processo nº 100/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA; CNPJ: 02.543.216/0001-29; Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de Rack e Servidores de dados e rede, para Prefeitura Municipal de Garopaba, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2013. Valor: R\$ 15.900,00(quinze mil novecentos reais); Data da Assinatura: 15/05/2013.

Extrato de Contrato Nº40/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 40/2013 Processo nº 109/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: Mistério Café danceteria; CNPJ: 10.259.995/0001-95; Objeto: contratação da Banda Sociedade Musical União dos Artistas, através de carta de exclusividade, para a Festa do Divino Espírito Santo, no acompanhamento das procissões nos dias 18 e 19 de maio de 2013. Valor: R\$ 2.200,00(Dois Mil e duzentos reais); Data da Assinatura: 16/05/2013.

Extrato de Contrato Nº41/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 41/2013 Processo nº 113/2013; Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Locador: EUCLIDES DA SILVA; CPF: 289.134.189-91; Objeto: Locação de um imóvel com comercial situado na Rua Professor Antonio José Botelho, nº 27, centro, Garopaba SC, para uso do poder público municipal em virtude do funcionamento do almoxarifado, o estar dos médicos e a sala de marcação de exames com convenio, devido a Reforma da Policlínica Central. Valor: R\$ 9.000,00(Nove mil reais); Data da Assinatura: 17/05/2013.

Extrato de Contrato Nº42/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 42/2013 Processo nº 119/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INF. LTDA - ME; CPF: 06.877.730/0001-51; Objeto: Aquisição de toner e cartucho de tinta para atender demanda emergencial das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba pelo período de 30 (trinta) dias. Valor: R\$ 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais); Data da Assinatura: 23/05/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº05 ao Contrato Nº22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo; Contrato nº. 22/2012; Processo nº. 07/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Betha Sistemas Ltda; CNPJ: 00.456.865/0001-67; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 22/2012, de 01/02/2012, o valor de R\$ 2.400,00 (Dois Mil e quatrocentos reais) referente ao aumento quantitativo de seu objeto, sendo R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, referente a implantação de sistema Fly Transparência; Data da Assinatura: 15/05/2013.

Garuva**PREFEITURA****Lei Nº 1690/2013**

LEI Nº 1690, DE 23 DE MAIO DE 2013.

"Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC e a Polícia Militar de Santa Catarina"

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado firmar Convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC e a Polícia Militar de Santa Catarina, cujo texto encontra-se em anexo a presente LEI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 128/2013

DECRETO N.º 128, DE 03 DE MAIO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ÀS FAMÍLIAS CARENTES NO MUNICÍPIO".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº 1688 de 03 de maio de 2013, que autoriza o chefe do poder executivo a conceder auxílio a famílias carentes do município,

Considerando Pareceres exarados pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Habitação,

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos da Lei nº 1688 de 03 de maio de 2013, a construção de muros em alvenaria no perímetro dos terrenos do Projeto Reação e Programa Minha Casa, Minha Vida, totalizando 24 unidades habitacionais, perfazendo uma área total de 950,00 metros e altura de 1,50 metros.

Parágrafo único - O auxílio econômico mencionado neste artigo constitui-se no fornecimento de materiais de construção e mão de obra.

Art. 2º - Para cobrir as despesas com a execução do presente decreto, serão utilizadas as dotações do orçamento vigente e em exercícios futuros deverá constar de dotações específicas.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 137/2013

DECRETO Nº 137, DE 28 DE MAIO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 26 de 23 de dezembro de 2005,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes, com mandato até 31 de dezembro de 2016:

- Representantes da Fazenda Pública Municipal

Titulares: Jose Carlos Schutz

Ivandro Sergio Lopes

Suplentes: Eder Jonhs Lemos

Aline Krause Tondorf

- Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Titular: Cristhiane Cattaneo Alebrandt

Suplente: Sheyla Cristina Chaves

- Representante da Associação Comercial e Industrial de Garuva - ACIG

Titular: Heinrich Hosang

Suplente: Eduardo Dalalio do Nascimento

- Representante da Classe dos Contabilistas

Titular: Cledio Leandro Pedralli

Suplente: Jakson Cesar Hattenhauer

ART. 2º - A Comissão será presidida pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. Jose Carlos Schutz.

ART. 3º - Fica nomeado como Secretário Geral deste Conselho o Sr. Ivandro Sergio Lopes.

ART. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 138/2013

DECRETO Nº 138, de 28 de maio de 2013.

"Designa o Conselho Municipal de Habitação - CMH, e dá outras providências".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1430 de 26 de junho de 2009;

DECRETA:

ART. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo para comporem o Conselho Municipal de Habitação - CMH, com mandato até maio de 2015:

- Representantes da Secretaria Municipal de Administração

Titular: Daiane Cordeiro Denke

Suplente: Lauro Felipe Raizer

- Representantes do Gabinete do Prefeito

Titular: Luis Carlos Behlau Weber

Suplente: Dayane Miranda Rocha

- Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular: Devair Hilario da Silva

Suplente: Iara Dutra de Armas

- Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Titular: Iolando de Assis

Suplente: Jucelino Gwarezi

- Representantes da Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Jardim Garuva

Titular: Joao Wolmar Neto

Suplente: Luiz Antonio de Oliveira

- Representantes da Associação de Moradores e Amigos da Vila Georgia Paula

Titular: Raquel Oliverio Ramos

Suplente: Antonio Dinis Ramos

- Representantes da Associação de Moradores do Bairro Jardim Itamarati

Titular: Carlos Alberto Oro

Suplente: João Maria da Rosa

- Representantes da Associação de Moradores do Bairro Urubiquara

Titular: Olinda Krutsch

Suplente: Karin Oroslan

ART. 20. - Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa do Dr. Cleber Andrio Pedralli, OAB/SC 23250.

ART. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 5.492, de 29 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº 5.492, DE 29 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DO CAPS, A SERVIDORA JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 03 de junho de 2013, a servidora JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, portadora do CPF nº 988.336.779-15 e RG nº 3481880, para o cargo em comissão de Diretora do CAPS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 5.491, de 29 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 5.491, DE 29 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 753/2012 alterou os prazos estabelecidos na Portaria STN nº 828/2011 e na Portaria STN nº 437/2012, os procedimentos contábeis serão adotados, no que couber, até os seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES
1 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas	12/2014
2 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência	12/2014
3 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis	12/2014
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão	12/2014
5 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos ativos de infraestrutura	12/2014
6 – Implementação de Sistema de Custos	12/2014
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	01/2014
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	12/2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº. 4.914 de 29 de março de 2012 e as disposições em contrário.

Gaspar, 29 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Oficial do Município em 29/05/2013

Publicado no Site Oficial do Município em 29/05/2013

Portaria Nº 3.111, de 29 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 3.111, DE 29 DE MAIO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE WILLIAM MACEDO PINTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 04 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de William Macedo Pinto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.112, de 29 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 3.112, DE 29 DE MAIO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 10/2011, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS COM ALIMENTOS COM DATAS DE VALIDADE VENCIDAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 05 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 10/2011, instaurada para apurar a responsabilidade na distribuição de cestas básicas com alimentos com datas de validade vencidas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Chamada Pública Nº 1/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2013

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural com Dispensa de Licitação. ENTREGA: os envelopes contendo os docs. de Habilitação e o Projeto de Venda ocorrerá até às 9h do dia 24/06/2013, no Depto. de Compras

do Paço Municipal, na Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC. ABERTURA: dia 24/06/2013 às 9h30min, no local supracitado. A íntegra do EDITAL poderá ser obtida no Depto. de Compras do Paço Municipal ou pelo site: www.gaspar.sc.gov.br, sem custo. Dúvidas: (47) 3332-8982 com Karla Medeiros Luiz. BASE LEGAL: Lei nº 11.947, Resolução nº 38/2009, atualizada pela Resolução nº 25/2012 do FNDE e Lei nº 8.666/93 e alterações.

Gaspar, 28 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato da Dispensa Nº 84/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 84/2013

Objeto: Locação de bem imóvel, contendo área construída de 100m² e duas vagas de garagem, de propriedade de Lenita Roncálio, representada por Tomio Imóveis Ltda., para as instalações da EPAGRI e CIDASC, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1.598, bairro Santa Teresinha, Gaspar/SC. Contratado: TOMIO IMÓVEIS LTDA. (07.326.475/0001-11). Valor Total Julgado: R\$ 11.237,16 (onze mil, duzentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos). Base legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 2 de Maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 025/2013

Extrato de Contrato Nº 025/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2013

EMPRESA CONTRATADA: GERIATRIA SÃO MATHEUS EIRELI - ME

OBJETO: Contratação de instituição clínica para prestar serviços de atendimento a moradora do Município de Governador Celso Ramos/SC com transtorno mental.

Valor do contrato: R\$19.451,34

Prazo de fornecimento: 31/12/2013

Governador Celso Ramos, 24 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 026/2013

Extrato de Contrato Nº 026/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2013

EMPRESA CONTRATADA: ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CO-NHECIMENTO LTDA - EPP

OBJETO: Contratação de assessoria para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para a elaboração de carta-proposta, visando à implantação do programa de modernização da administração tributária e gestão dos setores básicos do município,

no que implica na realização de diagnóstico institucional, no âmbito das Secretarias Municipais de Administração, Planejamento, Fazenda e áreas da saúde e educação.

Valor do contrato: R\$ 67.900,00.

Prazo: 180 dias.

Governador Celso Ramos, 06 de maio de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 033/2013

Extrato de Contrato Nº 033/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2013

EMPRESA CONTRATADA: Rafael Michaski Simão & Cia Ltda ME

OBJETO: Aquisição de leites especiais para lactentes e fraldas geriátricas para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas na Secretaria de Assistência Social e Residentes do Município de Governador Celso Ramos.

Valor do contrato: R\$73.564,80

Prazo de fornecimento: 31/12/2013

Governador Celso Ramos, 06 de maio de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 034/2013

Extrato de Contrato Nº 034/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2013

EMPRESA CONTRATADA: Junkes Comércio Varejista de Gás e Bebidas Ltda ME

OBJETO: Aquisição de carga de gás p13, p45 e água mineral sem gás em bombona de 20 litros para atender as necessidades das Secretarias de Educação e Cultura e Administração do Município de Governador Celso Ramos.

Valor do contrato: R\$19.910,70

Prazo de fornecimento: 31/12/2013

Governador Celso Ramos, 26 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 035/2013

Extrato de Contrato Nº 035/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2013

EMPRESA CONTRATADA: Dalmonir dos Santos Filho ME

OBJETO: Aquisição de carga de gás p13, p45 e água mineral sem gás em bombona de 20 litros para atender as necessidades das Secretarias de Educação e Cultura e Administração do Município de Governador Celso Ramos.

Valor do contrato: R\$2.837,50

Prazo de fornecimento: 31/12/2013

Governador Celso Ramos, 26 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 038/2013

Extrato de Contrato Nº 038/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2013

EMPRESA CONTRATADA: Tecnológica Prestadora de Serviços de Informática e Engenharia Ltda ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando profissionais com conhecimento em Legislação Tributária, Coleta de dados, Software de apoio a Recuperação fiscal e Informática, visando a recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária.

Valor do contrato: R\$141.000,00

Prazo de fornecimento: 48 meses.

Governador Celso Ramos, 16 de maio de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 039/2013

Extrato de Contrato Nº 039/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2013

EMPRESA CONTRATADA: Tecnológica Prestadora de Serviços de Informática e Engenharia Ltda ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando sistemas de informática na modalidade de locação, com Instalação, implantação e treinamento dos funcionários, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, incluindo a migração de todos os dados dos sistemas ora em uso.

Valor do contrato: R\$191.000,00

Prazo de fornecimento: 48 meses.

Governador Celso Ramos, 16 de maio de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 040/2013

Extrato de Contrato Nº 040/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2013

CARTA CONVITE Nº 019/2013

EMPRESA CONTRATADA: Alessandra Izete Cea Santana ME

OBJETO: Contratação de Empresa para Lavagem das roupas utilizadas nas Unidades de Saúde do Município de Governador Celso Ramos.

Valor do contrato: R\$33.190,00

Governador Celso Ramos, 17 de maio de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 036/2013

Extrato de Contrato Nº 036/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2013

CONTRATO Nº 036/2013

CONTRATADA: Laboratório Farmacêutico da Marinha do Brasil

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde.

Valor do contrato: R\$10.385,00

Prazo de fornecimento: 31/12/2013

Governador Celso Ramos, 10 de maio de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 010/13

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 010/13

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 010/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: Empresa CLARO S/A

OBJETO: Alteração da cláusula segunda do contrato com o acréscimo de mais quatro aparelhos celulares.

Governador Celso Ramos, 18 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

R e S o L U Ç ã o Nº CM 091/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

RESOLUÇÃO Nº CM 091/2013

"Concede férias à Funcionário da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

GILMAR JOSÉ DRI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, ao servidor JEFERSON ALFREDO MENDONÇA, portador da CI nº 11/R- 2.146.524 - SSP-SC, CPF sob nº 780.714.539-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível - 5, Referência "A", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal no período de 29 (vinte e nove) de maio de 2013 a 27 (vinte e sete) de junho de 2013, referente ao período aquisitivo de 10 (Dez) de Janeiro de 2012 a 09 (Nove) de Janeiro de 2013.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 27 de maio de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI

Presidente

Ibiam

PREFEITURA

Portaria Nº 191/2013

PORTARIA Nº 191, DE 22 DE MAIO DE 2013

“DESCONTA DO VENCIMENTO DE SERVIDOR, O VALOR E FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a certidões de dívida ativa, expedida pelo Setor de Tributação e Arrecadação;

Com amparo na Lei Municipal nº 520, de 15 de abril de 2013, c/c. art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiam,

RESOLVE:

Art. 1º. Descontar dos vencimentos da servidora LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI, o valor de R\$ 843,64 (oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos), em quatro parcelas iguais.

Parágrafo único. As parcelas previstas no artigo 1º serão descontadas a partir do pagamento relativo ao mês de maio/2013.

Art. 2º. Encaminhar ao Setor de Fiscalização Tributária cópia desta Portaria, para efeito de controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 192/2013

PORTARIA Nº 192, DE 22 DE MAIO DE 2013

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A CONSELHEIRAS TUTELARES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos as Conselheiras Tutelares abaixo relacionadas, que se encontram devidamente habilitadas:

a) Debora Rossato - Carteira Nacional de Habilitação nº 365134541, nº registro 04833041470, categoria “B”, com validade

até 09.02.2014;

b) Maria de Fátima Filippi - Carteira Nacional de Habilitação nº 155160070, nº registro 02847231188, categoria “B”, com validade até 05.04.2014.

Art. 2º. As Conselheiras Tutelares autorizadas a dirigir veículos oficiais, não poderão:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. As Conselheiras Tutelares autorizadas a dirigir veículos oficiais, deverão:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 192, DE 22 DE MAIO DE 2013

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A CONSELHEIRAS TUTELARES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos as Conselheiras Tutelares abaixo relacionadas, que se encontram devidamente habilitadas:

- a) Debora Rossato - Carteira Nacional de Habilitação nº 365134541, nº registro 04833041470, categoria “B”, com validade até 09.02.2014;
- b) Maria de Fátima Filippi - Carteira Nacional de Habilitação nº 155160070, nº registro 02847231188, categoria “B”, com validade até 05.04.2014.

Art. 2º. As Conselheiras Tutelares autorizadas a dirigir veículos oficiais, não poderão:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. As Conselheiras Tutelares autorizadas a dirigir veículos oficiais, deverão:



- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 194/2013

PORTARIA Nº 194, DE 22 DE MAIO DE 2013

“CANCELA ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.444, de 28 de dezembro de 2012, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2013;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o adicional de insalubridade concedido a servidora SALETE MARIA DA SILVA ANDRIQUE, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 104, de 10 de setembro de 2009.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 195/2013

PORTARIA Nº 195, DE 22 DE MAIO DE 2013

“CANCELA ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.444, de 28 de dezembro de 2012, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de

Trabalho para o exercício de 2013;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o adicional de insalubridade concedido a servidora BEATRIZ APARECIDA POSSERA TREVISOL, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 284, de 03 de dezembro de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 196/2013

PORTARIA Nº 196, DE 22 DE MAIO DE 2013

“CANCELA ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.444, de 28 de dezembro de 2012, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2013;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o adicional de insalubridade concedido ao servidor FRANCISCO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 109, de 01 de setembro de 2010.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 197/2013

PORTARIA Nº 197, DE 22 DE MAIO DE 2013

"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.444, de 28 de dezembro de 2012, que adotou o LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2013;

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor JOSÉ CARNEIRO BORGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o adicional de insalubridade em grau médio de 40% (quarenta por cento) do piso salarial dos funcionários do município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 108, de 01 de setembro de 2010.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Imbituba**PREFEITURA****Decreto PMI Nº 056.2013**

DECRETO PMI Nº 056, de 24 de maio de 2013.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 31 de maio de 2013, sexta-feira, por ocasião do feriado nacional Corpus Christi.

Art. 2º Ficam excluídos os serviços considerados essenciais nas diversas secretarias, cuja programação fica a cargo dos respectivos Secretários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 24 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: PMI SEINFRA 2012/152 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/152 A02

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 221.363.639-72

Objeto: ACRÉSCIMO DE 0,56838%(CINQUENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E TRINTA E OITO CENTÉSIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 1.246,48

Fundamento: Processo nº. 109/2012 Concorrência nº03/2012

Imbituba, 24 de maio de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Castelo Engenharia Ltda

Representante Legal

Contratada

Ipumirim**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 19/2013/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 19/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto, contratação de serviços médicos especializados na área de Cardiologia, para atendimento a população do Município na Unidade Básica de Saúde.

Valor: R\$ 80,00 (Oitenta Reais)

Assinatura: 17/05/2013 Vigência: 17/07/2013

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: CARDIOLOGICA CLINICA MEDICA S/C, situada na RUA PORTO ALEGRE, Nº 811, SALA 04, Bairro VILA MOEMA, cidade de Tubarão-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.474.435/0001-57.

Extrato de Contrato Nº 20/2013/FMSESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 20/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto, Contratação de serviços de ultrassonografia a serem realizados com equipamentos do Município na Unidade Básica de Saúde, conforme tabela anexo I deste contrato.

Valor: R\$ 80,00 (Oitenta Reais)

Assinatura: 24/05/2013 Vigência: 24/07/2013

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: UNIDADE RADIOLOGICA CONCORDIA- UNIRAD S/S, situada na RUA MARECHAL DEODORO Nº 915, Bairro CEN-TRO, cidade de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.599.817/0001-32.

Extrato de Contrato Nº 21/2013/FMSESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 21/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CARTA CONVITE Nº 1/2013, Processo de Licitação nº 13/2013, homologado em 24 de maio de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto: Contratação de forma global de fornecimento de peças e serviço conserto veículo Ambulância Máster Renault Mod 2.0 16v ano 2006 placa MKS-1840, destinada as atividades da Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 16.850,89 (Dezesseis Mil Oitocentos e Cinquenta Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Assinatura: 24/05/2013 Vigência: 24/05/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: RAMPAZZO AUTO PECAS E RETÍFICA LTDA, situada na RUA ORESTES FARINA, 132, Bairro: CENTRO, cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.813.445/0001-55.

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato Processo Licitatorio 32/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de junho de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de móveis e eletro para o EJA - Ensino Fundamental para Jovens e Adultos. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 29 de maio de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 83/2013ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
CONTRATO N.º 83/2013

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 13/2013- CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato n.º 13/2013 - Processo de Licitação n.º 77/2012, Pregão Presencial n.º 44/2012, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, por este aditado, conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e cláusula Sétima do Contrato nº 13/2013, e de acordo com pareceres contábil e jurídico passam a ter reajuste dos valores a partir da data da assinatura deste, conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor Unitário Anterior	Valor Total anterior	Valor Unitário reajustado	Valor Total reajustado	Valor Reajuste
01	00	Quilo	Abobrinha Características Técnicas: A abobrinha deve ser de tamanho médio, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em pacotes resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	2,09	00	00	00	00
09	1078,00	Quilo	Banana Verde Características Técnicas: A banana deve ser de tamanho grande, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação, sua coloração deve ser de verde para amarelo, não deve estar completamente madura. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em caixas de 20 kg.	Ceasa	1,02	1.099,56	1,62	1.746,36	646,80
10	324,00	Quilo	Batata Inglesa Características Técnicas: Batata de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	1,95	631,80	2,68	868,32	236,52
11	00	Quilo	Batata Salsa Características Técnicas: Batata salsa de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg.	ceasa	3,77	00	00	00	00

13	40,00	Quilo	Beterraba Características Técnicas: Deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	2,13	85,20	4,99	199,60	114,40
28	00	Quilo	Cenoura Características Técnicas: Cenoura de 1ª qualidade, classe média Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	2,18	00	00	00	00
29	79,50	Quilo	Cebola de Cabeça Características Técnicas: Cebola de 1ª qualidade, classe média Tipo especial de 50 a 90 mm de diâmetro transversal, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	2,10	166,95	3,89	309,25	142,30
36	00	Quilo	Chuchu Características Técnicas: deve estar livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em pacotes resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	1,57	00	00	00	00
66	683,00	Quilo	Maçã vermelha Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A maçã deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	3,18	2.171,94	4,42	3.018,86	846,92

95	00	Quilo	Repolho Características Técnicas: Repolho de 1ª qualidade, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produtos deteriorados não serão aceitos. Embalagem: unidades em média de 1 kg	Ceasa	1,22	00	00	00	00
105	146,50	Quilo	Tomate Características Técnicas: Tomate grupo oblongo ou redondo/subgrupo verde maduro à pintado classe média ou grande de 50 a 90mm de diâmetro. Deve apresentar características de qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: O produto deverá estar acondicionados em sacos resistentes (tipo rede) de 1kg.	Ceasa	3,29	481,98	4,28	627,02	145,04
Valor Total Aditivado		2.131,98							

PARÁGRAFO ÚNICO – Os quantitativos em espécies no caput constantes são os que restam receber da Contratada. CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 27 de maio de 2013.

Município de Irineópolis	Lech & Cia Ltda- EPP
Juliano Pozzi Pereira	Jussara Lech
Contratante	Contratada

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 29/2013 - Pregão Presencial nº 20/2013 - Objeto: registro de preços para contratação de empresa especializada em seguro para os veículos que compõe a frota municipal. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 14 de junho de 2013, até as 09 hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 14 de junho de 2013, as 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 29 de maio de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 24/2013 - Convite nº 1/2013. Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de instalação do Sistema de Segurança Patrimonial, para os Centros de Educação Infantil Lucena e Semeando o saber, Pré Escolar Abelhinha Feliz. Contratada: Frank Instalações e Eletrônicos Ltda. ME. Contrato nº 66/2013. Valor Total: R\$ 20.980,80. PRAZO: 45 dias. Da Garantia e Assistência Técnica: 12 (doze) meses; no prazo máximo de 12 (doze) horas, após a solicitação.

Itaiópolis, 17/05/2013.

GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extrato Ata de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013 - OBJETO: registro de preços para aquisição de peças para as máquinas Motoniveladoras: Huber 140/205, Caterpillar 120 B/140B; Pá Carregadeira: Case W 20, 930 T; Rolo Compacto Muller; Retroescavadeira: Case 580 M, New Holland LB 90, LB 110 e JCB C 3. PROPONENTES: Bataguacú Curitiba Peças p/ Máquinas Ltda. - ITENS: 4, 11, 25, 38, 42, 43,44, 45, 47, 49, 54, 55, 61, 67, 68, 69, 77, 78, 82, 87, 92, 98, 100, 103, 104, 108, 114, 115, 120, 126, 128, 137, 141, 143, 144, 148, 149, 150, 154, 156, 161, 166, 175, 180, 181, 185, 191, 202, 205, 206, 213, 214, 218, 221, 223, 234, 235, 241, 242, 245, 251, 254, 257, 258, 268, 271, 275, 279, 290, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 313, 316, 322, 346, 347, 365, 368, 369, 375, 376, 382, 383, 392, 415, 416, 418, 428, 429, 445, 447, 468, 469, 473, 494, 508, 519, 523, 532, 537, 546, 550, 551,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

569, 572, 576, 580, 588, 590, 591, 594, 595, 596, 597, 598, 601, 606, 618, 621, 622, 629, 632, 642, 663 e 672 - VALOR TOTAL: R\$ 182.640,25. Prima Comércio de Peças e Correias Ltda. - ITENS: 1, 2, 3, 5 a 10, 12 a 24, 26, 27, 29 a 37, 40, 41, 46, 48, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 70 a 76, 79, 83 a 86, 88 a 91, 93 a 97, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 121 a 123, 125, 127, 129, 130 a 136, 138, 139, 146, 147, 152, 153, 155, 157 a 160, 162 a 165, 167 a 169, 171 a 174, 176, 177, 182 a 184, 187 a 190, 192 a 199, 203, 208 a 212, 215, 217, 219, 224 a 232, 236, 238, 239, 243, 244, 246 a 250, 253, 255, 256, 260, 261, 263, 266, 270, 272 a 274, 276, 277, 280 a 284, 286 a 289, 292 a 294, 300, 305, 307 a 312, 314, 318 a 320, 323 a 332, 334 a 344, 348 a 352, 354, 356, 357, 359 a 364, 366, 367, 370 a 374, 377 a 381, 384 a 391, 393 a 414, 419 a 427, 431 a 444, 446, 448 a 467, 470 a 472, 474, 475, 477 a 490, 492, 493, 495 a 507, 509 a 522, 524 a 531, 533 a 536, 538 a 545, 547, 548, 549, 552 a 568, 570, 571, 573 a 575, 577 a 579, 581 a 587, 589, 592, 593, 599, 600, 602 a 605, 607 a 617, 619, 620, 623 a 628, 630, 631, 633 a 641, 643 a 662, 664 a 671, 673, 674. VALOR TOTAL: R\$ 228.835,35. Tratorana Terraplanagem Ltda. ITENS: 28, 39, 53, 56, 57, 65, 80, 81, 110, 118, 124, 140, 142, 145, 151, 170, 178, 179, 186, 200, 201, 204, 207, 216, 220, 222, 233, 237, 240, 252, 259, 262, 264, 265, 267, 269, 278, 285, 291, 295, 296, 299, 306, 315, 317, 321, 333, 345, 353, 355, 358, 417, 430, 476 e 491. VALOR TOTAL: R\$ 109.906,00.

Itaiópolis, 14 de maio de 2013.
ANGELITA PUCHALSKI.
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC Processo Licitatório nº 18/2013, Pregão Presencial nº 15/2013; Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo, Zero km, capacidade mínima de 07 (sete) lugares para o transporte de pacientes encaminhados para tratamento de média e alta complexidade através da SMS. Entrega dos Envelopes; Até às 14:15 horas do dia 17 de junho de 2013; Abertura dos Envelopes: às 14:30 horas do dia 17 de junho de 2013, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª a 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaipolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1787.

JUCEMARA SCHMITZ, Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto N° 99, de 27 de Maio de 2013

DECRETO N° 99, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Designa a Comissão de Defesa Civil e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.710 de 28.04.1997 e Decretos nºs 107/1997, 136/2001 e 49/2012;

Decreta:

Art. 1º Fica através do presente Decreto designada a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, que é composta pelos

seguintes:

I - REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL:

Nodivar Carati (titular)

Anelise Eich (suplente)

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

Eusébio Anuar Tavares Filho (titular)

Diego Zampiva (suplente)

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Luciani Haas (titular)

Elaine Simonetti (suplente)

IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:

Nelson Antonio Arenhardt (titular)

Sérgio Luís Kessler (suplente)

V - REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

Olavo José Welter (titular)

Otávio Schwendler (suplente)

VI - REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS:

Waldemar Schroeder (titular)

Maira Elisa Schmidt (suplente)

VII - REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR:

2º Ten PM Omar Correa Marotto (titular)

Cabo Valdomiro Buss (suplente)

VIII - REPRESENTANTE DO CORPO DE BOMBEIROS:

1º Sargento Carlinhos Mallmann (titular)

Tiago Sidney Bieger (suplente)

IX - REPRESENTANTE DA ASSEMIT:

Tecla Royer Scholz (titular)

Claudete de Fávero (suplente)

X - REPRESENTANTE DA IMPRENSA LOCAL:

Abrão Jaime M de Moura (titular)

Valdir Eidt (suplente)

Art. 2º Fica designado Tiago Sidney Bieger para exercer a função de Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil e Nelson Antonio Arenhardt como Gestor da Unidade do Orçamento da Defesa Civil.

Art. 3º As designações constantes no Artigo 1º do presente Decreto não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 50, de 23 de março de 2012.

Itapiranga - SC, 27 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto N° 100, de 27 de Maio de 2013

DECRETO N° 100, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manut. das Atividades de Educação - Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Total R\$ 46.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manut. das Atividades de Educação - Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Total R\$ 46.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 27 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Portaria Nº 138/2013

Portaria nº 138 de 29 de maio de 2013

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a partir de 29 de maio de 2013, Gustavo Frederico Scholz sob matrícula nº 11417/02, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Vigilância Sanitária e Ambiental.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 29 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS DE CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Élio Luis Giehl MEI

ORIGEM: Pregão Presencial nº 77/2013

OBJETO: Contratação de empresa para animação musical dos intercâmbios dos grupos de Idosos e a Festa Anual dos Idosos.

VALOR: R\$ 5.950,00

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga SC., 30 de abril de 2013

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Consórcio de Informática na Gestão Publica Municipal - CIGA

OBJETO: Contratação de de programa para prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do município de Itapiranga no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) através do CIGA.

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga SC., 30 de abril de 2013

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Consórcio de Informática na Gestão Publica Municipal - CIGA

OBJETO: Contrato de Rateio com o CIGA para publicações dos Atos Oficiais expedidos pelos municípios no DOM/SC.

VALOR: R\$ 3.040,00

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga SC., 30 de abril de 2013

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2013

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 92/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Elmo A. Kist

ORIGEM: Tomada Preços para Obras e Serviços nº 54/2012

OBJETO: Conforme solicitação e justificativa do aditivo contratual, demonstrativo do aditivo contratual e orçamento reprogramado pelo município e de acordo com o que prevê a Cláusula Quinta, fica aditado o presente contrato de valor , conforme planilha de cálculo.

VALOR: R\$ 16.948,42

VIGENCIA: 30 de julho de 2013

Itapiranga SC., 02 de maio de 2013

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda

ORIGEM: Convite nº 92/2013

OBJETO: Contratação de seguros para veículos e equipamentos da municipalidade.

VALOR: R\$ 8.761,65
VIGENCIA: 10 de maio de 2014

Itapiranga SC., 10 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2013
1º TERMO ADITIVO AO CONATRO Nº 28/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda.
ORIGEM: Convite 15/2012

OBJETO: Ref. Termo Aditivo da contratação de seguros para veículos a disposição do Fundo Municipal da Saúde, aditivo de prazo.
VALOR: R\$ 3.060,76
VIGÊNCIA: 02 de maio de 2014

Itapiranga - SC., 02 de maio de 2013
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

Extrato de Contrato - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2013
PARTES: Município de Itapiranga e L. R. Consultoria e Assessoria Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 17/2013.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na capacitação, treinamento e formação continuada em Gestão do Sistema Único de Saúde/SUS, Agentes Comunitários de Saúde, Núcleo de Apoio Saúde da Família/Nasf, Estratégia Saúde da Família e Conselho Municipal de Saúde.
VALOR: R\$ 15.000,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 10 de maio de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

Extrato do Contrato Nº 083/2013/RH de Diomari Kloh

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2013/RH
PARTES: Município de Itapiranga e DIOMARI JACOMINI KLOH.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia: Nenhum
VIGÊNCIA: 27/05/2013 até 15/07/2013.

Itapiranga - SC, 27 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extratos de Contratos - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Mallmann Engenharia Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 88/2013

OBJETO: Contratação de serviços de poda ornamental de árvores em ruas e praças do perímetro Urbano do município.
VALOR: R\$ 72.560,00
VIGÊNCIA: 31 de setembro de 2013.

Itapiranga - SC., 15 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2013
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2011
PARTES: Município de Itapiranga e Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial 101/2011

OBJETO: Locação de Sistema de Informática com hospedagem de Banco de Dados e Aplicativos para gestão da Assistência Social.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 15 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Hilário Kober.

OBJETO: Contrato de cessão de Imóvel para exploração de Pedreira por parte do município.
VALOR: R\$ 3.500,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 21 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2013
PARTES: Município de Itapiranga e João Hammes.

OBJETO: Contrato de cessão de Imóvel para exploração de Pedreira por parte do município.
VALOR: R\$ 3.500,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 21 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2013
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 055/2010
PARTES: Município de Itapiranga e Cristian Pablo Pivatto.
ORIGEM: Concorrência nº 203/2009

OBJETO: De comum acordo entre as partes resolveram fazer rescisão de contrato de concessão de uso da Área de Lazer da Barra do Macaco na Linha Laranjeira.

Itapiranga - SC., 24 de maio de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica DS Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 95/2013

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para reforma da Toyota, placa MAA 6777, a disposição do setor de Urbanismo.

VALOR: R\$ 9.800,00

VIGÊNCIA: 24 de maio de 2014.

Itapiranga - SC., 24 de maio de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Gambatto Veículos São Miguel Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 94/2013

OBJETO: Aquisição de veículo novo, 0 Km, destinado para as atividades da Secretaria Municipal da Administração.

VALOR: R\$ 27.735,00

VIGÊNCIA: 24 de maio de 2014

Itapiranga - SC., 24 de maio de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Paloschi & Paloschi Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 96/2013

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços para treinamento de equipes de competição do Departamento de Esportes do Município.

VALOR: R\$ 55.500,00

VIGÊNCIA: 31 de setembro de 2013.

Itapiranga - SC., 24 de maio de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extratos Atas Registro de Preços - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Itaporã Transportes Coletivos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 86/2013

OBJETO: Contratação de empresa para transporte de atletas e outras entidades em viagens intermunicipais

VALOR: 21.690,00

VIGÊNCIA: 10 de maio de 2014

Itapiranga - SC., 10 de maio de 2013

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Jackson Neimar Pedrassani ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 89/2013.

OBJETO: Aquisição de Bandeiras Oficiais do Brasil, Estado de Santa Catarina e do Município de Itapiranga

VALOR: R\$ 11.325,00

VIGÊNCIA: 15 de maio de 2014

Itapiranga - SC., 15 de maio de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Jackson Neimar Pedrassani ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 91/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de persianas, destinados para diversas salas da prefeitura e prédios municipais.

VALOR: R\$ 13.500,00

VIGÊNCIA: 20 de maio de 2014

Itapiranga - SC., 20 de maio de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extratos Atas Registro de Preços - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Zoz Soethe Industria e Comércio Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 15/2013

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pastas, sacolas e bolsas, destinadas para o Programa de Agentes de Saúde e Programa de Prevenção Violência à Mulher

VALOR: R\$ 28.870,00

VIGÊNCIA: 29 de abril de 2014

Itapiranga SC., 29 de abril de 2013

LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2013

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Cooper de Livre associação do Município de Itapiranga

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 47/2012

OBJETO: Reajuste de preços do item nº 45, da aquisição de materiais de higiene e limpeza e outros, destinados para a manutenção das Unidades Básicas da Saúde.

VALOR: R\$ 88,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga SC., 08 de maio de 2013

LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Irmãs Sausen Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2013

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos destinados para manutenção dos ambulatórios e da unidade do SAMU da Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: R\$ 1.947,00

VIGÊNCIA: 08 de maio de 2014

Itapiranga SC., 08 de maio de 2013
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Renato Klein Estofados ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2013

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos destinados para manutenção dos ambulatórios e da unidade do SAMU da Secretaria Municipal da Saúde.
VALOR: R\$ 3.453,50
VIGÊNCIA: 08 de maio de 2014

Itapiranga SC., 08 de maio de 2013
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Enxovais Oberger Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2013

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos destinados para manutenção dos ambulatórios e da unidade do SAMU da Secretaria Municipal da Saúde.
VALOR: R\$ 1.846,60
VIGÊNCIA: 08 de maio de 2014

Itapiranga SC., 08 de maio de 2013
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

Extratos Atas Registro de Preços - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Odontomédi Produtos Odontológicos e Hospitalares.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 18/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais Odontológicos destinados para manutenção do Programa saúde Bucal do FMS.
VALOR: R\$ 24.335,67
VIGÊNCIA: 17 maio de 2014.

Itapiranga - SC., 17 de maio de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e LA Dalla Porta Junior.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 18/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais Odontológicos destinados para manutenção do Programa saúde Bucal do FMS.
VALOR: R\$ 38.592,85
VIGÊNCIA: 17 maio de 2014.

Itapiranga - SC., 17 de maio de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Vanusa Dias Eireli.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 18/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais Odontológicos destinados para manutenção do Programa saúde Bucal do FMS.
VALOR: R\$ 7.905,00
VIGÊNCIA: 17 maio de 2014.

Itapiranga - SC., 17 de maio de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Odontoeste Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 18/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais Odontológicos destinados para manutenção do Programa saúde Bucal do FMS.
VALOR: R\$ 6.768,00
VIGÊNCIA: 17 maio de 2014.

Itapiranga - SC., 17 de maio de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

Extratos de Atas de Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Teletronica Pinhal Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 84/2013

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática, destinados para diversos setores da municipalidade.
VALOR: R\$ 5.852,90
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2014

Itapiranga SC., 06 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som e Informática Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 84/2013

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática, destinados para diversos setores da municipalidade.
VALOR: R\$ 8.390,50
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2014

Itapiranga SC., 06 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 84/2013

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática, destinados para diversos setores da municipalidade.
VALOR: R\$ 10.489,45
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2014

Itapiranga SC., 06 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 177/2013
PARTES: Município de Itapiranga e RN Informática Tecnologia Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 84/2013

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática, destinados para diversos setores da municipalidade.
VALOR: R\$ 18.127,00
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2014

Itapiranga SC., 06 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 178/2013
PARTES: Município de Itapiranga e MB Catarinense Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 84/2013

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática, destinados para diversos setores da municipalidade.
VALOR: R\$ 18.182,50
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2014

Itapiranga SC., 06 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 179/2013
PARTES: Município de Itapiranga e JK Pneus Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 83/2013

OBJETO: Aquisição de pneus novos destinados para uso da Polícia Militar do município..
VALOR: R\$ 5.676,00
VIGÊNCIA: 07 de maio de 2014

Itapiranga SC., 07 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 180/2013
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 196/2012

OBJETO: Reajuste de preços do item nº 45, Cebola graúda, da aquisição para a Merenda Escolar das Escolas Municipais.
VALOR: R\$ 5.174,19
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga SC., 07 de maio de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Departamento de Tributos Edital Nº 004/2013

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS EDITAL Nº 004/2013
Baixa plano para cobrança da contribuição de melhoria, referente execução da Pavimentação com pedras irregulares em ruas da cidade do Município de Itapiranga.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 82, da Lei nº 5.712, de 25.10.66 - Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195/67, Lei Complementar n. 25 de 29 de setembro de 2009 - Código Tributário Municipal, faz saber a quem interessar

possa que:

1 – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

O Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, baixou o presente Edital retificando o Edital 02/2010 e instituindo plano para cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face aos custos da Obra de Pavimentação com pedras irregulares nas seguintes ruas:

LOGRADOURO	ÁREA PAVIMENTADA (M²)	LARGURA PAVIMENTADA (M)
Rua Arco Iris (área de intervenção - 1)	2.334,00m²	8
Rua Arco Iris (área de intervenção - 2)	1.120,80m²	8
Rua Alecrim	763,60m²	8
Rua 28 de Agosto	533,00m²	8
Rua Santo Expedito - I	1.540,60m²	8
Rua Santo Expedito - II	206,00m²	5

2 – MEMORIAL DESCRITIVO

A execução da obra obedecerá as normas descritas no Memorial Descritivo das Ruas, parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos.

3 – ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA

3.1 - Do câmputo, do custo das obras, a que se refere o presente Edital, inclui os materiais e serviços necessários para a execução de pavimentação com pedras irregulares das vias públicas das Ruas supra citadas, a seguir especificada:

Item	Serviço	Unid.	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL
ÁREA TOTAL PAVIMENTADA 6.498,00 M²					
4	PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES				182.887,70
4.1	Meio Fio	m	1.895,00	20,00	36.140,00
4.2	Fornecimento e transporte de terra - DMT = 1.500m	m³	850,00	7,50	6.172,50
4.3	Fornecimento e transporte de Pedras Irregulares	m²	6.808,50	6,20	40.287,60
4.4	Pavimentação com Pedras Irregulares	m²	6.808,50	13,70	89.022,60
4.5	Rejuntamento do Pavimento (c/ pó de pedra)	m³	140,00	70,00	9.345,00
4.7	Sinalização Vertical (placas "Pare" c/ Poste de aço galvanizado)	Unid.	7,00	320,00	1.920,00
5	PAVIMENTAÇÃO COM CONCRETO ARMADO				9.243,20
5.1	Meio Fio	m	90,00	20,00	1.800,00

5.2	Armadura de aço CA-60 5mm	m²	128,00	13,35	1.708,80
5.3	Pavimento de concreto fck-35 Mpa (esp. 10cm) (cód.74138/5)	m²	128,00	44,80	5.734,40
CUSTO TOTAL EM R\$		R\$ 192.130,90			
CUSTO POR m²		R\$ 29,57			

4 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

4.1 – Do total do custo da obra da rua a municipalidade participará com os custos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) e a diferença, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra, será repassado e cobrado dos contribuintes beneficiados pela obra, cabendo 25% (vinte e cinco por cento) ao proprietário de cada lado da rua.

4.2 – FÓRMULA A SER APLICADA PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A fórmula a ser aplicada para o Cálculo da Contribuição de Melhoria e lançada em nome de cada imóvel ou contribuinte é:

Valor a ser cobrado a Título de Contribuição Melhoria =
Largura da Rua X Testada do Lote x Custo m²

4

5 – DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

5.1 - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, os imóveis confrontantes com as Ruas citadas no ITEM 1 deste edital, que foram valorizados com a execução da obra.

6 – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Pública Municipal, obedecendo às seguintes condições:

6.1.1 – Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, vencendo 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento, com desconto de 5% (cinco por cento), conforme prevê o § 1º, do artigo 295 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009.

6.1.2 – Pagamento parcelado

Para pagamento pelo contribuinte de forma parcelada, conforme disposto nos artigos 295 e 296 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009, vencendo a primeira 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento.

6.2 – O contribuinte deverá comunicar a opção de pagamento ao Setor de Tributos deste Município, até 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de lançamento, para a emissão do respectivo boleto de pagamento ou carnê.

6.3 – Não se manifestando o contribuinte no prazo acima, a contribuição será cobrada a vista de conformidade com o item 6.1.1.

6.4 – O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado e que atrasar os recolhimentos das prestações ficará sujeito aos acréscimos previstos em lei.

7 - DA IMPUGNAÇÃO

7.1 - O Contribuinte poderá impugnar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, quaisquer dos elementos acima referidos, e/ou optar por uma forma de pagamento acima

especificada.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - Ficam fazendo parte do presente Edital, para todos os fins e efeitos o seguinte anexo:

Anexo I – Memorial descritivo das ruas pavimentadas

8.2 - Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Setor de Tributos deste Município.

8.3 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua publicação no DOM.

Município de Itapiranga(SC), 28 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 22/2013 Pregão Nº 14/2013 - Registro de Preços Nº 13/2013 - Processo Nº 38/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.134.130/0001-69 e Inscrição Estadual: 256304637 com sede à Rod. BR 280, Nº P266, CEP: 89245000, na cidade de ARAQUARI/SC Bairro Areias Pequenas, neste ato representada pelo procurador Sr. Edenir de Aquino Rodrigues, portador do CNPF/MF nº 891.623.079-91 e do CI.RG 3.137.111-SSP/SC Licitação: PREGÃO Nº 14/2013 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013 - PROCESSO Nº 38/2013.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 24.189,30 (vinte e quatro mil cento e oitenta e nove reais e trinta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 28 de maio de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 23/2013 Pregão Nº 14/2013 - Registro de Preços Nº 13/2013 - Processo Nº 38/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.069.935/0001-24 e Inscrição

Estadual: 252.875.850 com sede à Rua Bento Gonçalves, nº 190, CEP: 89216-110, na cidade de Joinville/SC Bairro Glória, neste ato representada pelo sócio Sr. Silvio Crispim, portador do CNPF/MF nº 557.597.269-00 e do CI.RG 1.800.596-9
Licitação: PREGÃO Nº 14/2013 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013 - PROCESSO Nº 38/2013.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 20.348,01 (vinte mil trezentos e quarenta e oito reais e um centavos)

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 28 de maio de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 24/2013 :
Pregão Nº 14/2013 - Registro de Preços Nº 13/2013
- Processo Nº 38/2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.374.051/0001-58 e Inscrição Estadual: 90431424-26 com sede à Rua Estephano Perreto Sobrinho, Nº 295, , CEP: 83.880-000, na cidade de Rio Negro/PR Bairro Bom Jesus, neste ato representada pelo procurador Sr. José Edilson dos Passos, portador do CNPF/MF nº 558.179.829-49 e do CI.RG 12.851.067-2E.
Licitação: PREGÃO Nº 14/2013 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013 - PROCESSO Nº 38/2013.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 22.546,96 (vinte e dois mil quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 28 de maio de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato de Alteração do PL 8/2013/FMAS - PP 6/2013/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE ALTERAÇÃO 1

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2013/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013/FMAS

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº 6/2013/FMAS, publicado no DOM em 24/05/2013, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de software de Gestão da Assistência Social, que atenda as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I deste Edital. Também faz parte do objeto a realização dos seguintes serviços: a. Conversão dos dados existentes para funcionamento no novo sistema a ser implantado. b. Configuração e parametrização conforme procedimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social. c. Acompanhamento dos usuários pelo período de 30 (trinta) dias, após implantação do sistema.”:

1) No extrato, ONDE SE LÊ: "Data da abertura: Dia 10/06/2013, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 10/06/2013, no Setor de Compras e Licitações."

LEIA-SE: "Data da abertura: Dia 14/06/2013, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 14/06/2013, no Setor de Compras e Licitações."

As demais disposições do extrato permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefone 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 22 de maio de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Gestor do FMAS

Extrato Homologação PL 3 PP 3/2013 FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2013/FUNREBOM - PP 03/2013

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 03/2013 - PP 03/2013/FUNREBOM, nos seguintes termos:

- Modalidade: PP 03/2013 - PP 03/2013/FUNREBOM

Objeto: a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de limpeza e conservação das dependências do quartel do Corpo de Bombeiros de Joaçaba (SC), bem como, serviços de cozinha para as guarnições de serviço.

- Empresas Vencedoras:

HEMBERE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA

VALOR R\$ 35.370,12

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 28 de maio de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PL 25/2013/FMS - PP 20/2013/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2013/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2013/FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 13/06/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14 horas do dia 13/06/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 28 de maio de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PL 5/2013/FMCE - PP 4/2013/FMCE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

JOAÇABA- SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2013/FMCE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2013/FMCE

Objeto: aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios não perecíveis, destinados à alimentação dos atletas da delegação do Município de Joaçaba, durante a realização das competições esportivas promovidas em nível de Estado, no exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: 18 de junho de 2013, às 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h do dia 18 de junho de 2013 no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 28 de maio de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

MIRIAN DOLZAN
Superintendente da FMCE

Ordem de Serviço Nº 190/2013, Recebida Em 09/05/2013

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 190/2013

Autorizo por meio desta, a empresa LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 10.527.352/0001-53 a prestação dos serviços com locação por hora trabalhada do equipamento (motoniveladora - Marca Case 865 B - potência mínima de 150 HP; largura da lâmina de no mínimo 3.658 mm; lâmina com deslocamento lateral; escarificador traseiro; peso operacional mínimo de 14 toneladas; máximo 10 anos de fabricação) para a realização de serviços de recuperação de vias públicas do Município de Joaçaba, Santa Catarina de acordo com o Processo de Licitação nº 37/2013/PMJ - PP nº 23/2013/PMJ, homologado no dia 26/04/2013. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 59.690,00 (cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 62/2013/PMJ, de 26 de abril de 2013. O prazo para vigência dos serviços é de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 26 de abril de 2013

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:
RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Representante: RAUL DE MIRANDA

Assinatura e carimbo
CPF: 425.682.349-20

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.
a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Balancete Financeiro
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	434,55	Despesa Orçamentária	214.527,19
RECEITA PATRIMONIAL	434,55	Despesas exceto Intra-orçamentárias	196.225,30
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	80.263,03
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	115.962,27
		Despesas Intra-orçamentárias	18.301,89
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.996,35
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.305,54
Receita Extra - Orçamentária	416.962,65	Despesa Extra - Orçamentária	237.711,59
DEPOSITOS	19.315,46	DEPOSITOS	22.062,09
CONSIGNACOES	19.315,46	CONSIGNACOES	22.062,09
PREVIDENCIA SOCIAL	640,03	PREVIDENCIA SOCIAL	640,03
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.887,23	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.810,68
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	11.332,10	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	12.199,97
EMPRESTIMOS	3.452,39	EMPRESTIMOS	3.345,53
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.003,71	OUTROS CONSIGNATARIOS	3.065,88
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	216.647,19	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	215.649,50
OBRIGACOES A PAGAR	216.647,19	OBRIGACOES A PAGAR	215.649,50
FORNECEDORES	119.387,81	FORNECEDORES	119.387,81
PESSOAL A PAGAR	94.094,27	PESSOAL A PAGAR	93.860,32
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.627,08	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.627,08
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.538,03	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	774,29
INTERFERENCIAS ATIVAS	181.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	181.000,00		
REPASSE RECEBIDO	181.000,00		
Saldos anteriores	232.102,62	Saldos atuais	197.261,04
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	232.052,62	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	197.261,04
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	649.499,82	Total	649.499,82

JOACABA , 24/05/2013

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRCSC 035487/O-5

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	41.962,02	Despesa Orçamentária	211.666,78
RECEITA PATRIMONIAL	704,30	Despesas exceto Intra-orçamentárias	194.583,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.257,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.086,76
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	72.496,44
		Despesas Intra-orçamentárias	17.083,58
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.184,24
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	899,34
Receita Extra - Orçamentária	440.035,52	Despesa Extra - Orçamentária	262.804,53
CREDITOS EM CIRCULACAO	70,05	CREDITOS EM CIRCULACAO	70,05
CREDITOS A RECEBER	70,05	CREDITOS A RECEBER	70,05
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,05	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,05
DEPOSITOS	27.171,52	DEPOSITOS	29.404,33
CONSIGNACOES	27.171,52	CONSIGNACOES	29.404,33
PREVIDENCIA SOCIAL	3.223,39	PREVIDENCIA SOCIAL	3.301,58
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.049,23	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.158,43
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	10.777,11	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	10.937,68
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.143,74	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.606,62
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.978,05	OUTROS CONSIGNATARIOS	4.400,02
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	212.793,95	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	213.330,15
OBRIGACOES A PAGAR	212.793,95	OBRIGACOES A PAGAR	213.330,15
FORNECEDORES	73.773,84	FORNECEDORES	73.773,84
PESSOAL A PAGAR	128.267,42	PESSOAL A PAGAR	127.776,45
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.003,58	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.338,70
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	57,06	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	57,06
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	692,05	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.384,10
INTERFERENCIAS ATIVAS	200.000,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	20.000,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	200.000,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	20.000,00
REPASSE RECEBIDO	200.000,00	REPASSE CONCEDIDO	20.000,00
Saldos anteriores	344.807,51	Saldos atuais	352.333,74
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	197.182,30	BANCO C/ MOVIMENTO	193.330,24
BANCOS C/ VINCULADAS	147.625,21	BANCOS C/ VINCULADAS	159.003,50
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	826.805,05	Total	826.805,05

JOACABA , 24/05/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 035487/O-5

MARIO WOLFART
 Ordenador de Despesas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.163,65		
RECEITA PATRIMONIAL	323,23		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	840,42		
Saldos anteriores	123.844,14	Saldos atuais	125.007,79
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	123.844,14	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	125.007,79
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	125.007,79	Total	125.007,79

JOACABA , 24/05/2013

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA_____
SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	34.513,81	Despesa Orçamentária	28.118,80
RECEITA TRIBUTARIA	28.521,95	Despesas exceto Intra-orçamentárias	28.118,80
RECEITA PATRIMONIAL	1.197,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.598,80
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRI	4.794,02	INVESTIMENTOS	6.520,00
Receita Extra - Orçamentária	37.979,60	Despesa Extra - Orçamentária	33.853,01
DEPOSITOS	134,19	DEPOSITOS	134,19
CONSIGNACOES	134,19	CONSIGNACOES	134,19
PREVIDENCIA SOCIAL	134,19	PREVIDENCIA SOCIAL	134,19
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	28.118,82	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	33.718,82
OBRIGACOES A PAGAR	28.118,82	OBRIGACOES A PAGAR	33.718,82
FORNECEDORES	28.118,82	FORNECEDORES	28.118,82
INTERFERENCIAS ATIVAS	4.126,59	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	5.600,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.126,59		
REPASSE RECEBIDO	4.126,59		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	5.600,00		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.600,00		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	5.600,00		
Saldos anteriores	279.961,56	Saldos atuais	290.483,16
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	274.765,86	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	275.963,70
BANCO C/ MOVIMENTO	5.195,70	BANCO C/ MOVIMENTO	14.519,46
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	352.454,97	Total	352.454,97

JOACABA, 24/05/2013

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC.035.487/0.5

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária Gestão Financeira


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	8.875.731,66	Despesa Orçamentária	3.839.613,75
RECEITA TRIBUTARIA	4.804.921,08	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.507.351,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	116.611,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.366.485,65
RECEITA PATRIMONIAL	36.830,21	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	79.791,53
RECEITA DE SERVIÇOS	10.045,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.682.606,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.224.022,36	INVESTIMENTOS	356.597,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	152.453,63	AMORTIZACAO DA DIVIDA	21.871,05
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.021,06		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	521.826,57	Despesas Intra-orçamentárias	332.262,03
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	216.341,62
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	115.920,41
Receita Extra - Orçamentária	5.452.043,86	Despesa Extra - Orçamentária	7.393.227,58
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	390,73	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	375,16
CRÉDITOS A RECEBER	390,73	CRÉDITOS A RECEBER	375,16
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	390,73	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	375,16
DEPÓSITOS	370.026,93	DEPÓSITOS	395.203,77
CONSIGNAÇÕES	370.026,93	CONSIGNAÇÕES	393.828,95
PREVIDÊNCIA SOCIAL	73.403,13	PREVIDÊNCIA SOCIAL	73.356,41
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.857,58	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.857,58
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	69.386,80	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	69.386,80
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	150.741,29	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	147.363,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57.285,47	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57.369,49
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	16.352,66	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	43.495,67
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.080.895,45	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.374,82
OBRIGAÇÕES A PAGAR	4.979.232,87	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.374,82
FORNECEDORES	2.034.760,62	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.806.437,02
PESSOAL A PAGAR	1.492.721,87	OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.704.774,44
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	105.618,11	FORNECEDORES	1.930.034,34
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	50.218,96	PESSOAL A PAGAR	1.491.745,96
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.194.891,40	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	102.899,72
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	101.021,91	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	50.218,96
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	79.791,53	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.028.853,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	79.791,53	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	101.021,91
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.871,05	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	79.791,53
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	21.871,05	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	79.791,53
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	730,75	OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.871,05
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	730,75	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	21.871,05
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	730,75	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.191.211,63
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.191.211,63
		REPASSE CONCEDIDO	1.191.211,63
Saldos anteriores	7.936.135,06	Saldos atuais	11.031.069,25
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.447.346,40	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	10.357.437,27
BANCO C/ MOVIMENTO	3.189,97	BANCO C/ MOVIMENTO	2.441,93
BANCOS C/ VINCULADAS	114.795,55	BANCOS C/ VINCULADAS	320.549,40
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	370.803,14	POUPANÇA	350.640,65
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	22.263.910,58	Total	22.263.910,58

JOACABA , 24/05/2013

 CLAUDETE M T SILVA
 TEC ADMINISTRAÇÃO

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 35487/O-5

SIMAE**Contrato JHL 0046/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0046/2013
PREGÃO JHL 0019/2013
LICITAÇÃO 0023/2013
PROTOCOLO Nº 1188/2013
Data: 27/05/2013
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS EM PVC PARA UTILIZAÇÃO EM REDES E RAMAIS DE ESGOTO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO 2013.
Contratado: TIGRE S/A - TUBOS E CONEXÕES
Valor Total do Contrato: R\$ 42.147,60 (Quarenta e dois mil cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos).
PROGRAMA: 14.01.1.052.
ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00.00.00
Prazo de vigência: 27/05/2013 A 30/07/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Portaria JHL 087/2013

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 87/2013 de 29/05/2013
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º- Designar CHRISTIANO LUIZ AMANCIO FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1 Ref. C sob o nº da CNH 02392419833 para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando o veículo Toyota Placa MBC 1236 da Autarquia, no período de 03 de Junho de 2013 à 02 de Julho de 2013, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus a um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 03 de Junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Maio de 2013
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria JHL 088/2013

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 088/2013 DE 29.05.2013
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º- Designar Edson Rodrigo Besbati, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-1 Ref.A, sob nº da CNH 02036049404 ,para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Doblo Placa MCI 9064 do Setor de Manutenção de Eletromecânica, no período de 01 de Junho à 30 de Junho de 2013, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo

jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Maio de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria JHL 089/2013

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 089/2013 DE 29.05.2013
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º- Designar Reginaldo da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1 Ref.D-1, sob nº da CNH 02405974571 , para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MAY -8031, no período de 01 de Junho de 2013 à 30 de Junho de 2013, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Maio de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria JHL 090/2013

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 90/2013 DE 29.05.2013
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º- Designar Helton Lucio da Cunha Mattos, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-2 Ref.A-3 sob o nº da CNH 03051251628, para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando a motocicleta NXR - 150 Bros placa MKR 0083 da Autarquia, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Maio de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria JHL 091/2013

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 91/2013 DE 29.05.2013
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º- Designar Gerson Gregório Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-2 Ref.A-3 sob o nº da CNH 02175907085, para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando a motocicleta NXR - 150 Bros placa MKR 0093 da Autarquia, no período de 01 de Junho de 2013 à 31 de Julho de 2013 que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Maio de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Contrato JHL 0047/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0047/2013

PREGÃO JHL 0019/2013
LICITAÇÃO 0023/2013
PROTOCOLO Nº 1188/2013

Data: 27/05/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONEXÕES EM PVC PARA UTILIZAÇÃO EM REDES E RAMAIS DE ESGOTO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO 2013.

Contratado: MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA.

Valor Total do Contrato: R\$ 6.111,50 (Seis mil cento e onze reais e cinquenta centavos).

PROGRAMA: 14.01.1.052.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 27/05/2013 A 30/07/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0048/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0048/2013

PREGÃO JHL 0019/2013
LICITAÇÃO 0023/2013
PROTOCOLO Nº 1188/2013

Data: 27/05/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONEXÕES EM PVC PARA UTILIZAÇÃO EM REDES E RAMAIS DE ESGOTO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO 2013.

Contratado: CONEXÕES ESPECIAIS DO BRASIL LTDA

Valor Total do Contrato: R\$ 18.491,60 (Dezoito mil quatrocentos e

noventa e um reais e sessenta centavos).

PROGRAMA: 14.01.1.052.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 27/05/2013 A 30/07/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0049/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0049/2013

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0001/2013

LICITAÇÃO 0002/2013

PROTOCOLO JHL 0025/2013

Data: 28/05/2013

Objeto: Aquisição de Areia para utilização na confecção de pré-moldados (lajes de transição para poços de visita e caixas de proteção de válvulas) para área de esgoto no exercício de 2013.

Contratado: PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - ME

Valor Total do Contrato: R\$ 3.120,00 (Três mil cento e vinte reais)

PROGRAMA: 14.01.1.052

ELEMENTO: 4.4.51.99

Prazo de vigência: 28/05/2013 A 31/12/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

Contrato JHL 0050/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0050/2013

TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0057/2011

PREGÃO JHL Nº 0026/2011

PROTOCOLO JHL 1661/2011

Data: 28/05/2013

Objeto: ADITIVO DE VALOR E QUANTITATIVOS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO, AJUSTES E CERTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

Contratado: HEXIS CIENTÍFICA S/A

Valor do Contrato: R\$ 2.687,46 (Dois mil, seissentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

Programa/atividade - 04.122.0028.2.061

Elemento - 3.3.90.39.17

Prazo de vigência: 28/05/2013 A 20/07/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lages

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 1772013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 177/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 177/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de LOUREN LYA para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de Junho de 2013, às 13.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 190/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 190/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 190/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do JOÃO PAULO KOMOROWSKI, para apresentação artística no ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 23.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez

que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 178/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 178/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 178/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de PEDRO FREITAS para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 28 de maio de 2013, às 17.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 171/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 171/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 171/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da TRIO PLANLTO SERRANO para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 21 de Maio de 2013, às 16.00 hs, e dia 26 de maio de 2013 às 16.00 hs, no valor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus,

Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 173/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 173/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 173/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BANDA WELASKOU para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 02 de Junho de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 174/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 174/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 174/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GRUPO MODO DE AGIR para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 02 de Junho de 2013, às 15.00 hs, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 175/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 175/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 175/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do HERUS CARDOSO para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de Junho de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 176/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 176/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 176/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do BRUNO BORTOLUZZI para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de Junho de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 179/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 179/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 170/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de JAKSON & LUH para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 27 de maio de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 180/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 180/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 170/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de WILLIAN ROBERTO JESUS DE OLIVEIRA para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 26 de maio de 2013, às 15.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 181/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 181/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 170/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de JEFFERSON MOREIRA DO AMARAL para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 26 de maio de 2013, 02 de junho de 2013, às 12.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 182/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 182/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 170/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de TIO RONI para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 25 de maio de 2013, às 14.00 hs, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 183/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 183/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 170/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de MODA BOA para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 23 de maio de 2013, às 19.00 hs, e dia 28 de maio de 2013 às 19.00 hs, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 184/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 184/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 170/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do ZÉ DA SERRA para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 24 de maio de 2013, às 10.00 hs, e dia 26 de maio de 2013 às 14.00 hs, no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 185/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 185/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 170/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do RUDINEI KUSTER VIEIRA para apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 23 de maio de 2013, às 17.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 186/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 186/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 186/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do DANIEL LUCENA para apresentação artística no ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 22.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 187/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 187/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 187/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do SHOW DE RAP para apresentação artística no ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 27 de maio de 2013, às 21.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 188/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 188/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 188/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MARIZA BUNN, para apresentação artística no ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 24 de maio de 2013, às 22.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 189/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 189/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 189/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GRUPO CHOUPANA - H20, para apresentação artística no ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 28 de maio de 2013, às 20.30 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

PP 35, 37 e 38-2013 PML, PP 26 e 27-2013 SMS
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PP 35-2013 PML

Objeto: Fornecimento de Material e Instalação de Esquadrias e Vidros
Tipo: Menor Preço Por Lote
Abertura: 03/07/2013 às 15:30
Valor Estimado: R\$ 24.600,00

Modalidade: PP 37-2013 PML

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção
Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 04/07/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 28.743,00

Modalidade: PP 38-2013 PML

Objeto: Aquisição de Materiais para Confeção de 200 (duzentos) Caixões

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 04/07/2013 às 16:00

Valor Estimado: 44.332,15

Modalidade: PP 27-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Lubrificantes, Aditivos e Filtros

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 08/07/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 37.060,53

Modalidade: PP 26-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais para Oficinas Terapêuticas

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 09/07/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 79.165,38

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de maio de 2013.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Extrato de Contrato 63/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 63/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CISAMA para custear as despesas de administração, pessoal, custeio e investimentos dos serviços de inspeção dos produtos de origem agropecuária.

3. PRAZO:10/01/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 14.071,96 (quatorze mil e setenta e um real e noventa e seis centavos)

Lages, 14 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 64/2103 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 64/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: Antonio Rogério Ribeiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 225.602.700-72, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

locação de três salas com instalações e benfeitorias, sito à Rua Vidal Ramos Jr. - centro, nesta cidade de Lages, SC, onde será

instalada o Departamento de Fiscalização Tributária da Secretaria de Finanças do Município.

3. PRAZO:02/01/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

5.174,88 (cinco mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) mensais.

Lages, 14 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 65/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 65/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: MARIA TEREZINHA DA LUZ HENKEMAIER, inscrita no CPF sob n.º 257.446.829-53.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

locação de 17 (dezessete) salas, localizadas à Rua Professor Walter Dachs, 10, centro, nesta cidade de Lages, SC, para instalação da Secretaria de Habitação do Município.

3. PRAZO:02/01/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

2.396,01 (dois mil e trezentos e noventa e seis reais e um centavos), mensais.

Lages, 14 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Termo de Cooperação

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

CONVENIENTES: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, sito à Rua Benjamin Constant, 13 - centro, nesta cidade de Lages, SC.

CONVENIENTES: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4.

OBJETO: implantação de ações de assistência técnica pela CAIXA para promoção da eficácia e efetividade na gestão dos contratos operacionalizados pela CAIXA.

PRAZO:doze meses, podendo ser prorrogado em conformidade com a legislação vigente.

VALOR: este termo não gera repasse de verbas para as Convenientes.

Lages, 28 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages - SC

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto Nº 036/2013**

DECRETO Nº 036/2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC-, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde
DOTAÇÃO 05

3.3.71.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

T O T A L R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde
DOTAÇÃO 08 R\$ 10.000,00

DOTAÇÃO 09 R\$ 20.000,00

DOTAÇÃO 11 R\$ 20.000,00

T O T A L R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE MAIO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Regis**PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial Nº 06/2013 - Processo Licitatório Nº 09/2013 - FMS**

FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2013

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço. Objeto: aquisição de um veículo zero quilômetro para atendimento da

Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 11h00min do dia 17 de junho de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 11h10min do dia 17/06/2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 29 de Maio de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

Extrato Pregão Presencial Nº 10/2013 - Processo Licitatório Nº 11/2013 - FMS

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2013

O Fundo de Assistência Social de Lebon Régis, através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço. Objeto: aquisição de um veículo zero quilômetro para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 17 de junho de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 17/06/2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 29 de Maio de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

Extrato Pregão Presencial Nº 19/2013 - Processo Licitatório Nº 34/2013

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2013

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço. Objeto: aquisição de um veículo zero quilômetro para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 13h30min do dia 17 de junho de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 13h40min do dia 17/06/2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 29 de Maio de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

Edital de Convocação Nº 15/2013

Edital de Convocação n. 15/2013

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 08/06/2013, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Eloir Alves Tibes dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	4º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 28 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1112 - Aih

LEI Nº 1112 de 28 de maio de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, EFETUAR O PAGAMENTO DE AIH'S - AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR EXCEDENTES À QUOTA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, autorizado a efetuar o pagamento de AIH'S - AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR excedentes à quota do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), desde que, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Luzerna, até o montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no exercício de 2013.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do atendimento de laudos médicos excedentes à cota municipal, serão pagas mediante a apresentação das notas fiscais relativas aos serviços prestados aos pacientes do Município de Luzerna(SC), acompanhadas da relação dos respectivos laudos médicos de internação hospitalar.

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária nº 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Aplicações Diretas 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes - Elemento - 3.3.90.39.50 - Serviço Médico, Hospitalar, Odontológico e Laboratorial - Fonte de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de maio de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1113 - Alienação de Trator Komatsu

LEI Nº 1113 de 28 de maio de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR A TERCEIROS MEDIANTE LICITAÇÃO, O BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar a terceiros, mediante licitação, o bem móvel abaixo relacionado, inservível ao serviço público municipal:

01. Um trator de esteira, diesel, ano de fabricação e modelo 1982, marca M.A./KOMATSU, cor predominante amarela, chassi B2116, código do RENAVAL 552489816, placa LZC 7163.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 28 de maio de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1114 - Data Base Revisão

LEI Nº 1114 de 28 de maio de 2013.

"FIXA DATA PARA REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica fixado o mês de janeiro de cada ano, como data para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos, sem distinção de índices, em cumprimento ao art. 37, inciso X e atendendo ao disposto no inciso XI do mesmo artigo, bem como, as disposições do art. 29, inciso VI, alínea "b", art. 29 A, "caput" e inciso I e art. 39, § 4º da Constituição Federal e art. 28 e 57 da Lei Orgânica do Município de Luzerna.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Luzerna(SC), 28 de maio de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1115 - Corpo de Bombeiro - Disponibilização de Servidor

LEI Nº 1115 de 28 de maio de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FIRMADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO firmado com o ESTADO DE SANTA CATARINA através do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, visando a disponibilização de servidor municipal, sem ônus para o Estado, para compor a guarnição da brigada de incêndio do Posto Avançado do Aeroporto de Joaçaba.

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 28 de maio de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

PML.057.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 1 -

Contrato PML 57.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e ALEXANDRE JOEL SIGNORI, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 560.006.859-04, residente e domiciliado na Linha Grafunda, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Alface	Un	190,00	1,44	273,60
Batata Doce	Kg	150,00	2,40	360,00
Batata inglesa	Kg	300,00	3,33	999,00
Beterraba	Kg	30,00	3,84	115,20
Cebola	Kg	150,00	3,87	580,50
Cenoura	Kg	100,00	3,20	320,00
Laranja	Kg	100,00	2,38	238,00
Repolho	Kg	80,00	2,67	213,60

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 3.099,90 (três mil e noventa e nove reais e noventa centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração

contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
 c) fiscalizar a execução do contrato;
 d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
 6.2. Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.
 6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:
 a) Advertência;
 b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
 c) Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1. O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ALEXANDRE JOEL SIGNORI
 CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

PML.058.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 2

Contrato PML 58.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e ANTONINHO BRAGAGNOLLO, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 196.443.619-20, residente e domiciliado na Linha Barra do Estreito, no Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo de Licitação nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Abobrinha	Kg	25	2,47	61,75
Acelga	Un	50	4,00	200,00
Alface	Un	80	1,44	115,20
Batata Inglesa	Kg	200	3,33	666,00
Cebola	Kg	100	3,87	387,00
Cenoura	Kg	100	3,20	320,00
Couve-flor	Un	80	4,25	340,00
Feijão Preto	Kg	96	5,30	508,80
Laranja	Kg	50	2,38	119,00
Melancia	Kg	1000	1,65	1.650,00
Pimentão	Kg	12	3,50	42,00

Tomate	Kg	200	6,20	1.240,00
Uva	Kg	200	5,90	1.180,00
Vagem	Kg	50	6,40	320,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 7.149,75 (sete mil cento e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;

c) Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANTONINHO BRAGAGNOLLO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

PML.059.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 3

Contrato PML 59.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e EDSON ANTONIO CAVICHIOLI, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 015.156.179-63, residente e domiciliado neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Abóbora	Kg	149	2,15	320,35
Alface	Un	120	1,44	172,80
Batata Doce	Kg	88	2,40	211,20
Bergamota	Kg	120	3,00	360,00
Beterraba	Kg	30	3,84	115,20
Brócolis	Maço	50	3,75	187,50
Cabutiá	Kg	129	2,50	322,50
Chicória	Maço	21	1,80	37,80
Chuchu	Kg	100	1,95	195,00
Laranja	Kg	60	2,38	142,80
Milho Verde	Un	150	0,73	109,50
Moranga	Kg	99	2,60	257,40
Repolho	Kg	50	2,67	133,50
Tempero verde (salsa e cebolinha)	Maço	40	1,42	56,80

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 2.622,35 (dois mil e seiscentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
---------------	----	---------	---

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EDSON ANTONIO CAVICHIOLI

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PML.060.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 4

Contrato PML 60.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e EVERALDO COSTA BEBER, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 295.604.979-87, residente e domiciliado na Linha Grafunda, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO

DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Alface	Un	300	1,44	432,00
Beterraba	Kg	40	3,84	153,60
Brócolis	Maço	100	3,75	375,00
Cebola	Kg	150	3,87	580,50
Chicória	Maço	15	1,80	27,00
Couve-flor	Un	100	4,25	425,00
Laranja	Kg	60	2,38	142,80
Repolho	Kg	130	2,67	347,10
Rúcula	Maço	40	1,90	76,00
Tempero verde (salsa e cebolinha)	Maço	44	1,42	62,48

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 2.621,48 (dois mil e seiscentos e vinte e um reais e quarenta e oito centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados

pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EVERALDO COSTA BEBER

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PML.061.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 5

Contrato PML 61.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado,

professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e JOSÉ LUIZ DEZANET, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 780.707.409-49, residente e domiciliado na Linha Barra do Estreito, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Abóbora	Kg	151	2,15	324,65
Bergamota	Kg	250	3,00	750,00
Laranja	Kg	150	2,38	357,00
Mandioca (descascada e lavada)	Kg	300	3,85	1.155,00
Milho Verde	Un	50	0,73	36,50

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 2.623,15 (dois mil e seiscentos e vinte e três reais e quinze centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
-------------------	---------	-------------	-----------

2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria

Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOSÉ LUIZ DEZANET
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PML.062.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 6

Contrato PML 62.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e JÚLIO ANTÔNIO MARQUEZ, brasileiro, casado, agricultor familiar, inscrito no CPF/MF sob nº 501.241.459-49, residente e domiciliado na Linha Limeira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Frango colonial	Kg	800	7,50	6.000,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
-------------------	---------	-------------	-----------

2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;

c) Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria

Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JÚLIO ANTÔNIO MARQUEZ
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PML.063.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 7

Contrato PML 63.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e MARILDE DAGOSTIN, brasileira, agricultora familiar, inscrita no CPF/MF sob nº 933.213.339-53, residente e domiciliada na Linha Grafunda, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Abobrinha	Kg	25	2,47	61,75
Alface	Un	110	1,44	158,40
Batata Doce	Kg	162	2,40	388,80
Bergamota	Kg	130	3,00	390,00
Beterraba	Kg	20	3,84	76,80
Brócolis	Maço	50	3,75	187,50
Cabutiá	Kg	21	2,50	52,50
Chicória	Maço	15	1,80	27,00
Feijão Preto	Kg	104	5,30	551,20
Laranja	Kg	80	2,38	190,40
Mandioca (descascada e lavada)	Kg	100	3,85	385,00
Moranga	Kg	51	2,60	132,60
Pepino	Kg	100	2,00	200,00
Repolho	Kg	50	2,67	133,50
Rúcula	Maço	24	1,90	45,60
Tempero verde (salsa e cebolinha)	Maço	40	1,42	56,80
Vagem	Kg	50	6,40	320,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 3.357,85 (três mil trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos,

e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato

sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MARILDE DAGOSTIN
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

PML.064.13-Chamamento Público - Agricultura Familiar - Fornecedor 8

Contrato PML 64.13

CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2013.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e MAURO HECKLER, brasileiro, agricultor familiar, inscrita no CPF/MF sob nº 018.497.299-05, residente e domiciliada na Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº 36/2013 Dispensa de Licitação nº 3/2013 de 27/05/2013, é o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos, constituindo-se em:

Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Abobrinha	Kg	30	2,47	74,10
Alface	Un	200	1,44	288,00
Beterraba	Kg	30	3,84	115,20
Brócolis	Maço	100	3,75	375,00
Chicória	Maço	49	1,80	88,20
Couve-flor	Un	120	4,25	510,00
Feijão Preto	Kg	200	5,30	1.060,00
Mandioca (descascada e lavada)	Kg	100	3,85	385,00
Mel de Abelha	Kg	20	10,98	219,60
Repolho	Kg	90	2,67	240,0
Rúcula	Maço	56	1,90	106,40
Tempero verde (salsa e cebolinha)	Maço	56	1,42	79,52
Rabanete	Kg	50	2,60	130,00

1.2.O CONTRATADO deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009 e o cronograma de entrega (Anexo II).

1.3. Não será permitida a subcontratação do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1.Pela execução total do contrato o CONTRATADO receberá R\$ 3.671,32 (três mil seiscentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos).

2.2.O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte a entrega dos alimentos, e a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

2.3.Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

2.4.O pagamento será efetuado através cheque nominal ou depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo CONTRATADO.

2.5.No valor mencionado no item 2.1. estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.029.3390.00	0	44/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.029.3390.00	60	45/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	0	48/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil
2.036.3390.00	60	49/2013	Manutenção do programa da merenda escolar da educação básica infantil

CLÁUSULA QUARTA

4.1.O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, estando à disposição para comprovação.

4.2. O CONTRATANTE deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias decorrentes das aquisições do presente Contrato, conforme preceitua o art. 30, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA QUINTA

5.1.É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA

6.1.O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

6.2.Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

6.3. O CONTRATADO, quando não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de contratar com o Poder Público Municipal;
- c) Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1.A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1.A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

8.2. O CONTRATANTE recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.

CLÁUSULA NONA

9.1.O presente contrato rege-se, ainda, pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regula, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1.Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

10.2.As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1.Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato,

em 06 (seis) vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MAURO HECKLER

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Macieira

PREFEITURA

Contratação de Serviço de Transporte Escolar

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2013

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0029/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0021/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 17 de junho de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a contratação de prestação de serviços de transporte escolar, com veículo capacitado, na Linha Alto Santo Antônio, destinado ao atendimento dos alunos na rede Municipal e Estadual de ensino, conforme especificações no Anexo I do edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 17/06/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 28 de maio de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maracajá

PREFEITURA

Aviso do Contrato 52/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 52/2013

Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: Shopping de Idéias Assessoria e Propaganda Ltda EPP
Objeto: Contratação de agência de publicidade/propaganda para prestação de serviços na distribuição e veiculação de avisos/comunicações e campanhas promocionais e institucionais desenvolvidas pela prefeitura municipal de Maracajá e seus Fundos, durante o exercício de 2013.

Valor: R\$ 79.773,00 (setenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais) global estimado

Vigência: 2105/2013 a 31/12/2013.

Estrato do Contrato 50/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 50/2013

Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: Nazamak Peças e Equipamentos Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação da Carregadeira Michigam 75III e da Motoniveladora 140-S da Prefeitura Municipal de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 22.525,95 (vinte e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) global estimado

Vigência: 10/05/2013 a 31/12/2013.

Termo de Convênio Nº 53/2013

TERMO DE CONVÊNIO N.º 53/2013

(Autorizado pela Lei Municipal Nº 919 de 20 de março de 2013)
TERMO DE CONVÊNIO AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº919/2013 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Município de Maracajá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-82.915.026/0001-24, por seu Prefeito Municipal, Sr. Wagner da Rosa, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº530, Centro de Maracajá (SC), e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Nazareno Marcineiro, amparados na Lei Municipal nº 919 de 20 de março de 2013, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui objeto deste convênio a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições

de radiopatrulha da Polícia Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor

O valor total deste Convênio corresponde ao montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e será pago até o prazo de vigência do presente convênio, em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) cada.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Dotação

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal no seguinte elemento de despesa projeto atividade 2.005 manutenção de convênio polícia militar dotação 3.3.90.00.00.00.00.0124 (5).

CLÁUSULA QUARTA: Do Prazo de Vigência e da Publicação

O prazo de validade deste Convênio passa a contar da data da assinatura do presente termo de convênio até 31 de dezembro de 2013 e será publicado no diário oficial do município de Maracajá (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

CLÁUSULA QUINTA: Das Obrigações

Os convenientes se obrigam:

1) Do Município:

a) Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, definida na cláusula segunda deste convênio, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

b) Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha.

c) Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC.

d) Analisar a prestação de contas que será efetuada em até 15 dias contados do recebimento de cada parcela.

2) Da PMSC:

a) Dispor de Organização Policial Militar no Município.

b) Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha.

c) Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastradas no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades.

d) Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos.

e) Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço.

f) Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

g) Prestar contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO, na forma prevista na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 16/1994, até 10 dias úteis após cada repasse financeiro.

h) Entregar junto com a prestação de contas mensal, o relatório TC-28 e TC-29 emitido pela Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA SEXTA: Da Execução

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA: Do Fundamento Legal e Local

O presente termo de convênio de cooperação financeira fundamenta-se pela Lei Municipal nº 919 de 20 de Março de 2013 e em comum acordo de valores firmado entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA: Da Rescisão

As partes poderão rescindir o presente Convênio de comum acordo, desde que uma das partes notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA: Do Foro

É eleito o foro da Comarca de Araranguá/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na presença de duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Maio de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal de Maracajá

NAZARENO MARCINEIRO

Cel PM Comandante Geral da PMSC

Testemunhas:

JONATHAN PATRICIO PEREIRA LUIZ

3º Sdt. PM Cmt do 1ºGpPM/19º BPM

DIOMAR DE SOUZA MACHADO JÚNIOR

CPF: 671.619.959-49

CHEFE DE GABINETE MUNICIPAL

CPF: 004.512.069-24

Massaranduba

PREFEITURA

Processo Licitatório 15/2013 - FMS - Pregão Presencial 09/2013-FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 15/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2013 - FMS

TIPO: REGISTRO DE PREÇO - POR ITEM

1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 792/2012, em 23 de Janeiro de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520,

de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando o fornecimento de diversos materiais ambulatoriais e descartáveis destinados para atendimento de pacientes nos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC).

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

a) Data: 13/06/2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito à Rua 11 de Novembro, 2765 - Bairro Centro - Massaranduba (SC)

c) Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00 horas, no Setor de Licitações

d) Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30 horas na sala de reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito.

2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando à aquisição de diversos MATERIAIS AMBULATORIAIS E DESCARTÁVEIS, de primeira qualidade, destinados para atendimento de pacientes nos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC), conforme especificações, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de SC, no Mural Público e Site da Prefeitura, e ainda disponibilizado na íntegra no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Massaranduba - SC.

Massaranduba (SC), em 28 de Maio de 2013.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

Co 17.2012 Ad17.4 Sec. Saude - Sifra

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 17/2012

CONTRATO ADITIVO Nº.17/4

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LIC: 05/2012 -

CONCORRÊNCIA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 02/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE ACORDO COM PROJETO, CRONOGRAMA E MEMORIAL.

Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: motivo pelas quantidades aditivadas pela confecção do projeto estrutural, onde ocasionou atraso na realização dos serviços.

DATA DA VIGÊNCIA: 31.05.2013 a 14.07.2013

Massaranduba, 22 de Maio de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ
Gestora

Co 23.2013 Aquisição de Troféus e Medalhas - Casa dos Troféus

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 23 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 40/2013
Convite Compras e Serviços nº. 09/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: CASA DOS TROFÉUS LTDA - EPP

OBJETO: FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS AS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA.

VALOR: R\$ 15.873,90 (quinze mil, oitocentos e setenta e três reais e noventa centavos)

VIGENCIA: 22.05.2013 a 31.12.2013.

Massaranduba, 22 de Maio de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Co 24.2013 Elaboração de Projetos - Projetar

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 24 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 39/2013
Convite Obras e Serviços de Engenharia nº. 08/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: PROJETA ENGENHARIA LTDA - ME

OBJETO: contratação de empresa para levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, para elaboração de projetos de pavimentação de vias urbanas, no município de Massaranduba - SC, compreendendo: levantamento planialtimétrico cadastral; projeto de drenagem, geométrico, sinalização; georreferenciamento; orçamento; cronograma físico-financeiro; memória descritivo; ART.

VALOR: R\$ 79.313,20 (setenta e nove mil, trezentos e treze reais e vinte centavos).

VIGENCIA: 22.05.2013 a 21.07.2013.

Massaranduba, 22 de Maio de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Co 25.2013 Radio Perola do Vale

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 25 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 13/2013
Chamada Pública nº. 03/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: REDE DE COMUNICAÇÕES PEROLA DO VALE LTDA - EPP.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS PARA ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE EDIÇÃO E INSERÇÃO DE SPOTS DE 30 SEGUNDOS.

VALOR: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por inserção de 30 segundos

VIGENCIA: 22.05.2013 a 31.12.2013.

Massaranduba, 22 de Maio de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 227/2013

PORTARIA n.º 227/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ERLEIARUTE CORRENTE PETERLE, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de Novembro de 2007 a 29 de Agosto de 2012, conforme dispõe os artigos 96 e seguintes, da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Maio de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 228/2013

PORTARIA n.º 228/2013

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JOSUÉ DA SILVA - matrícula 177, ocupante do cargo de Auxiliar de Mecânico, referente ao período aquisitivo de 01/06/2012 a 31/05/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Maio de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 229/2013

PORTARIA n.º 229/2013
DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 178/2013, de 10 de Abril de 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 178/2013, de 10 de Abril de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 11 de Abril de 2013, edição 1216, pg 200, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. 1.º Art. 1.º A Senhora ADRIANA MARTINS ISÉ, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Maio de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 230/2013

PORTARIA n.º 230/2013
DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 130/2013, de 01 de Março de 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 130/2013, de 01 de Março de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 04 de Março de 2013, edição 1189, pg 251, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. Art. 1.º A Senhora SAMIRA BRISTOT DE FREITAS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação

Básica Municipal Inês Tonelli Nápole”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Maio de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 231/2013

PORTARIA n.º 231/2013
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMÉRI OSTETTO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude de aposentadoria junto ao INSS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 31/05/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 038/1991 e Registro de Empregados nº 12, Livro 03, folha 18.

Meleiro, 29 de Maio de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Termo de Homologação TP 014-2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 014/2013.

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor Jonnei Zanette, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 014/2013

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 29/05/2013

Objeto da licitação: Contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, sinalização e pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), na Avenida Silvio Jorge Zanette, com fornecimento de mão de obra e material, conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo.
Empresa Vencedora: CEDRO-INFRAESTRUTURA VIÁRIA LTDA
Valor do Objeto: R\$ 925.289,68 (novecentos e vinte e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

Navegantes

PREFEITURA

Extrato Contrato Nº 082/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 082/2013.
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.
Contratada : ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.
Valor : 873.527,73 (oitocentos e setenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos)
Vigência : Início: 28/05/2013 Término: 24/11/2013
Licitação : Concorrência FMS Nº.: 20/2013.
Recursos : Dotação: 1.065.4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DE AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 20/2013.

Navegantes, 28 de maio de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 80/2013

Prefeitura de Navegantes
Extrato do Contrato nº. 80/2013.
Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratado : Margit Aparecida da Silva
Licitação: Dispensa: 13/2009
Dotação: 2.094.3.3.90.39.10.00.00.00.00.00

Objeto : O presente 3º Termo Aditivo tem por objeto, promover o reajuste no valor do aluguel do contrato original, que antes era de R\$ 5.213,11 (cinco mil duzentos e treze reais e onze centavos) mensais, passa a ser de R\$ 5.593,63 (cinco mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos) mensais.

Navegantes, 29 de maio de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 83/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 083/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada : CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
Vigência : Início: 29/05/2013 Término: 29/08/2013.
Licitação : Concorrência Nº.: 86/2012.
Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº

091/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 86/2012, REFERENTE À OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ONÓRIO BORTOLATO, NA LOCALIDADE DE PEDREIRAS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Navegantes, 29 de maio de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 84/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 084/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA.
Vigência : Início: 29/05/2013 Término: 29/07/2013.
Licitação : Concorrência Nº.: 54/2012.
Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 072/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 54/2012, REFERENTE À OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS EM CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS ANTONIO MARIA E EDELBERTO HONORATO NUNES (PORTO DAS BALSAS), LOURECI SOARES DA SILVA E PAULO NEI LAURENTINO (NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS), CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 29 de maio de 2013.

Extrato de Homologação CC 20/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.
CONCORRÊNCIA: FMS Nº 20/13.
PROCESSO LICITATÓRIO: FMS Nº 20/13.
HOMOLOGAÇÃO: 28/05/13.
CONTRATADO: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA PARA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 873.527,73 (oitocentos e setenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos).

Navegantes, 28 de navegantes de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Extrato Decisão Admin. Glf CC 01/2013 FMS

EXTRATO - ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO-CONCORRENCIA Nº 01/2013 FMS-
Aos 28 (vinte e oito) dias de maio de 2013, às 16:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e julgar o recurso a Concorrência nº 01/2013, cujo objeto é o CONCORRENCIA VISANDO A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24h, SOB REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARTE I LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATA - MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, protocolada pela empresa CONSTRUTORA GLF LTDA, em 10/05/2013.
PRELIMINARMENTE
A Comissão Permanente de Licitação resolve receber o Recurso

Administrativo conforme prevê o Art. 109º inciso I da Lei 8.666/93 []

DO RECURSO:

Em síntese, manifesta-se a empresa CONSTRUTORA GLF LTDA arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) Seja considerada habilitada a empresa recorrente, como medida inarredável de justiça.

Foram elencados os dispositivos arguidos, a fim de responder aos questionamentos de forma individualizada, conforme segue:

a) - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa por hora Requerente manifestou interesse em participar do certame licitatório em tela de maneira formal através de seu representante legalmente instituído Sr. ROBERTO RISDEN CPF Nº 119.776.981-15, que compareceu na sede administrativa do Município de Navegantes, protocolou os envelopes de Proposta e de Habilitação em tempo hábil, assim como se credenciou para representar a empresa supracitada, que restou desclassificada para participar da continuidade do certame licitatório em tela, uma vez que a mesma apresentou uma certidão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo que traz em seu próprio texto que a mesma perdera sua validade caso ocorra qualquer alteração posterior a sua emissão.

Contudo a empresa proponente em busca de seus direitos manifestou prontamente intenção de recurso assim como protocolou a peça recursal em tempo hábil alegando e comprovando que a solicitação de alteração da razão social junto ao CAU ocorreu em 14/03/2013 e a referida certidão foi extraída no site do órgão supracitado na data de 29/04/2013, portanto a alteração que possivelmente poderia resultar na invalidade de tal documento ocorreu em data anterior a emissão da mesma, portanto não configurando a incidência do requisito de invalidade presente no próprio teor da certidão que figura como objeto da presente análise.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve pela procedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

- 1) O deferimento da solicitação protocolada pela empresa CONSTRUTORA GLF LTDA, declarando a mesma habilitada a continuidade do certame.
- 2) Que seja ofertado ao referido certame licitatório a sua devida continuidade, tudo conforme os ditames da legislação Pátria e do Instrumento Convocatório;

É a decisão.

Navegantes, 28 de maio de 2013

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR Presidente da Comissão de Licitação,
Membros da Comissão de Licitação: MARIA BENEDITA CORRÊA,
LÚCIA HELENA DE SOUZA, PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO,
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Extrato Ata Registro de Preço 01/2013 FME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços FME nº 01/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FME nº 01/2013, relativa ao Pregão Presencial FME nº 01/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas RGM METALURGICA LTDA, no valor de R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais), SILVANA DE OLIVEIRA ZIOBER EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS LTDA, no valor de R\$ 77.228,00 (setenta e sete mil duzentos e vinte e oito reais).

Vigência: 28/05/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de maio de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço 72/2013 PMN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços PMN nº 72/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN nº 72/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 72/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas ESTAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LTDA, no valor de R\$ 295.465,00 (duzentos e noventa e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), FOOT COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTGOS ESPORTIVOS LTDA, no valor de R\$ 32.444,20 (trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos) e GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME, no valor de R\$ 246.811,50 (duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e onze reais e cinquenta centavos).

Vigência: 28/05/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de maio de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N 11 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 011/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Eliezer Pedroso inscrito no CPF nº 009.278.319-88, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 08 de janeiro de 2013.

JULIANO NILDO DE MARIA

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N 08 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 008/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, Suelen Ricobom Delfino inscrita no CPF nº 077.501.509-19, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 02 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N 10 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunic@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 010/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Elcio José Pacheco inscrito no CPF nº 069.163.889-60, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 08 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N 12 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunic@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 012/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Leandro Borba da Rocha inscrito no CPF nº 039.829.389-96, para o cargo em comissão de Assessor de Comunicação Social desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 14 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N09 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunic@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 009/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, Andréia Lúcia Vieira inscrita no CPF nº 088.426.159-00, para o cargo em comissão de Secretária desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 08 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

NAVEGANTESPREV

Portaria Nº 026 de 03 de Junho de 2013 Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição

PORTARIA Nº 026 DE 03 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6, incisos I, II, III e IV da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora MARIA APARECIDA MORAES, portador da cédula de identidade nº 1.507.098, inscrito no CPF sob o nº 540.658.879-68, efetiva no cargo de Professora, lotado na Secretaria de Educação, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2013.04.00019, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 03 de junho de 2013.

Nova Trento

PREFEITURA

Aviso de Resultado de Licitação Deserta - PP 015/2013

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2013

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 015/2013, tendo por objeto: a contratação de Serviços especializados destinados para arbitragem, objetivando a realização dos campeonatos municipais de Futebol de Campo, Salão, Bocha, Futebol Society e Jogos de Mesa, para o ano de 2013, teve sua sessão realizada em 27/02/2013, com abertura iniciada às 09:30h e encerrada às 09:40h, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 27 de fevereiro de 2013.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Homologação - PP 003/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2013 - SRP 004
HOMOLOGAÇÃO: 06/02/2013
CONTRATADO: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA (CNPJ Nº 75.812.115/0001-80)
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição parcelada de 420 Cestas Básicas para atender famílias carentes do Município de Nova Trento conforme estudo Sócio Econômico efetuado pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, para o ano de 2013, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.660,00 (Trinta mil e seiscentos e sessenta reais).

DATA: 06/02/13
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal.

Homologação - PP 005/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2013
HOMOLOGAÇÃO: 07/02/2013
CONTRATADO: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA (CNPJ Nº 75.812.115/0001-80)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição parcelada de MERENDA ESCOLAR PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA TRENTO para o ano de 2013, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 76.312,40 (Setenta e seis mil, trezentos e doze reais e quarenta centavos).

DATA: 07/02/13
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2013
HOMOLOGAÇÃO: 07/02/2013
CONTRATADO: DEISE IZABEL PEREIRA MESCHKE (CNPJ Nº 05.022.054/0001-71)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição parcelada de MERENDA ESCOLAR PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA TRENTO para o ano de 2013, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.129,84 (Dezenove mil, cento e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos).

DATA: 07/02/13
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal.

Homologação - PP 006/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2013
HOMOLOGAÇÃO: 01/02/2013
CONTRATADO: GESTÃO PÚBLICA CONSULTORES ASSOCIADOS (CNPJ Nº 07.756.872/0001-23)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Constitui-se objeto do presente Pregão a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública, atendimento à Lei (Federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Complementar (Federal) nº 101/2000, sistema de controle interno e capacitação de pessoal nessas áreas, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.500,00 (Sessenta mil e quinhentos reais).

DATA: 01/02/13
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal.

Homologação - PP 013/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2013
HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2013
CONTRATADO: JGM MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA ME (CNPJ Nº 04.472.938/0001-65)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Prestação de Serviço de Outsourcing de Impressão, incluindo o fornecimento dos equipamentos (novos ou em boas condições de uso), serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel, para a Prefeitura, suas Secretarias, inclusive o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações do Anexo I, parte integrante deste edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.021,60 (Oito mil, vinte e um reais e sessenta centavos).

DATA: 22/02/13
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal.

Homologação - PP 017/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2013 - SRP 006

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2013

HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2013

CONTRATADO: ALVIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP (CNPJ Nº 02.039.748/0001-23)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de Fraldas Descartáveis Geriátricas para uso na distribuição gratuita a pessoas carentes, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Trento/SC, para o ano de 2013, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.704,00 (Vinte mil, setecentos e quatro reais).

DATA: 07/03/13

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal.

Resultado Final e Homologação - PP Nº 030/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2013

HOMOLOGAÇÃO: 02/05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Constitui-se objeto do presente Pregão a contratação de empresa especializada para efetuar serviços de auditoria e consultoria para arrecadação do ICMS 2013, ano base 2012, com índice de participação a ser aplicado em 2014, por um período 08 (oito) meses, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

ADWWENNCY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. (CNPJ Nº 05.402.278/0001-09) - Valor Total R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Vigência: 31/12/2013.

Nova Trento/SC, 02 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - PP Nº 031/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2013

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição de enxoval (material de cama, mesa e banho) para utilização no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição de Nova Trento, de acordo com Anexo I, Termo de Referência que fazem parte integrante deste pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

BRINTEX COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA. (CNPJ Nº 02.521.357/0001-40) - Valor Total R\$ 10.157,00 (Dez mil, cento e cinquenta e sete reais).

Vigência: 31/12/2013.

Nova Trento/SC, 23 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - PP Nº 033/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2013 - SRP 014

HOMOLOGAÇÃO: 07/05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a Aquisição de Equipamentos de Informática para uso das Secretarias Municipais e Fundo de Saúde, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA(CNPJ Nº 85.240.869/0001-66) - Valor Total estimado R\$ 35.959,00 (Trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais);

FUNMARCELO WEINRICH ME (CNPJ Nº 13.984.763/0001-66) - Valor Total estimado R\$ 14.978,00 (Quatorze mil, novecentos e setenta e oito reais).

Vigência: 12 meses.

Nova Trento/SC, 07 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - PP Nº 035/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2013 - SRP 013

HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto deste pregão é Registro de Preços para a contratação parcelada de serviços de Recapagem de Pneus, conforme especificações constantes do Anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

RB - RECAPAGENS BLUMENAU LTDA. (CNPJ Nº 07.564.353/0001-63) - Valor Total estimado R\$ 30.400,00 (Trinta mil e quatrocentos reais);

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP (CNPJ Nº 82.989.096/0001-27) - Valor Total estimado R\$ 26.660,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e sessenta reais);

FM PNEUS LTDA. (CNPJ Nº 81.374.845/0001-49) - Valor Total estimado R\$ 25.830,00 (Vinte e cinco mil, oitocentos e trinta reais).

Vigência: 12 meses.

Nova Trento/SC, 09 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - PP Nº 037/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2013 - SRP 016

HOMOLOGAÇÃO: 16/05/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto deste Pregão é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, durante o ano de 2013 conforme quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.(CNPJ Nº 00.802.002/0001-02) - Valor Total estimado R\$ 12.818,82;
PRHODENT - COM.REPR.PROD.HOSP.DENT. LTDA. (CNPJ Nº 93.327.161/0001-75) - Valor Total estimado R\$ 14.162,30;
SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (CNPJ Nº 04.989.294/0001-87)- Valor Total estimado R\$ 19.447,88;
TRADE MEDICAL COM.DE MAT. HOSPITALARES LTDA.(CNPJ Nº 06.555.143/0001-46) - Valor Total estimado R\$ 1.534,80;
DENTAL MED. SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (CNPJ Nº 02.477.571/0001-47) - Valor Total estimado R\$ 3.793,40;
BIO LÓGICA COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ Nº 06.175.908/0001-12)- Valor Total estimado R\$ 12.927,70.

Nova Trento/SC, 16 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - PP Nº 038/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2013 - SRP 017

HOMOLOGAÇÃO: 20/05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição parcelada de Vigas e Pranchas de Eucalipto para fornecimento durante o exercício de 2013, visando melhorias na produtividade funcional e consequente atendimento a população, conforme especificações constantes no Anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

INDÚSTRIA DE MADEIRA SÃO PAULO LTDA. (81.298.622/0001-40) Valor Total estimado:R\$ 25.750,00 (Vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta reais);
SERRARIA VALE VERDE LTDA. (05.097.468/0001-60) Valor Total estimado: R\$ 85.450,00 (Oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais)

Nova Trento/SC, 20 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - PP Nº 058/2012

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2012

HOMOLOGAÇÃO: 08/01/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços continuados, de empresa para a manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de Nova Trento, incluindo o

fornecimento de materiais (conforme lista de materiais do Anexo II), para o ano de 2013, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

JMM ELÉTRICA LTDA. ME (CNPJ Nº 13.226.152/0001-59) - Valor Total estimado Mão de Obra: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), Valor Total estimado Materiais: R\$ 157.050,00 (Cento e cinquenta e sete mil e cinquenta reais).

Nova Trento/SC, 08 de janeiro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - Pregão Presencial Nº 009/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2013

HOMOLOGAÇÃO: 06/03/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição parcelada de material impresso, para uso das Secretarias Municipais, incluindo do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2013, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP (CNPJ Nº 78.218.187/0001-91) - Valor Total: R\$ 5.150,00 (Cinco mil, cento e cinquenta reais).
ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA (CNPJ Nº 05.665.084/0001-04) - Valor Total: R\$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais).

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP (CNPJ Nº 78.218.187/0001-91) - Valor Total: R\$ 14.993,00 (Quatorze mil, novecentos e noventa e três reais).

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA (CNPJ Nº 05.665.084/0001-04) - Valor Total: R\$ 3.750,00 (Três mil, setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 31/12/2013.

Nova Trento/SC, 06 de março de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - Pregão Presencial Nº 012/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2013

HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição parcelada de MATERIAL DE ESCRITÓRIO para a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Secretarias Municipais, exceto Educação, para o exercício de 2013, conforme especificações constantes do anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (CNPJ Nº 12.667.876/0001-75) - Valor Total: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (CNPJ Nº 09.008.570/0001-00) - Valor Total: R\$ 533,30 (Quinhentos e trinta e três reais e trinta centavos).

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA (CNPJ Nº 04.586.694/0001-41) - Valor Total: R\$ 8.640,00 (Oito mil, seiscentos e quarenta reais).

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (CNPJ Nº 12.667.876/0001-75) - Valor Total: R\$ 4.050,00 (Quatro mil e cinquenta reais).

ALEXANDRA DOS PASSOS - ME (CNPJ Nº 12.260.623/0001-82) - Valor Total: R\$ 416,16 (Quatrocentos e dezesseis reais e dezesseis centavos).

Vigência: 31/12/2013.

Nova Trento/SC, 22 de fevereiro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - Pregão Presencial Nº 014/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

HOMOLOGAÇÃO: 27/02/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves, pesados e semipesados da frota do Município de Nova Trento, e fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo, exceto mangueira hidráulica e seus componentes; compreendendo os serviços de mecânica em geral, parte elétrica, soldas, estofamento, lanterneiro, pintura, alinhamento e balanceamento, torneria, sistema de molas, escapamentos, radiadores, suspensão, sistema de freios, colagem de pneus, bem como, retífica de motores e bomba e outros serviços afins, necessários ao completo e perfeito funcionamento dos veículos e máquinas, prestação de serviços contínuos com vigência até final exercício podendo ser prorrogado, conforme especificações quantitativos e preços estimados encontram-se descritos no Anexo I, deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

ELPIDIO MODOLON DANDOLINI - ME (CNPJ Nº 79.484.598/0001-91) - Valor Total: R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).

AUTO MECÂNICA BOTTAMEDI LTDA - ME (CNPJ Nº 05.906.895/0001-41) - Valor Total: R\$ 64.165,00 (Sessenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais).

COMPARTS LTDA - EPP (CNPJ Nº 03.195.677/0001-10) - Valor Total: R\$ 178.580,00 (Cento e setenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais).

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

ELPIDIO MODOLON DANDOLINI - ME (CNPJ Nº 79.484.598/0001-91) - Valor Total: R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais).

COMPARTS LTDA - EPP (CNPJ Nº 03.195.677/0001-10) - Valor Total: R\$ 6.495,00 (Seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

AUTO MECÂNICA BOTTAMEDI LTDA - ME (CNPJ Nº 05.906.895/0001-41) - Valor Total: R\$ 68.820,00 (Sessenta e oito

mil, oitocentos e vinte reais).

Vigência: 31/12/2013.

Nova Trento/SC, 27 de fevereiro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - Pregão Presencial Nº 016/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2013 - SRP 008

HOMOLOGAÇÃO: 15/03/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto deste pregão é o Registro de preços para Aquisição parcelada de 600 (seiscentos) litros de larvicida biológico - BTI, com potência mínima de 1.200 UTI//MG e/ou potencia mínima 3.000 UAA/MG, concentração mínima de 1,6% de princípio ativo e validade mínima de 12 meses, destinado ao controle do simulídeo (mosquito borrachudo), para o exercício 2013, de acordo com as especificações constantes deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

M.M. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ Nº 76.612.506/0001-13) - Valor Total: R\$ 32.700,00 (Trinta e dois mil e setecentos reais).

Vigência: 12 meses.

Nova Trento/SC, 15 de março de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação PP Nº 034/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2013

HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a Contratação de empresas especializadas para prestação de serviço de Fresa, Solda, Torno e Maçarico para veículos e equipamentos pertencentes a frota da Prefeitura de Nova Trento, conforme especificações quantitativos e preços estimados encontram-se descritos no Anexo I, deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

FRANNA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME.(CNPJ Nº 08.332.974/0001-84) - Valor Total estimado R\$ 91.000,00 (Noventa e um mil reais).

Vigência: 31/12/2013.

Nova Trento/SC, 08 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 004/2013/Ip prevent

CONTRATO Nº 004/2013

Origem: Contratação Direta; Fundamentação: Art. 24, inciso II, Lei 8.666/93; Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA TRENTO - IPREVENT. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ Nº 04.529.689/0001-05. Contratada: ANDREA CRISTINE KRAUZE, pessoa física de direito privado, residente à Rua Adolfo Melo, 35, sala 1102, Bairro Centro, Florianópolis, SC, portadora do CPF nº 864.073.419-49 e OAB 10.325. Objeto do Contrato: Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Técnico-Previdenciária, ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Trento - IPREVENT. O valor total dos serviços de consultoria, objeto deste contrato é de R\$ 6.929,06 (seis mil, novecentos e vinte e nove reais e seis centavos).

Nova Trento, 07 de maio de 2013.
MOISÉS CIPRIANI
Diretor Executivo

Orleans

PREFEITURA

Decreto N. 3.535 de 27/5/2013 - Nomeia Membros Para Comporem a Comissão Muniipal de Trânsito
DECRETO Nº 3.535 DE 27 DE MAIO DE 2013.
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSITO"

MARC O ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans-SC e com base no Artigo 3º, Parágrafo Único da Lei nº 969 de 15 de abril de 1991:

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os integrantes da Comissão Municipal de Trânsito de Orleans, abaixo nomenclaturados, bem como, os órgão/entidades que representam:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

- Valvirio Rossete - Titular
- Edésio Berger - Suplente

POLICIA CIVIL

- Ulisses Gabriel - Titular
- Fernando Monteiro Baltazar - Suplente

POLICIA MILITAR

- Eduardo Arantes - Titular
- Joelson Firmiano - Suplente

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- Valter Orbem - Titular
- Cristian Berger - Suplente

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE ORLEANS - CDL

- Silverio Fernandes - Titular
- Nilton Lole - Suplente

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ORLEANS - ACIO

- Evanio Vicente Baschiroto - Titular
- Luiz Veran Junior - Suplente

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DE ORLEANS E REGIÃO - ADORE

- Airton Galvão - Titular
- Alcimar Jung - Suplente

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em especial o Decreto nº 3.273 de 18 de julho de 2011.

Orleans, 27 de maio de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Paial

PREFEITURA

Tomada de Preços 09/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Tomada de Preços 09/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 41/2013 - Tomada de Preços 09/2013, julgamento menor preço Por Item.

Objeto:

Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de destinação final do Lixo do Município de Paial.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 18 de junho de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h00min horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 29 de maio de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º073/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º073/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	190	CX	Curativo redondo branco/bege para punção (composto por fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva, papel siliconado e poliéster), caixa com 500 unidades.	Laborimport	R\$ 9,6500	R\$ 1.833,50
13	20	rol	Lençol descartável de papel para maca, com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 70cmx50cm.	Plumax	R\$ 11,4000	R\$ 228,00
15	400	UNI	Máscara de Oxigênio, material atóxico, descartável, alta qualidade, pedia-adulto.	Nevoni	R\$ 2,7500	R\$ 1.100,00
23	50	UNI	Sonda retal nº 24.	Medsonda	R\$ 0,7100	R\$ 35,50
24	50	UNI	Sonda retal nº 26.	Medsonda	R\$ 0,8000	R\$ 40,00
25	50	UNI	Sonda retal nº 30.	Medsonda	R\$ 0,7400	R\$ 37,00
26	7.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 150 ml.	JP	R\$ 1,5771	R\$ 11.039,70
30	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 9,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Lemedid	R\$ 1,5500	R\$ 465,00

VALOR TOTAL R\$ 14.778,70

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º075/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º075/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRIVITA DIAGNÓSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	------	----	-------------------------	-------	-------------	-------------

22	10	kit	Sistema de imunoensaio de fluorescência para determinação simultânea em um único teste quantitativo, de troponina I, mioglobina e CK-MB massa, BNP e D-dímero em amostras de sangue total ou plasma em EDTA, volume de 200 ul, em até 20 minutos. O kit deve conter 25 testes embalados individualmente, 25 pisetas descartáveis e 01 rolo de papel térmico para impressão dos testes pelo equipamento + chip de codificação do lote dos testes. O fornecedor dos kits deverá disponibilizar em comodato, 2 (dois) aparelhos para leitura dos testes.	Alere Sandiego	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
VALOR TOTAL R\$ 14.000,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º076/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º076/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	90.000	unid.	Preservativo lubrificado masculino 52mm, latex de borracha natural.	Eros	R\$ 0,1300	R\$ 11.700,00
20	500	unid.	Respirador dobrável (mascara bico de pato), Recomendado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersóides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1 a 10micra (diâmetro aerodinâmico médio) ou maiores, incluindo as geradas por eletrocautério, cirurgia a laser, e outros instrumentos médicos elétricos. Recomendado também pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention) dos EUA para controle da exposição ocupacional à Tuberculose TB** (Mycobacterium tuberculosis). Filtro para particulados: classe PFF-2, Eficiência mínima de filtragem de aproximadamente 94%, BFE > 99% aproximadamente (Eficiência de Filtração Bacteriológica), Cor branca, tamanho regular, Formato dobrável, Fabricado, testado e aprovado no Brasil, Aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego- Certificado de Aprovação (CA): 17611, Registro do Ministério da Saúde: (ANVISA).	3m	R\$ 1,9000	R\$ 950,00
VALOR TOTAL R\$ 12.650,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º077/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º077/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	15.000	unid.	Gel lubrificante a base de água, para utilização conjunta do preservativo masculino, sachê com 05 gramas.	Lubrigel	R\$ 0,3600	R\$ 5.400,00
VALOR TOTAL R\$ 5.400,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º078/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º078/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 27/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	10	rolo	Cadarço Sarjado 100% Algodão Cru 15mm Rolo c/ 50mts.	Soni/ tecenil	R\$ 9,0400	R\$ 90,40
10	20	UNI	Garrote com faixa elástica e trava plástica, para realizar punção sanguínea.	Premum/ Accume	R\$ 3,6200	R\$ 72,40
18	50	UM	Porta agulha Mayo Hegar 12cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	Abc /Maio/ 1048	R\$ 13,3400	R\$ 667,00
27	15	PÇ	Tesoura Cirúrgica Romba Fina Reta, confeccionada em aço inox de 1a. qualidade, medindo 17cm de comprimento, embalada individualmente em plástico, constando externamente os dados de identificação e procedência.	Abc/ RR/ 0311	R\$ 17,0900	R\$ 256,35

29	50	UNI	Torniquete em borracha sintética, sem látex, descartável, para estase venosa, livre de proteínas que causam alergia, não estéril.	L. import	R\$ 1,5200	R\$ 76,00
VALOR TOTAL R\$ 1.162,15						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º079/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º079/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
9	3500	unid.	Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Embalagem com 01 (uma) unidade.	Superpro Betta	R\$ 0,3900	R\$ 1.365,00
13	150	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca.	Jundiai	R\$ 12,0000	R\$ 1.800,00
23	100	PCT	Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia	Zavaski	R\$ 1,0500	R\$ 105,00
28	40	unid.	Saboneteira em plástico especial, com reservatório, com alta resistência ao impacto para sabonete líquido, com reservatório na cor branca.	Trilha	R\$ 11,1200	R\$ 444,00
34	80	unid.	Suporte dispenser para papel higiênico rolo de 300 metros, em plástico ABS de alta resistência, medindo aprox. 28 cm de altura, 27cm de largura e 14 cm de prof., possuir fechadura de segurança com chave, com kit de fixação na parede (buchas e parafusos).	Trilha	R\$ 12,7200	R\$ 1.017,60

2- Generos alimenticios

36	3000	un	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde. Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses.	Alto Alegre	R\$ 2,0300	R\$ 6.090,00
----	------	----	---	-------------	------------	--------------

3 – Copa e cozinha

39	200	pct	Fósforo caixa com 40 palitos, pacote com 10 caixas	Gaboardi	R\$ 1,2000	R\$ 240,00
41	6000	pct	Guardanapo de papel, cor branca, macio, com 30x33cm.c/ 50 un	Plazapel	R\$ 0,7700	R\$ 4.620,00
42	70	un	Porta copo de água de 200 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,85mmx76cm	Trilha	R\$ 7,4100	R\$ 518,70
43	70	un	Porta copo para copo de café de 50 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,55mmx76cm	Trilha	R\$ 6,1800	R\$ 432,60

4 – Utensílios domésticos

48	3	uni	Chaleira e tampa de alumínio reforçado, com alça de baquelite ou madeira, bico de alumínio soldado, capacidade aproximadamente 5,5 litros.	Alunfur	R\$ 33,3300	R\$ 99,99
51	40	uni	Colher de sopa toda em aço inoxidável, medindo aproximadamente 16 cm de comprimento.	Di Solle	R\$ 1,6700	R\$ 66,80
55	40	uni	Garfo de mesa todo em aço inoxidável	Di Solle	R\$ 1,9100	R\$ 76,40
VALOR TOTAL R\$ 16.876,89						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º080/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º080/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
11	5000	FRS	Limpador multiuso, indicado para limpeza de superfícies laváveis, unidade, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Worker	R\$ 1,1000	R\$ 5.500,00
VALOR TOTAL R\$ 5.500,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º081/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º081/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios



domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
7	300	unid.	Escova para limpeza vaso sanitário, tipo bola, cerda e cabo longo em polipropileno.	Saniprin	R\$ 1,9200	R\$ 576,00
22	3000	PCT	Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, formato de aproximadamente 22x26cm, pct com 1250 folhas.	Imdail	R\$ 12.6000	R\$ 37.800,00
26	600	unid.	Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Belga	R\$ 0,7800	R\$ 468,00
31	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Brioville	R\$ 1,0000	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL R\$ 42.844,00						

ITENS TRANSFERIDOS DA ATA QUIMICOS E PAPEIS VERIFICAR SALDO

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
2	2000	unid.	Álcool líquido 70%, frasco com 1000ml.	Do sul	R\$ 3,0300	R\$6.060,00
3	150	unid.	Balde plástico c/ alça ferro galvanizado, material resistente, com capacidade para 15 à 17 litros.	Arqplast	R\$ 2,9000	R\$ 435,00
6	250	unid.	Escova multiuso para limpeza média e pesada, com cerdas onduladas de aproximadamente 30mm e 80 tufo, com/ sem empunhadura para proteger a mão, composição: matéria sintética, metal e pigmentos.	Goulart	R\$ 1,1600	R\$ 290,00
12	50	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.	Belosch	R\$ 90,0000	R\$ 4.500,00
18	150	unid.	Pá coletora lixo, com coletor medindo aproximadamente 26cm e cabo 15cm, ambos de plástico resistente.	Goulart	R\$ 1,7500	R\$ 262,50
19	60	unid.	Pá de lixo automática, plástico resistente, cabo longo (cata-cata)	Bettanin	R\$ 15,0000	R\$ 900,00
21	12000	unid.	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.	Nobre	R\$ 3,6000	R\$ 43.200,00
30	1000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 1.400,00

32	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 5.600,00
----	------	-----	---	-------	------------	--------------

4 – Utensílios domésticos

46	2	uni	Caçarola reta de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 15 litros	Patrolux	R\$ 41,2000	R\$ 82,44
47	2	uni	Caldeirão reto de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 30 litros	Patrolux	R\$ 95,0000	R\$ 190,00
56	5	uni	Jarra confeccionada em plástico resistente	Plasvale	R\$ 7,7300	R\$ 38,65
VALOR TOTAL R\$ 62.958,59						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º082/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º082/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEORGEA FILÉTI STEDILE DE OLIVEIRA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
15	300	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 480,00
16	400	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 640,00
17	400	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 640,00
29	1500	unid.	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.	MArtins	R\$ 1,8000	R\$ 2.700,00
33	500	unid.	Saponáceo em pó, embalagem com 300 gr, com aplicador econômico, embalados em caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Sany Bril	R\$ 0,8800	R\$ 440,00

3 – Copa e cozinha

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

37	10.000	tira	Copo plástico descartável para água em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 200ml.	Kerocopo	R\$ 1,7800	R\$ 17.800
38	7500	tira	Copo plástico descartável para cafézinho em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 50 ml	Kerocopo	R\$ 0,7000	R\$ 5.250,00
VALOR TOTAL R\$ 27.950,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º083/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º083/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
8	700	PCT	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades.	Mega brilho	R\$ 0,6400	R\$ 448,00
10	600	unid.	Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml.A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Worker	R\$ 1,1500	R\$ 690,00
14	300	unid.	Lustra móveis cremoso, embalagem plástica 200 ml, cx com 20 unidades	Worker	R\$ 1,0400	R\$ 312,00
35	400	unid.	Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	Noviça	R\$ 6,0700	R\$ 2.428,00

3 – Copa e cozinha

44	1300	un	Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha.	Martinspano	R\$ 1,6200	R\$ 2.106,00
VALOR TOTAL R\$ 5.984,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º084/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º084/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUÍMICOS & PAPEIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
2	2000	unid.	Álcool líquido 70%, frasco com 1000ml.	Do sul	R\$ 3,0300	R\$6.060,00
3	150	unid.	Balde plástico c/ alça ferro galvanizado, material resistente, com capacidade para 15 a 17 litros.	Arqplast	R\$ 2,9000	R\$ 435,00
6	250	unid.	Escova multiuso para limpeza média e pesada, com cerdas onduladas de aproximadamente 30mm e 80 tufos, com/sem empunhadura para proteger a mão, composição: matéria sintética, metal e pigmentos.	Goulart	R\$ 1,1600	R\$ 290,00
12	50	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.	Belosch	R\$ 90,0000	R\$ 4.500,00
18	150	unid.	Pá coletora lixo, com coletor medindo aproximadamente 26cm e cabo 15cm, ambos de plástico resistente.	Goulart	R\$ 1,7500	R\$ 262,50
19	60	unid.	Pá de lixo automática, plástico resistente, cabo longo (cata-cata)	Bettanin	R\$ 15,0000	R\$ 900,00
21	12000	unid.	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.	Nobre	R\$ 3,6000	R\$ 43.200,00
30	1000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 1.400,00
32	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 5.600,00

4 – Utensílios domésticos

46	2	uni	Caçarola reta de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 15 litros	Patrolux	R\$ 41,2000	R\$ 82,44
47	2	uni	Caldeirão reto de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 30 litros	Patrolux	R\$ 95,0000	R\$ 190,00
56	5	uni	Jarra confeccionada em plástico resistente	Plasvale	R\$ 7,7300	R\$ 38,65
VALOR TOTAL R\$ 62.958,59						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º085/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º085/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
------	-------	-------	---------------------	-------	----------------	-------------

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

1	5000	FRS	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 0,9000	R\$ 4.500,00
4	1400	FRS	Desinfetante com ação bactericida, desinfetante e germicida, para limpeza de sanitários, pias ralos, frasco com 5000 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 4,4800	R\$ 6.272,00
5	5000	FRS	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 0,7800	R\$ 3.900,00
25	1300	unid.	Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr.	Q. Lar Tripla Ação	R\$ 2,7000	R\$ 3.510,00
VALOR TOTAL R\$ 18.182,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º086/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º086/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 28/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
20	10000	PCT	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo c/ no mínimo 30mx10cm, pct c/ 04 rolos.	Dueto	R\$ 3,0600	R\$ 3.060,00

3 – Copa e cozinha

40	100	un	Garrafa térmica, com alça tipo serve a jato capacidade de 01 litro.	Aladin	R\$ 30,1900	R\$ 3.019,00
----	-----	----	---	--------	-------------	--------------

VALOR TOTAL R\$ 6.079,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

CÂMARA MUNICIPAL**Projeto de Lei Nº 09/2013**

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 009/2013.
ESTABELECE A INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO CLAUDIR SILVEIRA DE ARTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica estabelecido o Prêmio Claudir Silveira de Arte.

Art. 2º Fica criado o Premio Claudir Silveira de Arte, que será entregue a uma pessoa que seja merecedora e escolhida pela Academia de Letras de Palhoça, cujos critérios serão estabelecidos em regulamentação própria.

§1º O prêmio, será entregue durante a semana de aniversário do Município, o Poder Legislativo poderá realizar, de acordo com a sua conveniência e interesse, uma solenidade para entrega da premiação ao ganhador, com as devidas homenagens, ou na Sessão solene de aniversário do Município.

§2º A escolha referida no caput deste artigo não pode recair sobre integrantes do quadro de acadêmicos da Academia de Letras de Palhoça.

§3º A escolha do nome do agraciado deverá ser comunicado a Presidência da Câmara Municipal, até o dia 30 de novembro do ano anterior.

§4º A concessão do premio será acompanhado do respectivo diploma, sendo que este ultimo ficará, a cargo da Academia de letras do Município.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 43/2013

PROJETO DE LEI Nº. 043/2013.
CONTORNO VIÁRIO. Aprova traçado para implantação da obra viária do contorno de Florianópolis/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aprovado pelo Poder Executivo Municipal o Traçado do Contorno Viário de Florianópolis/SC, com início no Km 177,6 e término no Km 220,0 (PNV 2007) da Rodovia BR-101/SC, que atravessa os Municípios de Biguaçu/SC, São José/SC e Palhoça/SC, conforme planta em anexo, sendo o traçado em linha solida na cor vermelha.

§1º O traçado do Contorno Viário obedece à planta constante em

anexo, parte integrante desta LEI.

§2º Considerando que o traçado atravessa o perímetro urbano do Município de Palhoça, criando barreira natural à integração entre bairros atualmente vizinhos, fica obrigatório a construção de viadutos, como também de ligações viárias no traçado que atravessa a cidade de Palhoça.

§3º Para fins de integração viária ao contorno, deverão ser previstas pistas de incorporação e desincorporação em número mínimo de 06 (seis), distribuídas ao longo do traçado no trecho que corta o Município de Palhoça e que permitam a perfeita integração entre a obra viária e a cidade.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e treze

Projeto de Lei Nº 54/2013

PROJETO DE LEI Nº 054/2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Comunidade Terapeutica El Shaddai.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Comunidade Terapeutica El Shaddai, localizada no Bairro Morretes na Rua Estrada Geral de Morretes, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 75/2013

PROJETO DE LEI Nº 075/2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani, inscrita no CNPJ 14.756.565/0001-08, com sede e foro na Rua Augusto Haeming nº 96, Bairro Centro - Palhoça - Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 83/2013

PROJETO DE LEI Nº 083/2013.

OBRAS. Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 2.099, de 08 de julho de 2005.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 2.099, de 08 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei aos projetos protocolados até 31 de dezembro de 2013, sendo que a obra deve estar concluída até a data de início de vigência da presente Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e treze

Papanduva

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 045, de 29 de Maio de 2013

Lei Complementar nº 045, de 29 de maio de 2013.

CRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA A CASA DE APOIO, DESTINADA AO AMPARO E PROTEÇÃO A PACIENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica criada, no âmbito do Município de Papanduva, a CASA DE APOIO AO PACIENTE, objetivando acolher e oferecer estadas, por breve tempo, antes e após o tratamento médico, realização de cirurgias, internações e agendamento de exames a pacientes provenientes do interior do Município de Papanduva.

Art. 2º. A casa de apoio abrigará especificamente pacientes oriundos do interior do Município de Papanduva em busca de tratamento de saúde, devidamente atestado por médico ou comprovação de encaminhamento para realização de exames ou tratamento em outros municípios.

§ 1º. A Casa de Apoio dará prioridade de atendimento ao enfermo carente e irá garantir, gratuitamente, a estada temporária do mesmo, cujo período de permanência será fixado de acordo com critérios estabelecidos no Regimento Interno.

§ 2º. O direito de acesso abrange um acompanhante por paciente, quando a condição de saúde ou complexidade dos exames assim o requerer.

Art. 3º. A Casa de Apoio será vinculada às Secretarias Municipais

da Saúde e do Desenvolvimento Comunitário, contando com o apoio de pessoal técnico operacional.

Parágrafo único. A Casa de Apoio poderá receber serviço voluntário nos termos da Lei Federal n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 4º. O pessoal de apoio referido no artigo 3º desta Lei Complementar será constituído de servidores admitidos em caráter temporário, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais e Técnico em Enfermagem, nos termos da Lei nº 1803, de 15 de outubro de 2007, que cumprirão jornada de trabalho sob o regime de plantão, caracterizado pela realização de jornadas de trabalho e de repouso alternadas, em número variável de horas, assegurando-se repouso equivalente, no mínimo, ao dobro do número de horas trabalhadas no período imediatamente anterior, mediante escala prévia, da qual o servidor terá ciência com antecedência mínima de uma semana.

Parágrafo único. O regime de plantão observará a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e o período reservado ao repouso semanal remunerado será distribuído dentre os servidores pelo sistema de rodízio.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a admitir em caráter temporário candidatos aprovados em teste seletivo para as funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Técnico em Enfermagem para atender a demanda da Casa de Apoio.

§ 1º. Para o exercício de 2013, serão contratados os candidatos selecionados para a função de Auxiliar de Serviços Gerais e Técnico em Enfermagem, do Teste Seletivo aberto pelo Edital n. 001/2013.

§ 2º. Na insuficiência de pessoal classificado na forma do § 1º deste artigo, será repetido o certame.

§ 3º. Nos exercícios de 2013 e de 2014, as contratações deverão obedecer aos mesmos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º deste artigo, com a realização dos devidos certames.

Art. 6º. A Casa de Apoio contará com um Regimento Interno próprio, o qual deverá ser rigorosamente seguido pelos servidores e voluntários, bem como pelos abrigados.

Parágrafo único. O Regimento Interno citado no caput deste artigo será elaborado por uma Comissão constituída por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. Os casos omissos e não previstos na presente Lei Complementar serão dirimidos e expostos no Regimento Interno próprio.

Art. 8º. Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, serão utilizados recursos do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, em 29 de maio de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Dispensa de Licitação Nº 092/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAPANDUVA

Dispensa de Licitação nº 092/2013. Objeto Aquisição de peças e mão de obra para reforma do motor da Escavadeira Hidráulica JCB Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratado: Macromaq Equipamentos Ltda. Justificativa Considerando que a referida Escavadeira Hidráulica se faz necessária para os serviços de manutenção das estradas municipais; considerando que o município dispõe apenas desta única Escavadeira Hidráulica e que a mesma encontra-se com o motor danificado; considerando que a empresa Macromaq Equipamentos Ltda é a única empresa habilitada em nosso Estado para comercializar peças, serviços e prestar assistência técnica aos produtos JCB e para que sejam mantidos os serviços essenciais a população, pois, em caso contrário, podem colocar em risco a vida de pessoas, ou interromper o direito de ir e vir do cidadão, o que caracterizam de interesse público, faz-se necessário a realização desta dispensa de licitação. Fundamento legal: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 consolidada. Prazo de vigência: A realização desta dispensa de licitação terá início em 29/05/2013 e duração até o dia 30 de junho de 2013. Valor total: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

Papanduva, 29 de maio de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 073/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 073/2013

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 069/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 20/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.612.312/0004-97, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de Suplementos Alimentares e Leite Infantil destinados a manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza para a manutenção do CAPS, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 13.920,00 (treze mil e novecentos e vinte reais), referente aos itens 02, 03, 04, 07, 08, 09 e 10, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 069/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de

fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 069/2013 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 069/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total

ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 20 de maio de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEWSKI
Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO
Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES
Equipe de Apoio

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 046/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2013

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 061/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - Apresente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais para procedimentos de enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde, conforme relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 1.136,25 (um mil, cento e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), relativos aos itens 22, 80, 83, 85 e 126, do anexo I do edital de licitações nº 061/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços

de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 061/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 061/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da

legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 18 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

ARILDO FERNANDES DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 069/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2013

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 073/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/05/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa ASFALTO PAULA FREITAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 02.971.862/0001-97, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de Concreto Betuminoso Usinado à Quente - CBUQ para o uso nos trabalhos da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de preços é de R\$ 77.280,00 (setenta e sete mil e duzentos e oitenta reais), referente ao item 01, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 073/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 073/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O Município se responsabiliza pelo transporte dos materiais descrito no objeto deste certame, retirando em local distante no máximo de 160 km (cento e sessenta quilômetros) da Garagem Municipal, sito à Rua José Reva, 389, Centro, nesta cidade, nada impedindo que interessados com produção ou comercialização mais distante se proponham a entregar ou disponibilizar nesta distância.

4.2 - A entrega dos materiais será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo município e estará sujeito a exame laboratorial no ato de recebimento do produto.

4.3 - A empresa contratada deverá disponibilizar os materiais em até 03 dias após a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 073/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 14 de maio de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

ASFALTO PAULA FREITAS LTDA - ME

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº. 1554 de 29 de Maio de 2013

LEI Nº. 1554 DE 29 DE MAIO DE 2013

Dá nova redação ao Inciso I, do art. 2º da Lei 1265/2008, fixando o valor do hora/plantão e determina a carga horária do plantão médico.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Inciso I, do Artigo 2º da Lei 1265, de 11 de março de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Médica - R\$ 80,00 (oitenta reais) hora/plantão, no período de Segunda a Sexta;

R\$ 100,00 (cem reais) hora/plantão, no período de Sábado e Domingo.

Art. 2º O tempo de duração do plantão prestado pelos médicos fica fixado em 05 (cinco) horas diárias.

Art. 3º A despesa desta Lei corre por conta das dotações do Orçamento Vigente;

Art. 4º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 29 de maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 03 de junho de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Sec. Mun. de Administração

Lei Nº. 1555 de 29 de Maio de 2013

LEI Nº. 1555 DE 29 DE MAIO DE 2013

Altera o inciso IV, art. 2º, da Lei nº 1268/2008 e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município de que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Altera inciso IV, do art. 2º, da Lei nº 1268 de 18 de março de 2008, no que se refere ao cargo de farmacêutico, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo: Farmacêutico

Carga horária: 40 horas semanais

Número/vagas - 01

Habilitação: Nível superior completo e registro no conselho da classe.

Vencimento: R\$ 2.170,00 (dois mil cento e setenta reais)

Atribuições

- Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica, tais como: medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos, domissanitário em sumos correlatos;

- Realizar análises clínicas, toxicológicas, fisioquímicas, biológicas,



microbiológicas e bromatológicas;
- Participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos;
- Exercer fiscalização sobre estabelecimento, produtos, serviços e exercícios profissionais;
- Orientar sobre uso de produtos e prestar serviços farmacêuticos
- Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais dos seres humanos e dos animais (CBO - MTE);”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 29 de maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 03 de junho de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Sec. Mun. de Administração

Chamamento Público 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2013

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, torna publico o Chamamento Público 001/2013, que visa a contratação temporária de professores. As inscrições estarão abertas no período de 03/06/2013 a 06/06/2013, e serão realizadas na Secretaria de Educação. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no Mural da Secretaria Municipal de Educação e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0452.

Paulo Lopes (SC), 03 de junho de 2013.
VALDELIR SARTOR
Secretaria Municipal de Educação

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.148/2013

LEI Nº 4.148, de 17 de maio de 2013.
Dispõe sobre a alteração do artigo 5º da Lei Municipal nº 3.974, de 21 de dezembro de 2011, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 5º da Lei Municipal nº 3.974, de 21 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A bolsa-auxílio terá os seguintes valores:

- I- 20 (vinte) horas semanais, que equivalem a 04 (quatro) horas diárias - R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais);
- II- 30 (trinta) horas semanais, que equivalem a 06 (seis) horas diárias - R\$ 510,00 (Quinhentos e dez reais).”

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 3.974, de 21 de dezembro de 2011, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de maio de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Retificação do Edital da Tomada de Preços 004/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 028/2013 - EDUCAÇÃO
Extrato de Retificação do Edital da Tomada de Preços 004/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital do Processo Licitatório nº 028/2013 - EDUCAÇÃO, conforme constam a seguir, devida as alterações do edital, retifica - se o mesmo, mantendo sua data de abertura para 04 de Junho de 2013 Maiores informações e cópia do edital pode ser retirado na Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email licitaoportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital da Tomada de Preços 005/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 029/2013 - EDUCAÇÃO
Extrato de Retificação do Edital da Tomada de Preços 005/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital do Processo Licitatório nº 029/2013 - EDUCAÇÃO, conforme constam a seguir, devida as alterações do edital, retifica - se o mesmo, mantendo sua data de abertura para 05 de Junho de 2013 Maiores informações e cópia do edital pode ser retirado na Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email licitaoportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital da Tomada de Preços 006/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 030/2013 - EDUCAÇÃO
Extrato de Retificação do Edital da Tomada de Preços 006/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital do Processo Licitatório nº 030/2013 - EDUCAÇÃO,

conforme constam a seguir, devida as alterações do edital, retifica - se o mesmo, mantendo sua data de abertura para 13 de Junho de 2013 Maiores informações e cópia do edital pode ser retirado na Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email licite-portouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 042/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 059/2013

Pregão Presencial 042/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Auto Posto Iguacú Ltda.

Porto União SC, 24 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 042/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 059/2013 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 042/2013 - EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Auto Posto Iguacú Ltda.

Porto União SC, 24 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 042/2013 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 059/2013 - FUNREBOM

Pregão Presencial 042/2013 - FUNREBOM

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Auto Posto Iguacú Ltda.

Porto União SC, 24 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 002/2013 - Educação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2013 - EDUCAÇÃO

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Maio do ano de 2013, autorizado junto ao Processo Licitatório 059/2013 - CARONA, Pregão Presencial 042/2013, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio

de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA Auto Posto Iguacú Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Auto Posto Iguacú Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 01.933.713/0001-70, sito a Rua Sete de Setembro, nº 962, centro, município de Porto União, estado de Santa Catarina, CEP: 89.400-000 representado pelo senhor Luiz Alfredo Stoeberl.

Registro de Preços para aquisição de combustível, para manutenção da frota do município, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
02	50.000	litros	ÓLEO DIESEL B S10 BOMBA - POSTO	R\$ 2,39	R\$ 119.500,00
VALOR TOTAL					R\$ 119.500,00

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 059/2013, Pregão Presencial 042/2013, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 042/2013.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 9 do Edital de Pregão Presencial 042/2013, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devera estar mencionada o numero Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O DETENTOR deverá prestar atendimento 24 (vinte e quatro) horas para abastecimento de veículos, conforme item 5.6 do Edital.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2013 - EDUCAÇÃO

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o ORGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

2.9. Deverá fornecer, no mínimo, 01 ducha de aparência ao mês, para os veículos cadastrados pelo DETENTOR.

2.10. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.11. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total da ata.

2.12. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 042/2013.

2.14. - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 059/2013, Pregão Presencial 042/2013, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.15. - As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.16. - Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Luiz Alfredo Stoeberl, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

AUTO POSTO IGUAÇÚ LTDA.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Ata de Registro de Preços 004/2013 - FUNREBOM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2013 - FUNREBOM

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Maio do ano de 2013, autorizado junto ao Processo Licitatório 059/2013 - CARONA, Pregão Presencial 042/2013, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA Auto Posto Iguaçu Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Auto Posto Iguaçu Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 01.933.713/0001-70, sito a Rua Sete de Setembro, n.º 962, centro, município de Porto União, estado de Santa Catarina, CEP: 89.400-000 representado pelo senhor Luiz Alfredo Stoeberl.

Registro de Preços para aquisição de combustível, para manutenção da frota do FUNREBOM, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
02	3.000	litros	ÓLEO DIESEL B S10 BOMBA - POSTO	R\$ 2,39	R\$ 7.170,00
VALOR TOTAL					R\$ 7.170,00

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 059/2013, Pregão Presencial 042/2013, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 042/2013.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 9 do Edital de Pregão Presencial 042/2013, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização do FUNREBOM, nas quantidades por ele determinado.

2.4. Os valores devidos pelo FUNREBOM serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devesse estar mencionada o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O DETENTOR deverá prestar atendimento 24 (vinte e quatro) horas para abastecimento de veículos, conforme item 5.6 do Edital.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2013 - FUNREBOM

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o ORGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

2.9. Deverá fornecer, no mínimo, 01 ducha de aparência ao mês, para os veículos cadastrados pelo DETENTOR.

2.10. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.11. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registros de Preços, o FUNREBOM poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor

total da ata.

2.12. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 042/2013.

2.14. - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 059/2013, Pregão Presencial 042/2013, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.15. - As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.16. - Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Luiz Alfredo Stoeberl, qualificado preambulante, representando a detentora e testemunhas.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

AUTO POSTO IGUAÇÚ LTDA.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Ata de Registro de Preços 011/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2013

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Maio do ano de 2013, autorizado junto ao Processo Licitatório 059/2013, Pregão Presencial 042/2013, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA Auto Posto Iguaçu Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Auto Posto Iguaçu Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 01.933.713/0001-70, sito a Rua Sete de Setembro, nº 962, centro, município de Porto União, estado de Santa Catarina, CEP: 89.400-000 representado pelo senhor Luiz Alfredo Stoeberl.

Registro de Preços para aquisição de combustível, para manutenção da frota do município, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	6.000	litros	ETANOL BOMBA - POSTO	R\$ 2,25	R\$ 13.500,00
VALOR TOTAL					R\$ 13.500,00

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório

059/2013, Pregão Presencial 042/2013, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 042/2013.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 9 do Edital de Pregão Presencial 042/2013, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devera estar mencionada o numero Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O DETENTOR deverá prestar atendimento 24 (vinte e quatro) horas para abastecimento de veículos, conforme item 5.6 do Edital.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2013

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o ORGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

2.9. Deverá fornecer, no mínimo, 01 ducha de aparência ao mês, para os veículos cadastrados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.10. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.11. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total da ata.

2.12. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 042/2013.

2.14. - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório

059/2013, Pregão Presencial 042/2013, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.15. - As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.16. - Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Luiz Alfredo Stoeberl, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

AUTO POSTO IGUAÇU LTDA.
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3416

DECRETO Nº 3416, de 28 de maio de 2013.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA CONDOMÍNIO POLO TEXTIL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa CONDOMINIO POLO TEXTIL; Localizada a BR 470, 5.322, Bairro Itoupava, neste município, cadastro imobiliário nº 31918 Cadastro econômico nº 18839, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 26372, inserido nos autos do Protocolo nº 140311/2013, incentivo econômico na forma que segue:

- 50m³ de aterro - 10 horas de máquina. Conforme Lei Nº 4.541 de 17 de abril de 2007.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

28 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

SERGIO LUIZ CENSI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Edital de Alteração 03 - Credenciamento 02/2013 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos – Setor de Compras

EDITAL DE ALTERAÇÃO 03

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 02/2013 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar

com os seguintes dizeres o Edital de Licitação 02/2013 – FMS, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do edital.

I – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente credenciamento é o chamamento de pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas em firmar com a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul / Fundo Municipal de Saúde, contrato de prestação de serviços, conforme minuta de contrato constante no ANEXO II deste edital, visando a contratação de profissionais médicos com habilitação nas respectivas áreas/especialidades, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS em CONSULTAS, conforme detalhamento abaixo:

Formação / habilitação	Código / Descrição do Atendimento	Valor Unitário por consulta / atendimento
Clínica Médica	03.01.01.006-4 – Consulta Médica em Atenção Básica.	18,00
Pediatria		
Clínica médica (com atribuições no CAPS)		
Cirurgia Plástica	03.01.01.007-2 – Consulta Médica em Atenção Especializada.	
Endocrinologia Pediátrica		
Anestesiologista		
Pneumologista		
Nefrologista		
Psiquiatra		
Ortopedista / traumatologista		
Ginecologista / Obstetra		

Rio do Sul, 27 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Pregão Presencial 054/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2013

OBJETO: Aquisição de botas para combate à incêndio. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul. Funrebom.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 13/06/2013, às 10:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 13/06/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 28 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Pregão Presencial 055/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2013

OBJETO: Aquisição de conjunto autônomo de respiração para uso nas ocorrências de incêndio. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul. Funrebom.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 13/06/2013, às 13:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:00h do dia 13/06/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 28 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Pregão Presencial 056/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2013

OBJETO: Aquisição de conjunto de proteção individual para combate à incêndio estrutural. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul. Funrebom.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 13/06/2013, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 13/06/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 28 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 913, de 28 de Maio de 2013.

LEI Nº 913, DE 28 DE MAIO DE 2013.

Fixa o índice de revisão geral das remunerações dos servidores públicos municipais para o exercício de 2013 e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O índice de revisão geral das remunerações dos servidores públicos municipais extensivo aos contratados em caráter temporário, conselheiros tutelares da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, regulamentada pela Lei Municipal nº 536, de 08 de abril de 2003, a ser aplicado no mês de maio será o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC acumulado nos últimos 12 meses em 7,22% (sete inteiros e vinte e dois centésimos por cento), tendo como base o mês de março de 2013.

Parágrafo único. O índice de revisão geral fica excluído aos secretários municipais e agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo, conforme o que determina o Art. 5º da Lei nº 894, de 29 de junho de 2012, e Art. 7º da Lei nº 895, de 10 de julho de 2012.

Art. 2º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 0,78% (setenta e oito centésimos por cento) a partir 1º de maio de 2013, tomando por base os valores vigentes no mês de março de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Lei Nº 914, 28 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL
Lei nº 914, 28 de maio de 2013.

Institui no Município de Santa Rosa do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído no Município de Santa Rosa do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. O programa é destinado a promover a regularização e quitação dos créditos do Município de Santa Rosa do Sul, inscritos ou não em dívida ativa, em cobrança judicial ou não, mediante pagamento a vista ou parcelado de débitos de natureza tributária, relativas a impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuição para o custeio de serviço público, definidos no artigo 2º do Código Tributário Municipal, exceto o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção e iniciativa do contribuinte, seja pessoa física ou jurídica, através de requerimento

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

administrativo, bem como assinatura de Termo de Adesão expressamente condicionado à assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida pela adesão ao REFIS, mediante apresentação dos documentos pessoais, tais como CPF e RG.

§ 1º A opção ao REFIS poderá ser formalizada até o dia 31 de julho de 2013, através de "Requerimento Administrativo" e assinaturas do "Termo de Adesão ao REFIS e Termo de Reconhecimento de Dívida", ficando o contribuinte sujeito às disposições desta lei.

§ 2º Para a adesão ao Programa do REFIS, além dos requisitos acima apontados, o contribuinte deverá efetuar o pagamento, até a data prevista para a adesão, do montante total do débito ou da primeira parcela.

Art. 3º Os benefícios de que trata esta lei contemplam além do parcelamento do débito, a dedução de juros e multas previstos nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II e III, do artigo 216, do Código Tributário Municipal;

§ 1º No caso de pagamento à vista ou parcelado em até 2 (duas) vezes, o contribuinte terá dedução de 100% (cem por cento) dos juros e multa.

§ 2º Os demais débitos poderão ser quitados em até 12 (doze) vezes, conforme tabela abaixo:

NÚMERO DE PARCELAS	PERCENTUAL DE DESCONTO
3 ou 4	90%
5 ou 6	80%
7 ou 8	70%
9 ou 10	60%
11 ou 12	50%

§ 3º O vencimento da primeira parcela, na opção pelo parcelamento, ocorrerá impreterivelmente até o último dia do prazo de adesão ao REFIS, ou seja, 31 de julho de 2013, e as outras nos meses subsequentes.

§ 4º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais).

§ 5º A liquidação de qualquer das parcelas após o respectivo vencimento, incidirão juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela vencida, obedecido a limitação imposta no artigo 4º desta LEI.

Art. 4º No caso de inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas, ocorrerá o vencimento antecipado do montante do débito, bem como à exclusão do REFIS, revogando-se a adesão do contribuinte, ficando sujeito à inscrição em dívida ativa e execução fiscal dos valores remanescentes.

Art. 5º As execuções fiscais em andamento, serão suspensas até a quitação da dívida para os contribuintes aderentes ao REFIS.

§ 1º Quando da quitação total dos débitos junto ao Município, as custas processuais decorrentes de eventuais processos de execução fiscal distribuídos anteriormente à promulgação desta Lei, correrão às expensas do contribuinte/executado;

§ 2º Ficam dispensados os pagamentos de honorários advocatícios, quando cabíveis, desde que o contribuinte cumpra totalmente o compromisso assumido por ocasião da adesão ao REFIS.

Art. 6º O ingresso no programa sujeita o contribuinte as seguintes obrigações:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no programa;

III - Pagamento em dia e regular das prestações relativas ao débito consolidado.

IV - Para aderir ao programa desta lei, o contribuinte deve confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, a todas as ações incidentes, ou recursos judiciais, ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objetivo ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no Programa em tela, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre os quais se fundam os correspondentes pedidos.

Art. 7º A homologação do requerimento de ingresso no programa será realizada pelo Setor de Tributos e, não havendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo único: A homologação da opção ao programa não está condicionada a nenhum tipo de garantia ou arrolamento, salvo prévia existência de penhora em execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o dia 31 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de maio de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Lei Nº 915, 28 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Lei nº 915, 28 de maio de 2013.

Reajusta os vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido reajuste nos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rosa do Sul, a partir de 1º de maio de 2013, tomando por base os valores do mês de abril de 2013, nos mesmos percentuais concedidos aos servidores do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de maio de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3178/2013

LEI Nº 3178, DE 28 DE MAIO DE 2013

Introduz alterações na Lei nº 772, de 09 de dezembro de 2003, que cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito - JARI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Os arts. 2º e 9º da Lei 772/2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§1º. Presidirá a JARI, o membro a que se refere o inciso I deste artigo.

§2º. A Junta contará com o apoio de um Secretário Executivo, servidor efetivo do Departamento de Trânsito, que não terá direito a voto e desenvolverá funções auxiliares do referido colegiado, sendo que a sua nomeação será efetivada por meio de decreto do Executivo.” (NR)

“Art. 9º Os membros da JARI e o Secretário Executivo farão jus a uma remuneração por sessão, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Salário Mínimo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3179/2013

LEI Nº 3179, DE 28 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 45.940,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.16.00.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 15.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

3.3.90.18.00.00.00.00.0156 - Auxílio Financ. a Estudantes R\$ 5.000,00

Unidade: 03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR
3.3.90.47.00.00.00.00.0154 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 200,00

Unidade: 04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2.036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL

3.3.90.47.00.00.00.00.0155 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 3.310,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

3.3.90.47.00.00.00.00.0017 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 6.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 6.079 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social “Especial” - PPMC III - União

3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 210,00

Unidade: 03 - Fundo da Infância e Adolescência

Atividade: 2.044 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 220,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 9.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 7.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(275) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar abertos, será utilizada como fonte de recursos, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 15.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E

URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

(200) 3.3.90.39.00.00.00.00.0156 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Unidade: 03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

(212) 4.4.90.52.00.00.00.00.0154 - Equip. e Mat. Permanente R\$ 200,00

Unidade: 04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2.036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL

(216) 4.4.90.52.00.00.00.00.0155 - Equip. Material Permanente R\$ 3.310,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

(247) 3.3.90.30.00.00.00.00.0017 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social

(262) 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Material de Dist. Gratuita R\$ 70.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 6.079 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social "Especial" - PFMC III - União

(323) 3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 210,00

Unidade: 03 - Fundo da Infância e Adolescência

Atividade: 2.044 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

(331) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 220,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

(359) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 9.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.059 - Desporto Comunitário

(20) 3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Artist., C. Desp. R\$ 7.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3180/2013

LEI Nº 3180, DE 28 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.039 - Praça do PAC

3.3.90.33.00.00.00.00.0324 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 2.300,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0324 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.571,44 (vinte e seis mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade - Conv. Estado

(284) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

(290) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.421,44

Atividade: 2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Conv. Estado

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 10.890,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 7.260,44

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Especial e Suplementar abertos, será utilizada como fonte de recursos, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.039 - Praça do PAC

(484) 3.3.90.30.00.00.00.00.0324 - Material de Consumo R\$ 3.300,00

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(273) 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Material de Dist. Gratuita R\$ 8.421,44

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Conv. Estado

(295) 3.3.90.48.00.00.00.00.0100 - Outros Aux. Financ. PF R\$ 18.150,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3181/2013

LEI Nº 3181, DE 29 DE MAIO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA-FETEP

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa-FETEP, CNPJ nº 83.174.474/0001-87 com sede à Rua Afonso Grosskopf, nº 352, Bairro Colonial, na cidade de São Bento do Sul-SC, fundada em 06 de maio de 1977, estatuto registrado sob nº 15, fls. 13, do livro A-1 de pessoas jurídicas em 06 de maio 1977.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Lei Nº 3182/2013

LEI Nº 3182, DE 29 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS KIAI

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS KIAI, CNPJ/MF 05.770.385/0001-90 no valor total de até R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), objetivando a manutenção da modalidade de Karatê durante o ano de 2013.

§1º - A entidade referida no "caput" deste artigo fica isenta da contrapartida mínima de 20% prevista no parágrafo único, do art. 62 da Lei Municipal nº 3105/2012.

§ 2º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Segunda, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das

despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS KIAI.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos JOSÉ ERMÍNIO GREIN, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.648.740, CPF nº 548.155.419/49, residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bolmann, 147, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS KIAI, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.770.385/0001-90, estabelecida à Rua Benjamin Constant, 01, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Antonio Carlos Contezini, brasileiro, união estável, professor, portador da Carteira de Identidade nº 2.012.254, CPF/MF nº 585.455.229-91, residente e domiciliado à Rua Cora Bollmann do Vale, 100, Bairro Bohemerwald, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai com o custeio das despesas de transporte para atletas participarem dos treinamentos, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, pagamento aluguel e outras, constante do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 3592/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), repassados pelo CONCEDENTE, ficando a CONVENIENTE isenta da contrapartida mínima prevista no parágrafo único do art. 62 da Lei nº 3.105/2012 - LDO 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal Agência 0628, Conta Corrente nº 200110-0 a favor da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kaii.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

VIII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2013.

JOSÉ ERMÍNIO GREIN

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ANTONIO CARLOS CONTEZINI

Presidente da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kaii

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

Lei Nº 3183/2013

LEI Nº 3183, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição para a Associação de Turismo Rural Estrada Imperial Dona Francisca, de São Bento do Sul

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais) para a Associação de Turismo Rural Estrada Imperial Dona Francisca, de São Bento do Sul, CNPJ nº 07.119.055/0001-64.

Parágrafo único - A entidade referida no caput deste artigo fica

isenta da contrapartida mínima de 20% prevista no parágrafo único, do art. 62 da Lei Municipal nº 3105/2012.

Art. 2º. A contribuição se destina a auxiliar a Associação na realização da 11ª edição da Festa da Colônia Dona Francisca, nos dias 08 e 09 de junho de 2013, evento que está incluído no calendário de programações oficiais da cidade.

Art. 3º. A contribuição de que trata o art. 1º, será repassada em parcela única, para cobertura das despesas, de acordo com o plano de trabalho apresentado através do Processo de Protocolo nº 4088/2013.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os decretos municipais nºs 0034/2013, que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o município de São Bento do Sul/SC e nº 0098/2013, que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 5º. A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada pela beneficiária no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da liberação dos recursos, sob pena de ressarcimento dos mesmos ao Município.

Art. 6º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 178/2013

DECRETO Nº 0178, DE 28 DE MAIO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3179, de 28 de maio de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 45.940,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.16.00.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 15.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

3.3.90.18.00.00.00.00.0156 - Auxílio Financ. a Estudantes R\$ 5.000,00

Unidade: 03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

3.3.90.47.00.00.00.00.0154 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 200,00

Unidade: 04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2.036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL

3.3.90.47.00.00.00.00.0155 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 3.310,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública

3.3.90.47.00.00.00.00.0017 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 6.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 6.079 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social "Especial" - PFMC III - União

3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 210,00

Unidade: 03 - Fundo da Infância e Adolescência

Atividade: 2.044 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 220,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut.e Contributivas R\$ 9.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, será utilizada como fonte de recursos, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 15.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

(200) 3.3.90.39.00.00.00.00.0156 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Unidade: 03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

(212) 4.4.90.52.00.00.00.00.0154 - Equip. e Mat. Permanente R\$ 200,00

Unidade: 04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL

Atividade: 2.036 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL

(216) 4.4.90.52.00.00.00.00.0155 - Equip. Material Permanente R\$ 3.310,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 - Iluminação Pública
(247) 3.3.90.30.00.00.00.0017 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 6.079 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social "Especial" - PPMC III - União
(323) 3.3.90.30.00.00.00.00152 - Material de Consumo R\$ 210,00

Unidade: 03 - Fundo da Infância e Adolescência
Atividade: 2.044 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência - FIA
(331) 3.3.90.30.00.00.00.00100 - Material de Consumo R\$ 220,00
Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
(359) 3.3.90.39.00.00.00.00100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 9.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Atividade: 2.059 - Desporto Comunitário
(20) 3.3.90.31.00.00.00.00100 - Prem. Cult., Artist., C. Desp. R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 179/2013

DECRETO Nº 0179, DE 28 DE MAIO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3179, de 28 de maio de 2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
(275) 3.3.90.39.00.00.00.00100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizada como fonte de recursos, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social
(262) 3.3.90.32.00.00.00.00100 - Material de Dist. Gratuita R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 180/2013

DECRETO Nº 0180, DE 28 DE MAIO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3180, de 28 de maio de 2013,
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Projeto: 1.039 - Praça do PAC
3.3.90.33.00.00.00.000324 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 2.300,00
3.3.90.39.00.00.00.000324 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar aberto, será utilizada como fonte de recursos, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Projeto: 1.039 - Praça do PAC
(484) 3.3.90.30.00.00.00.000324 - Material de Consumo R\$ 3.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 181/2013

DECRETO Nº 0181, DE 28 DE MAIO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3180, de 28 de maio de 2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.571,44 (vinte e seis mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade - Conv. Estado
(284) 3.3.90.30.00.00.00.00100 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
(290) 4.4.90.52.00.00.00.00100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.421,44

Atividade: 2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Conv. Estado

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 10.890,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 7.260,44

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizada como fonte de recursos, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
(273) 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Material de Dist. Gratuita R\$ 8.421,44

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Conv. Estado
(295) 3.3.90.48.00.00.00.00.0100 - Outros Aux. Financ. PF R\$ 18.150,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Listagem Portarias

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0235, de 22 de maio de 2013. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Edileine Thomas da Silva. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0236, de 22 de maio de 2013. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Berenice dos Passos. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0237, de 22 de maio de 2013. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Silmara Rodrigues Ferreira. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0238, de 22 de maio de 2013. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Amaury Carlos Schwarz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0239, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade. Adriana da Silva. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0240, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Adriana da Silva. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0241, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade. Daniele Vilmiz. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0242, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Daniele Vilmiz. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0243, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade. Elizabeth Godescki. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0244, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Elizabeth Godescki. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0245, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade. Fátima Rodrigues de Marafigo. Professor Anos Finais ACT.

Portaria/SEMED nº 0246, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Fátima Rodrigues de Marafigo. Professor Anos Finais ACT.

Portaria/SEMED nº 0247, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade. Joice Vergopolan Oliveira. Professor Anos Finais ACT.

Portaria/SEMED nº 0248, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Joice Vergopolan Oliveira. Professor Anos Finais ACT.

Portaria/SEMED nº 0249, de 22 de maio de 2013. Concede Licença

Maternidade. Larissa Gastaldi. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0250, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Larissa Gastaldi. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0251, de 22 de maio de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Lindamir Stuber Machado. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0252, de 22 de maio de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Maria Dias Piassoli Rambo. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0253, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade. Noeli Regina Novak dos Santos. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0254, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Noeli Regina Novak dos Santos. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0255, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade. Oriane Kaesemodel Oestreich. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0256, de 22 de maio de 2013. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Juliana Forteski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0257, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Prêmio. Sintia de Cassia Pedrozo. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0258, de 22 de maio de 2013. Concede Licença Prêmio. Helena de Fátima Oliveira de Freitas. Auxiliar de Serviços.

ALCIONE TERESINHA HINKE
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 2353/2013

PORTARIA Nº 2353, DE 22 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora MIRIAN BALAN - Coordenadora de Setor de Turismo, a dirigir eventualmente e quando necessário o veículo oficial do Departamento de Turismo: Corsa, placas MJS 3059.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2354/2013

PORTARIA Nº 2354, DE 24 DE MAIO DE 2013
ALTERA A PORTARIA Nº 1508, DE 21 DE MARÇO DE 2013, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei nº 060, de 29 de maio de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 1508, de 21 de março de 2013, passa a ter a seguinte redação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Geovanna Franck Rodrigues Vicente - Titular
Ligia Morriesen - Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Berselia da Silvat - Titular

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE - BAIRRO CRUZEIRO

Luis Ivan Ferreira de Lima - Titular
Nara Bay Campagnoni - Suplente

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE - BAIRRO SERRA ALTA

Mario Pereira - Titular
Valdemar Deretti - Suplente

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE - BAIRRO CENTENÁRIO

Nelson Augusto Gutier - Titular
Gislaine Joanita Machado Knopik - Suplente

ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMILIO TAGLIARI

Fernando José de Souza Ternes - Suplente

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL - ACISBS

Mario Neneve - Titular
Jonny Zulauf - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2355/2013

PORTARIA Nº 2355, DE 24 DE MAIO DE 2013

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 007/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 007/2013.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos; e

MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2356/2013

PORTARIA Nº 2356, DE 24 DE MAIO DE 2013
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal HILDA MARIA DA CRUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Assistência Social, averbação de Tempo de Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00041/05-8, de 10 anos, 10 meses e 15 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4071, de 21 de maio de 2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2357/2013

PORTARIA Nº 2357, DE 24 DE MAIO DE 2013
REVOGA PORTARIA Nº 2163/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 2163/13 que nomeou servidora pública municipal CARLA ANDREIA SCHIER, no cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 23 de maio de 2013.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2363/2013

PORTARIA Nº 2363, DE 24 DE MAIO DE 2013

CEDE SERVIDOR PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Ceder, a partir de 03 de junho de 2013, o servidor público MARCIO DA CRUZ, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto à Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2365/2013

PORTARIA Nº 2365, DE 24 DE MAIO DE 2013
REVOGA PORTARIA Nº 1492/2013

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 21 de março de 2013, a Portaria nº 1492/2013 que concedeu função gratificada de Coordenação do Centro de Apoio e Integração Infância Juvenil - CAFI Serra Alta à servidora LEIDA TERESINHA MORVAN BELISTZKI, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2366/2013

PORTARIA Nº 2366, DE 24 DE MAIO DE 2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 01 de maio de 2013, a função gratificada de Coordenação do Centro de Apoio e Integração Infante Juvenil - CAFI Serra Alta, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), à servidora ROSANGELA MARIA PSCHIEDT KRUGER, ocupante do cargo efetivo de Instrutor de Recriação, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

SAMAE**Portaria/SAMAE/SBS Nº 121, de 28 de Maio de 2013.**
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor EDELSON ILG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias referente o período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 27/05/2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 120, de 27 de Maio de 2013.
"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSANE MARIA BAYERL ocupante do cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA, lotada nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no artigo 98 da lei 228/2001 e do Processo nº 32/2013, de 23/05/2013.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 26/02/2008 a 25/02/2011, com gozo entre 03/06 a 02/07/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos**PREFEITURA****Lei Nº 1716, de 29 de Maio de 2013**

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO DE APOIO À GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DAS ARAUCÁRIAS (GRIMPEIRO), DESTA MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade sem fins lucrativos Grupo de Apoio à Gestão do Parque Estadual das Araucárias (GRIMPEIRO), inscrito no CNPJ nº 14.030.378/0001-42, com sede na Avenida Coronel Passos Maia, nº 505, Centro, nesta cidade de São Domingos (SC).

Art. 2º Fica assegurada a essa entidade todas as vantagens e prerrogativas que a legislação lhe conferir.

Art. 3º Em caso de dissolução da associação, seus bens serão revertidos ao patrimônio municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de maio de 2013.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Processo Licitatório Prefe N. 027/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 018/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 14 de junho de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE NITROGÊNIO, BAINHA FRANCESA E LUVAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 23 de maio de 2013.
FLÁVIO CELESTE LORENZI
Pregoeiro Oficial do Município.

Processo Licitatório Prefe N. 028/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 019/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 13 de junho de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS

DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 27 de maio de 2013.
FLÁVIO CELESTE LORENZI
Pregoeiro Oficial do Município.

Processo Licitatório Prefe N. 029/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 020/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 14:00 horas do dia 14 de junho de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE LUBRIFICANTES PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 27 de maio de 2013.
FLÁVIO CELESTE LORENZI
Pregoeiro Oficial do Município.

Not Rec Federais 28 05 2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 28/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		880,65
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	880,65
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	880,65
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	528,39
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	352,26

SAO DOMINGOS, 29/05/2013

ELIENIR TERESINHAAGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

ELIEZE COMACHIO
SECRETÁRIA MUNICIPAL

São José

PREFEITURA

Decreto 975 de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº975/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011, da Secretaria de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARIA ODETE DA SILVA DE JESUS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 27 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto 976 de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº976/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011, da Secretaria de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VANESSA HAUPENTHAL WEBER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 27 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto 977 de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº977/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011, da Secretaria de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ALBERTO GARCIA MENDES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, com a carga

horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 27 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA

Decreto de Aposentadoria

DECRETO Nº 712/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 21571/2012 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor BENJAMIM ANTÔNIO DE MELO, matrícula 1.981, ocupante do cargo de assistente administrativo, Classe 6, Nível 1006, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, 40% insalubridade, quinquênio e promoção vertical, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.277/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o nº. 18.280/2012, de 25.09.2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, da Constituição Federal e Artigo 25, da Lei Complementar Municipal nº. 005/2002, aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de serviço/contribuição a Senhora ANTONIETA DA CUNHA PFLEGER, matrícula nº. 1.697, nível E, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, ocupante do cargo em caráter efetivo de Atendente de Saúde Pública, criado através da Lei Municipal nº. 2.123/90, do Quadro de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a EC nº 70/2012, de 29.03.2012, terão por

valor inicial a quantia de R\$ 1.179,98 (um mil cento e setenta e nove reais e noventa e oito centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2012.

DJALMA VANDO BERGER

Prefeito Municipal

AGOSTINHO PAULI

Presidente da SJPREV

Decreto de Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.184/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o n.º 10.169/2012, de 11.06.2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do Artigo 40, § 1º, III, b, da Constituição Federal e Artigo 25, III, b, da Lei Complementar Municipal nº. 005/2002, com as alterações da Lei Complementar 019/2005, aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço/contribuição a Senhora GENI MARIA ELIAS, matrícula nº. 14-0, lotada na Câmara Municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal nº. 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares Municipais nº.s. 005/2002 e 019/2005, terão por valor inicial a quantia de R\$ 1.507,58 (um mil quinhentos e sete reais e cinquenta e oito centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de setembro de 2012.

DJALMA VANDO BERGER

Prefeito Municipal

AGOSTINHO PAULI

Presidente da SJPREV

Decreto de Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.183/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o n.º 9158/2012, 24.05.2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do Artigo 40, § 1º, III, b, da Constituição Federal e Artigo 25, III, b, da Lei Complementar Municipal nº. 005/2002, com as alterações da Lei Complementar

019/2005, aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço/contribuição a Senhora ADELAIDE DE ABREU SGROTT, matrícula nº. 2.967, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo efetivo de Professor de Artesanato, criado através da Lei Municipal nº. 2.123/90, regulamentada pela Lei Municipal nº 4422/2006, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal nº. 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares Municipais nº.s. 005/2002 e 019/2005 terão por valor inicial a quantia de R\$ 976,68 (novecentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de setembro de 2012.

DJALMA VANDO BERGER

Prefeito Municipal

AGOSTINHO PAULI

Presidente da SJPREV

Decreto de Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.389/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no processo protocolado sob o nº. 20051/2012, 19/10/2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do artigo 3º da EC 47/2005 c/c artigo 25, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, aposentadoria voluntária por tempo de serviço/contribuição, com proventos integrais a Senhora VERONICA SCHMITT, matrícula n.º 1286, lotada na Secretaria de Finanças, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, criado através da Lei Municipal nº 2.123/1990, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício deverão ser calculados sobre a integralidade dos vencimentos da servidora, tendo por valor inicial a quantia de R\$ 3.250,36 (três mil duzentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de dezembro de 2012.

DJALMA VANDO BERGER

Prefeito Municipal

AGOSTINHO PAULI

Presidente da SJPREV

Decreto de Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.374/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe

são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o nº. 20600/2012, de 26/10/2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do artigo 6º da EC 41/2003 c/c artigo 25, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, aposentadoria voluntária por tempo de serviço/contribuição, com proventos integrais ao Senhor SILVIO MANOEL DA SILVA; matrícula n.º 6033, lotado na Secretaria de Administração, ocupante do cargo de Agente Atividades Complementares, criado através da Lei Municipal nº 2.123/1990, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício deverão ser calculados sobre a integralidade dos vencimentos do Servidor, tendo por valor inicial a quantia de R\$ 3.991,19 (três mil novecentos e noventa e um real e dezenove centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de dezembro de 2012.
DJALMA VANDO BERGER
Prefeito Municipal

AGOSTINHO PAULI
Presidente da SJPREV

Decreto de Aposentadoria

DECRETO Nº 713/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 23498/2012 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c Art. 2º da EC nº 70/2012, DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para o servidor LUIZ FABIANO PEREIRA, matrícula 10.801, ocupante do cargo de professor, Classe C-11, Nível 504, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 60,33% (sessenta e três vírgula trinta e três por cento), calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, quinquênio e 20% da regência de classe, conforme determina a Lei nº 5183/2012, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de abril de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

DECRETO Nº 714/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 9863/2012 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c Art. 2º da EC nº 70/2012, DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora MARILDA WEISS DOS SANTOS, matrícula 1.760, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Classe H-01, Nível 1001, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com proventos proporcionais a 76,52% (setenta e seis vírgula cinquenta e dois por cento), calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de abril de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

DECRETO Nº 646/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 18661/2012 e com base no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARIÂNGELA LEITE, matrícula 2.040, ocupante do cargo de professora, Classe B, Nível 11, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de março de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

DECRETO Nº 221/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 20250/2012 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela

Emenda Constitucional nº 20 de 16 de dezembro de 1998 e Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, ainda com base no art. 25, §1º, III, "b", da Lei Complementar 05 de 07/05/2002,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, por idade, para a servidora MARIA DO CARMO BERTOLUCI MARIOT, matrícula 16.522, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, Classe C, Nível 541, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 53,03% (cinquenta e três vírgula três por cento), calculados com base na média das 80% (oitenta por cento) melhores contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

DECRETO Nº 274/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 22800/2012 e com base no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, ainda com base no art. 25 da Lei Complementar 05 de 07/05/2002,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARIA LIDIA DA SILVA, matrícula 6.035, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Classe 6, Nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, quinquênio, incorporação da insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.304/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no processo protocolado sob o

nº. 6798/2012, de 17/04/2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do artigo 40, § 5º da Constituição Federal c/c artigo 25, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, aposentadoria voluntária por tempo de serviço/contribuição, com proventos integrais a Senhora ANA MARIA KOESTER, matrícula n.º 2792, nível MAG. PROF 4 E, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor, criado através da Lei Municipal nº 2.123/1990, regulamentada pela Lei Municipal nº. 4422/2006, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal nº. 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares Municipais nº.s. 005/2002 e 019/2005 terão por valor inicial a quantia de R\$ 1.646,01 (um mil seiscentos e quarenta e seis reais e um centavo), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de outubro de 2012.

DJALMA VANDO BERGER

Prefeito Municipal

AGOSTINHO PAULI

Presidente da SJPREV

Decreto de Aposentadoria

DECRETO Nº 230/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 20250/2012 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor NILO JOÃO DA SILVA, matrícula 1.021, ocupante do cargo de Motorista, Classe 3, Nível 1003, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, insalubridade, quinquênio, novo plano 100%, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.657, de 29 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.657, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Designa engenheiro civil para efetuar laudo de avaliação de bem imóvel, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 066134-5, para expedir Laudo de Avaliação do prédio público, com área de 70 m² (setenta metros quadrados), edificado sobre parte da chácara nº 19 (dezenove), com área total de 1.326 m² (um mil, trezentos e vinte e seis metros quadrados), de propriedade do município de São Lourenço do Oeste/SC, situado na Linha Santa Clara, Distrito de Frederico Wastner, neste Município, conforme Matrícula nº 5.058, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único. Sob o prédio público, de que trata o caput deste artigo, encontrava-se sediada a Escola Posto Suinocultura, sendo que atualmente encontra-se desativada e desocupada.

Art. 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.658, de 29 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.658, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Declara a nulidade do Processo Licitatório de nº 091/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 64/2013 e 98/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO, o disposto no inciso III, do art. 21, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

"Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez.

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou

alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição."

CONSIDERANDO, o disposto no inciso I, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º."

CONSIDERANDO que o edital de abertura do Processo Licitatório de nº 091/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 64/2013, não foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM-SC, e que tal irregularidade considera-se vício insanável;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado nulo o Processo Licitatório de nº 091/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 64/2013, cujo objeto consiste na "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de professores da rede pública municipal de educação, do Município de São Lourenço do Oeste até as escolas EBM São Roque, Distrito de São Roque, e EBM Santa Inês, Linha Santa Inês".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Nº 100/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/06/2013, às 10:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº71/2013, OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de professores da rede pública municipal de educação, do município de São Lourenço do Oeste até as escolas EBM São Roque, Distrito de São Roque, e EBM Santa Inês, Linha Santa Inês. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo Nº 099/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/06/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº99/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº70/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS

NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS). Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo Nº 08/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/06/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº69/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS PARA COZINHA PARA UTILIZAÇÃO DO NACA E GÁS P45 PARA O CENTRO DE EVENTOS.. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Acordo Nº 001, de 28 de Maio de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 001, DE 28 DE MAIO DE 2013.

Origem: Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e Arno Bessegatto, CPF nº 593.843.799-72.

Objeto: Ressarcimento aos cofres públicos de valores referente a multa de trânsito.

Valor: O DEVEDOR pagará diretamente ao MUNICÍPIO o valor total de R\$ 574,61 (quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 114,92 (cento e quatorze reais e noventa e dois centavos), nos termos do art. 68 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

Data da Assinatura: 28/05/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Município e Arno Bessegatto - Pelo devedor.

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 27/05/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 27/05/2013 até 27/05/2013

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	279.035,12
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	97.484,32
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	11.784,32
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	11.784,32
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	85.700,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	33.250,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00 Saude Bucal - SB	9.670,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00 Saúde da Família - SF	42.780,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	181.550,80
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	181.550,80
4.1.7.2.4.01.01.00.00 FUNDEB - MAGISTÉRIO	108.930,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00 FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	72.620,32

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 29/05/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO



São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 195/2013

PORTARIA n.º 195/2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A ELIANE GORETE MARTINS, MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e o disposto na Lei Municipal nº. 08/97 de 29 de Janeiro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a ELIANE GORETE MARTINS, pelo período de 90 (noventa) dias a contar de 22/05/2013.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Desclassificação Kassia Souza Cardone

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de 2013, KASSIA SOUZA CARDONE, foi desclassificada da lista dos aprovados no Processo Seletivo nº. 001/2012, relativo ao cargo de Professora II - Português, classificação nº. 04, haja vista, não ter assumido o referido cargo.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de maio de 2013.

Desclassificação Nelize de Rocco Paiva

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de 2013, NELIZE DE ROCCO PAIVA, foi desclassificada da lista dos aprovados no Processo Seletivo nº. 001/2012, relativo ao cargo de Professora II - Português, classificação nº. 03, haja vista, não ter assumido o referido cargo.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de maio de 2013.

Schroeder

PREFEITURA

Extrato de Contrato Registro de Preço N.º. 62/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 62/2013-FMS

Processo de licitação nº. 31/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.698.920/0001-74, estabelecida na rua Tubarão, nº 250, Bom Jesus, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.500-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
12	Estante em madeira MDF na cor branca. Dimensões: Altura: 2m, comprimento: 2m, profundidade: 0,35m. Distância entre prateleiras: 0,35m. Altura do chão: 0,10 cm.	2	Unidade	328,00	656,00
13	Estante em madeira MDF na cor branca. Dimensões: Altura: 2m, comprimento: 2,5m, profundidade: 0,35m. Distância entre prateleiras: 0,35m. Altura do chão: 0,10 cm.	2	Unidade	366,00	732,00

15	Balcão fechado com 02 portas (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 0,90x0,40x0,72 com uma prateleira interna, tampo produzido em MDP de 25mm com acabamento post formado em 180º com marfim amadeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Base de aço 20 x 30 para colocar o armário em cima com pé nivelador.	2	Unidade	247,00	494,00
16	Armário de post forming de 25 mm, com duas portas com fechadura, fechado, material em MDF 15mm, na cor marfim com acabamentos em preto nas medidas mínimas de 1,60m de altura x 0,90 cm de largura e 0,40 de profundidade com no mínimo 03 prateleiras interanas reguláveis.	2	Unidade	327,90	655,80
VALOR R\$ TOTAL					2.537,80

Valor do contrato: R\$ 2.537,80 (Dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 28/05/2013 – Vigência: 28/05/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 63/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 63/2013-FMS

Processo de licitação nº. 31/2013 - FMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, nº. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89202-300

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como

se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	Balcão para pia e pia com 02 portas e 3 gavetas com corrediças metálicas, dimensões (LxAxP): 120x81x52 cm em MDF, espessura mínima 15mm, padrão branco, puxadores em metal reforçado e dobradiças de pressão em metal, pia de inox AISI 304(8/10), espessura mínima 0,6mm, acabamento acetinado, com bordas altas(mínimo 5mm), tamanho de 1,20 metros, cuba retangular mínimo de 40x34cm, com profundidade de 15 cm ou superior.	6	Unidade	215,04	1.290,24
VALOR R\$ TOTAL					1.290,24

Valor do contrato: R\$ 1.290,24 (Um mil, duzentos e noventa reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 28/05/2013 - Vigência: 28/05/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 64/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 64/2013-FMS

Processo de licitação nº. 31/2013 - FMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA COPIATIC LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.795.373/0001-69, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 252, Centro, na cidade de Rio Negro, no Estado do Paraná, CEP: 83880-000

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme

especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Estante em aço simples para utilização de parede, com 06 prateleiras reguláveis parafusadas nas laterais da prateleira com regulagem através do sistema de encaixe da coluna que permite facilidade nos deslocamento das prateleiras para regulagem de altura. Confeccionada com colunas de aço, espessura 2,00mm com furações retangulares nas laterais. Prateleiras fabricadas em aço com espessura 0,60 mm fixado na parte inferior da prateleira. Pintura com tinta pó-epóxi e poliéster na cor cinza. Medidas: 1980 x 1040 x 330 mm. (A x L x P).	11	Unidade	79,00	869,00
06	Estante de aço com 6 prateleiras reforçadas com 3 dobra, com sapatas, com parafusos e porcas. Dimensões: 92cm x 30 cm x 198 cm. Pintura epoxi na cor branca.	5	Unidade	60,00	300,00

14	Arquivo de aço com 04 (quatro) gavetas tamanho ofício para armazenar pastas suspensas, com sistema de deslizamento das mesmas através de rolamentos, as gavetas devem apresentar porta-etiqueta do lado externo em alto relevo com puxadores embutidos. Na parte interna as gavetas devem conter varetas laterais para sustentação das pastas e sistema de encaixe na lateral das gavetas. Armário e chapas com pintura epoxi na cor cinza escuro, medindo 1330(A) x 470(L) x 70 (P) mm. Capacidade de sustentação de cargas por gaveta 30 kg distribuídamente.	2	Unidade	245,00	490,00
VALOR R\$ TOTAL					1.659,00

Valor do contrato: R\$ 1.659,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais).

Data da Assinatura: 28/05/2013 - Vigência: 28/05/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 65/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 65/2013-FMS

Processo de licitação nº. 31/2013 - FMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUPERAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.482.516-0001-61, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, nº. 40, Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.041-070

Objeto:Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE



PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
08	Lavadora de roupas, na cor branca, com capacidade de lavagem de 10 Kg; controle eletrônico; com 3 (três) ajustes de nível de água e enxague, com água quente, com centrifugação e velocidade de 775 rpm; selo procel categoria "A" ou "B" de consumo de energia; acabamento do cesto em aço inox; tampa superior; dispenser para alvejante, amaciante, sabão; filtro eliminação de fiapos; voltagem 220 v; largura 620mm x 1040mm altura x 645mm profundidade.	3	Unidade	1.188,00	3.564,00
VALOR R\$ TOTAL					3.564,00

Valor do contrato: R\$ 3.564,00 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 28/05/2013 - Vigência: 28/05/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 66/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 66/2013-FMS

Processo de licitação nº. 31/2013 - FMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUPRIMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.563.256/0001-68, estabelecido na Rua Lauro Muller, nº. 490, Praça, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP: 88200-000,

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Cadeira giratória revestida em couro espuma poliuretano injetada, tratamento superficial, estrutura em pintura epóxi preto, base giratória com regulagem de altura, pistão a gás, tipo de encosto espaldar médio regulável, cadeira ergonômica, espuma 55 a 60 kg/m3, cinco pés com rodinhas duplas.	16	Unidade	86,50	1.384,00
10	Mesa 1,20 x 60 cm com 2 gavetas com chave, tampo em madeira com 25mm de espessura produzido em MDP média densidade de partículas, revestimento com laminado fórmica 06mm de espessura e bordas laterais em pvc 1mm de espessura. Estrutura metálica com pés oblongular (0,29cm x 0,58mm) pintura epóxi na cor preto. Cor da mesa: bege/marfim com acabamento preto; com abertura para passagem de fiação. Gavetas com correção metálica, cor bege/marfim com acabamento preto puxadores em pvc tipo alça na cor preto.	6	Unidade	210,00	1.260,00

11	Armário em aço com 4 prateleiras, sendo 1 fixa e 3 reguláveis, 2 portas com chave. Medidas: altura 1,98 m, largura 0,90m, profundidade: 0,40m. Pintura epoxi na cor branca.	4	Unidade	337,50	1.350,0
VALOR R\$ TOTAL					3.994,00

Valor do contrato: R\$ 3.994,00 (três mil e novecentos e noventa e quatro reais).

Data da Assinatura: 28/05/2013 - Vigência: 28/05/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 67/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 67/2013-FMS

Processo de licitação nº. 31/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TODT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.535.116/0001-89, estabelecida na Rua Edmundo Koch, nº 1.527, galpão A, Nereu Ramos, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89265-260,

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fogão de cozinha a gás-tipo piso; 04 bocas; forno com capacidade de 56 litros (autolimpante, vidro duplo na porta com 01 prateleira fixa e válvula corta gás; acendimento automático total; mesa de aço inox sobreposta; tampa de vidro temperado; puxadores de forno em metal na cor branca; grades duplas; dimensão (LxPxP) 50, 0X88,0 X 60,0CM; Voltagem Bivolt; classificação de consumo A(forno e mesa); tipo de gás GLP. Garantia de no mínimo 01 ano. Cor branca.	3	Unidade	435,00	1.305,00
02	Cadeira fixa revestida em courino na cor preta. Assento com espuma expandida/laminada com 40 mm de espessura média e densidade mínima de 33 kg/m3. Medida mínima do assento 400x395mm. Encosto com espuma expandida/laminada com 20 mm de espessura média densidade 23 kg/m3. Largura mínima de encosto 320x350 mm. Altura mínima da cadeira 900 mm. Estrutura metálica com pintura epóxi na cor preta.	12	Unidade	48,80	585,60



04	REFRIGERADOR FROST FREE UMA PORTA TIPO DOMÉSTICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 342 LITROS, MODELO VERTICAL. DEVERÁ CONTER: CONJUNTO MOTOR-COMPRESSOR TIPO UNIDADE SELADA, CFC-FREE, NÍVEL A EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, CONFORME APROVAÇÃO DO INMETRO, 01 CONGELADOR CAPACIDADE DE 47 LITROS, TERMOSTATO COM RESPECTIVAS INFORMAÇÕES DE FUNCIONAMENTO E AJUSTE DA TEMPERATURA PREFERENCIALMENTE INTERNO, LÂMPADA, BANDEJA APARADORA MÓVEL, COMPARTIMENTO EXTRA-FRIO, GAVETÃO TRANSPARENTE PARA FRUTAS E LEGUMES, 03 PRATELEIRAS GRADEADAS EM AÇO INOXIDÁVEL, REGULÁVEIS E REMOVÍVEIS. A PORTA DEVERÁ SER TOTALMENTE APROVEITADA, COM COMPARTIMENTO PARA GARRAFAS E OUTROS VASILHAMES, 02 PORTA OVOS REMOVÍVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 UNIDADES CADA UM. O GABINETE DA GELEDEIRA DEVERÁ SER EM AÇO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM E PINTURA ELETROSTÁTICA, NA COR BRANCA, COM SECAGEM EM ESTUFA DE ALTA TEMPERATURA, AS PAREDES DEVERÃO TER ISOLAMENTO PERFEITO, PRATELEIRAS COM ACABAMENTO ANTI-CORROSIVO E PORTA COM GUARNIÇÃO ADEQUADA PARA GARANTIR PERFEITA VEDAÇÃO, PÉS NIVELADORES FRONTAIS E TRASEIROS. VOLTAGEM: 220 v.	4	Unidade	1.190,00	4.760,00
07	Longarina com 3 (três) lugares modelo secretária revestido em courino cor preto, com estrutura metálica pintura epóxi na cor preta, com pés oblongular. Assento com espuma expandida/laminada com 40 mm de espessura média e densidade mínima de 33 Kg/m3. Medida mínima do assento 400 x 395 mm. Encosto com espuma expandida/laminada com 20 mm de espessura média e densidade 23 Kg/m3. Largura mínima do encosto 320 x 350 mm.	15	Unidade	198,00	2.970,00
17	Mesa retangular em MDF branco 25mm com 06 cadeiras; Medidas da mesa: Altura 80 cm; Largura: 80 cm; Comprimento: 1,60 cm. Cadeiras em MDF branco. Medidas das Cadeiras: Altura: 99cm; largura 43cm; Profundidade: 51cm.	2	Unidade	485,00	970,00
18	Cadeira plástica branca ,com braço, tipo poltrona plástica. Possui sistema antiderapante nos pés. Permite empilhamento. Medidas: Altura:80,0; Largura: 55,0; Profundidade: 41,0 cm.	30	Unidade	28,90	867,00
VALOR R\$ TOTAL					11.457,60

Valor do contrato: R\$ 11.457,60 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 28/05/2013 - Vigência: 28/05/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Registro de Preço Nº 12/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 28/05/2013

Válido até: 28/05/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fogão de cozinha a gás-tipo piso; 04 bocas; forno com capacidade de 56 litros (autolimpante, vidro duplo na porta com 01 prateleira fixa e válvula corta gás; acendimento automático total; mesa de aço inox sobreposta; tampa de vidro temperado; puxadores de forno em metal na cor branca; grades duplas; dimensão (LxAxP) 50, 0X88,0 X 60,0CM; Voltagem Bivolt; classificação de consumo A(forno e mesa); tipo de gás GLP. Garantia de no mínimo 01 ano. Cor branca.	UN	TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	435,0000	1
			SUPERAR LTDA (12236)		0	440,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	443,3500	3
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	499,0000	4
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (11871)		0	499,0000	5
			PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	499,0000	6
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662)		0	499,0000	7
2	Cadeira fixa revestida em couro na cor preta. Assento com espuma expandida/laminada com 40 mm de espessura média e densidade mínima de 33 kg/m3. Medida mínima do assento 400x395mm. Encosto com espuma expandida/laminada com 20 mm de espessura média densidade 23 kg/m3. Largura mínima de encosto 320x350 mm. Altura mínima da cadeira 900 mm. Estrutura metálica com pintura epóxi na cor preta.	UN	TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	48,8000	1
			DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	49,0000	2
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	49,5000	3
3	Cadeira giratória revestida em couro espuma poliuretano injetada, tratamento superficial, estrutura em pintura epóxi preto, base giratória com regulagem de altura, pistão a gás, tipo de encosto espaldar médio regulável, cadeira ergonômica, espuma 55 a 60 kg/m3, cinco pés com rodinhas duplas	UN	SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	86,5000	1
			TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	86,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 28/05/2013

Válido até: 28/05/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	87,0400	3
4	REFRIGERADOR FROST FREE UMA PORTA TIPO DOMÉSTICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 342 LITROS, MODELO VERTICAL. DEVERÁ CONTER: CONJUNTO MOTOR-COMPRESSOR TIPO UNIDADE SELADA, CFC-FREE, NÍVEL A EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, CONFORME APROVAÇÃO DO INMETRO, 01 CONGELADOR CAPACIDADE DE 47 LITROS, TERMOSTATO COM RESPECTIVAS INFORMAÇÕES DE FUNCIONAMENTO E AJUSTE DA TEMPERATURA PREFERENCIALMENTE INTERNO, LÂMPADA, BANDEJA APARADORA MÓVEL, COMPARTIMENTO EXTRA-FRIO, GAVETÃO TRANSPARENTE PARA FRUTAS E LEGUMES, 03 PRATELEIRAS GRADEADAS EM AÇO INOXIDÁVEL, REGULÁVEIS E REMOVÍVEIS. A PORTA DEVERÁ SER TOTALMENTE APROVEITADA, COM COMPARTIMENTO PARA GARRAFAS E OUTROS VASILHAMES, 02 PORTA OVOS REMOVÍVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 UNIDADES CADA UM. O GABINETE DA GELADEIRA DEVERÁ SER EM AÇO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM E PINTURA ELETROSTÁTICA, NA COR BRANCA, COM SECAGEM EM ESTUFA DE ALTA TEMPERATURA, AS PAREDES DEVERÃO TER ISOLAMENTO PERFEITO, PRATELEIRAS COM ACABAMENTO ANTI-CORROSIVO E PORTA COM GUARNIÇÃO ADEQUADA PARA GARANTIR PERFEITA VEDAÇÃO, PÉS NIVELADORES FRONTALS E TRASEIROS. VOLTAGEM: 220 v.	UN	TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	1.190,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (11871)		0	1.194,0000	2
			SUPERAR LTDA (12236)		0	1.210,0000	3
			JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS - ME (12189)		0	1.358,5000	4
			PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	1.359,0000	5
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	1.359,0000	6
5	Estante em aço simples para utilização de parede, com 06 prateleiras reguláveis parafusadas nas laterais da prateleira com regulagem através do sistema de encaixe da coluna que permite facilidade nos deslocamento das prateleiras para regulagem de altura. Confeccionada com colunas de aço, espessura 2,00mm com furações retangulares nas laterais. Prateleiras fabricadas em aço com espessura 0,60 mm fixado na parte inferior da prateleira. Pintura com tinta pó-epóxi e poliéster na cor cinza. Medidas: 1980 x 1040 x 330 mm. (A x L x P).	UN	PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	79,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	111,5600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 28/05/2013

Válido até: 28/05/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	118,0000	3
6	Estante de aço com 6 prateleiras reforçadas com 3 dobra, com sapatas, com parafusos e porcas. Dimensões: 92cm x 30 cm x 198 cm. Pintura epoxi na cor branca	UN	PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	60,0000	1
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	96,0000	2
			M MÓBILE EIRELI ME (12443)		0	110,0000	3
7	Longarina com 3 (três) lugares modelo secretária revestido em couro cor preto, com estrutura metálica pintura epóxi na cor preta, com pés oblongular. Assento com espuma expandida/laminada com 40 mm de espessura média e densidade mínima de 33 Kg/m3. Medida mínima do assento 400 x 395 mm. Encosto com espuma expandida/laminada com 20 mm de espessura média e densidade 23 Kg/m3. Largura mínima do encosto 320 x 350 mm	UN	TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	198,0000	1
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	199,0000	2
			M MÓBILE EIRELI ME (12443)		0	210,0000	3
			PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	212,0000	4
			DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	219,0000	5
8	Lavadora de roupas, na cor branca, com capacidade de lavagem de 10 Kg; controle eletrônico; com 3 (três) ajustes de nível de água e enxague, com água quente, com centrifugação e velocidade de 775 rpm; selo procel categoria "A" ou "B" de consumo de energia; acabamento do cesto em aço inox; tampa superior; dispenser para alvejante, amaciante, sabão; filtro eliminação de fiapos; voltagem 220 v; largura 620mm x 1040mm altura x 645mm profundidade	UN	SUPERAR LTDA (12236)		0	1.188,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (11871)		0	1.189,0000	2
			JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS - ME (12189)		0	1.198,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 28/05/2013

Válido até: 28/05/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	1.199,0000	4
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	1.199,0000	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	1.276,9300	6
9	Balcão para pia e pia com 02 portas e 3 gavetas com correções metálicas, dimensões (LxAxP): 120x81x52 cm em MDF, espessura mínima 15mm, padrão branco, puxadores em metal reforçado e dobradiças de pressão em metal, pia de inox AISI 304(8/10), espessura mínima 0,6mm, acabamento acetinado, com bordas altas(mínimo 5mm), tamanho de 1,20 metros, cuba retangular mínimo de 40x 34cm, com profundidade de 15 cm ou superior	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	215,0400	1
			M MÓBILE EIRELI ME (12443)		0	330,0000	2
			TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	362,5700	3
10	Mesa 1,20 x 60 cm com 2 gavetas com chave, tampo em madeira com 25mm de espessura produzido em MDP média densidade de partículas, revestimento com laminado fórmica 06mm de espessura e bordas laterais em pvc 1mm de espessura. Estrutura metálica com pés oblongular (0,29cm x 0,58mm) pintura epóxi na cor preto. Cor da mesa: bege/marfim com acabamento preto; com abertura para passagem de fiação. Gavetas com correção metálica, cor bege/marfim com acabamento preto puxadores em pvc tipo alça na cor preto.	UN	SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	210,0000	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	211,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	234,2400	3
11	Armário em aço com 4 prateleiras, sendo 1 fixa e 3 reguláveis, 2 portas com chave. Medidas: altura 1,98 m, largura 0,90m, profundidade: 0,40m. Pintura epoxi na cor branca	UN	SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	337,5000	1
			M MÓBILE EIRELI ME (12443)		0	338,0000	2
			PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	347,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 28/05/2013****Válido até: 28/05/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Estante em madeira MDF na cor branca. Dimensões: Altura: 2m, comprimento: 2m, profundidade: 0,35m. Distância entre prateleiras: 0,35m. Altura do chão: 0,10 cm	UN	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	328,0000	1
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	329,0000	2
			TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	416,0000	3
13	Estante em madeira MDF na cor branca. Dimensões: Altura: 2m, comprimento: 2,5m, profundidade: 0,35m. Distância entre prateleiras: 0,35m. Altura do chão: 0,10 cm.	UN	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	366,0000	1
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	367,0000	2
			TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	487,5000	3
14	Arquivo de aço com 04 (quatro) gavetas tamanho ofício para armazenar pasatas suspensas, com sistema de deslizamento das mesmas através de rolamentos, as gavetas devem apresentar porta-etiqueta do lado externo em alto relevo com puxadores embutidos. Na parte interna as gavetas devem conter varetas laterais para sustentação das pastas e sistema de encaixe na lateral das gavetas. Armário e chapas com pintura epoxi na cor cinza escuro, medindo 1330(A) x 470(L) x 70 (P)mm. Capacidade de sustentação de cargas por gaveta 30 kg distribuídamente	UN	PAPELARIA COPIATIC LTDA (12234)		0	245,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	277,7500	2
			M MÓBILE EIRELI ME (12443)		0	280,0000	3
15	Balção fechado com 02 portas (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 0,90x0,40x0,72 com uma prateleira interna, tampo produzido em MDP de 25mm com acabamento post formado em 180º cor marfim amadeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Base de aço 20 x 30 para colocar o armário em cima com pé nivelador	UN	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	247,0000	1
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	248,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	253,4400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 28/05/2013

Válido até: 28/05/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Armário de post forming de 25 mm, com duas portas com fechadura, fechado, material em MDF 15mm, na cor marfim com acabamentos em preto nas medidas mínimas de 1,60m de altura x 0,90 cm de largura e 0,40 de profundidade com no mínimo 03 prateleiras interanas reguláveis.	UN	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	327,9000	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	328,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	357,1200	3
17	Mesa retangular em MDF branco 25mm com 06 cadeiras; Medidas da mesa: Altura 80 cm; Largura: 80 cm; Comprimento: 1,60 cm. Cadeiras em MDF branco. Medidas das Cadeiras: Altura: 99cm; largura 43cm; Profundidade: 51cm	UN	TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	485,0000	1
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)		0	487,0000	2
			DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)		0	498,0000	3
18	Cadeira plástica branca ,com braço, tipo poltrona plástica. Possui sistema antiderrapante nos pés. Permite empilhamento. Medidas: Altura:80,0; Largura: 55,0; Profundidade: 41,0 cm	UN	TODT MÓVEIS LTDA EPP (7522)		0	28,9000	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)		0	29,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 28/05/2013****Válido até: 28/05/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			M MÓBILE EIRELI ME (12443)		0	29,7700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 28/05/2013****Válido até: 28/05/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2013****PROCESSO Nº 31/2013**

- (7522) - TODT MÓVEIS LTDA EPP
- (10660) - SUPRIMOVEIS LTDA - EPP
- (10662) - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
- (10763) - EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA
- (11871) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
- (12068) - 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA
- (12189) - JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS - ME
- (12234) - PAPELARIA COPIATIC LTDA
- (12236) - SUPERAR LTDA
- (12443) - M MÓBILE EIRELI ME
- (12573) - DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

Schroeder, 28 de Maio de 2013.

Siderópolis

PREFEITURA

42 2013 Resumido Tomada de Preço Ruas Vila MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 42/2013

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 19/06/2013, às 09h30min (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada em serviços de Pavimentação com lajotas nas Ruas: Assunta Cabonera Tasca; José Ramiro Soares; Rua Arlindo Magistrali no Bairro Vila São Jorge, neste município, conforme contrato de repasse n. 0366475-77/2011/Ministério das Cidades/Caixa, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município. Maiores informações: licitação@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188.

Siderópolis, 29 de maio de 2013.
HELIO ROBERTO CESA.
Prefeito Municipal.

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial N.º 06 2013 Fumtran ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2013 FUMTRAN

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial nº. 06 2013 que teve por objetivo AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ENTREGA DE ENERGIA NECESSARIA À INSTALAÇÃO DE BARREIRAS ELETRONICAS EM TIMBÓ/SC, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 29 de maio de 2013
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Aviso de Pregão Presencial 50-2013Pmt ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA DE TIMBÓ, FUNDOS, UNDAÇÕES E AUTARQUIAS.
ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 14 de junho de 2013. ABERTURA: dia 14 de junho de 2013 as 09h10min.
Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no

horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 29/05/2013.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração.

Aviso Pregão Presencial N.º 58 2013 PMT - Serviço de Impressão ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2013

OBJETO: serviço de impressão de cópias e plotagens de projetos públicos, destinados à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 13 de junho de 2013. ABERTURA: dia 13 de junho de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 29/05/2013.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Aviso Pregão Presencial N.º 02 2013 Funrebompom - Veículo ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013 - FUNREBOMPOM

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de veículo (tipo passeio), novo, sem uso, especificado no Anexo I (especificações do objeto) e Anexo II (termo de referência) para atender as necessidades de uso operacional da seção de atividades técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 14 de junho de 2013. ABERTURA: dia 14 de junho de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 15/05/2013.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Extrato Contrato 2013/85 MUNICÍPIO DE TIMBÓ FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/85
CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó
CONTRATADO: Elaine Freitas Luz ME

OBJETO: Locação de estandes com montagem e desmontagem para a Feira de Rua do Livro de Timbó/2013.
VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)
PRAZO: 29/05/2013 até 10/06/2013.

JORGE REVELINO FERRERA
Presidente da Fundação Cultural

Extrato Contrato 2013/86

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/86

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: Som Três LTDA ME

OBJETO: Locação de trave de treliça de alumínio, sonorização e iluminação cenográfica para a Feira de Rua do Livro de Timbó/2013.

VALOR: R\$ 6.620,00 (seis mil seiscentos e vinte reais)

PRAZO: 29/05/2013 até 10/06/2013.

JORGE REVELINO FERRERA

Presidente da Fundação Cultural

Extrato Contrato 2013/87

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/87

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: C.M. Ponciano ME

OBJETO: Locação de estruturas para a Feira de Rua do Livro de Timbó/2013.

VALOR: R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais)

PRAZO: 29/05/2013 até 10/06/2013.

JORGE REVELINO FERRERA

Presidente da Fundação Cultural

Três Barras**PREFEITURA****Decreto Nº 4.240 de 20 de Maio de 2013**

DECRETO Nº 4.240 DE 20 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 246.300,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 96.300,00 (noventa e seis mil e trezentos reais), como segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACAO, OBRAS E SERVIÇOS

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

004.122.0017.1068 - Desapropriação de Imóveis

4490.00.00 10000 Aplicações Diretas / Recursos ordinários 96.300,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação na Conta Receita nº 411130501000000 - Imposto s/

Serviços de Qualquer Natureza, vínculo 10000, no valor de R\$ 96.300,00 (noventa e seis mil e trezentos reais).

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.0009.1009 - Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias

4490.00.00 16405 Aplic. Diretas/ Prog. Melhoria Acesso e Qualidade de PMAQ 50.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação na Conta Receita nº 417213300020300- Prog. Melhoria Acesso/Qualidade - PMAQ, vínculo 16405, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 5º - Abre crédito suplementar por anulações de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC- Média e Alta Complexidade

3390.00.00 16501 Aplic. Diretas / Média Alta Complexidade - MAC 100.000,00

Art. 6º - Para cobertura das despesas previstas no Art. anterior, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) será utilizado a fonte de recursos provenientes das seguintes anulações:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

010.303.0009.2078 - MAC- Média e Alta Complexidade

3350.00.00 16501 Transf. Inst. Priv.s/Fins Lucr./Média Alta Complex.- MAC 100.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 20 de maio de 2013

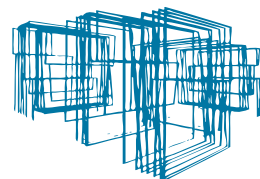
ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Programa de
Gestão de Obras****www.ciga.sc.gov.br****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Tunápolis

PREFEITURA

Portaria Nº. 3.363/2013

PORTARIA Nº. 3.363/2013

Em 28 de Maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora Efetiva Viviane Steffen Juchem, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cultura, Esportes e Turismo, neste município, nomeada pela Portaria nº. 3.120/2012, com o cargo de PROFESSORA - EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 03 de Junho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 28 de Maio de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.364/2013

PORTARIA Nº. 3.364/2013

Em 29 de Maio de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, DIRCE JUNGES, no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, progressão no nível TSG 1 A-4 para o nível TSG 1 B-5.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Junho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 29 de Maio de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.365/2013

PORTARIA Nº. 3.365/2013

Em 29 de Maio de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, DOMINGO CASANOVA, no cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, progressão no nível TSG 5 A-13 para o nível TSG 5 B-14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Junho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 29 de Maio de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.366/2013

PORTARIA Nº. 3.366/2013

Em 29 de Maio de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, MARIETA RODRIGUES BORGES NICODEM, no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, progressão no nível TSG 1 A-4 para o nível TSG 1 B-5.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Junho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 29 de Maio de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Dispensa de Licitação Nº 01/2013 FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS

1. DO OBJETO

O presente processo dispensa tem por objeto a contratação de

empresa especializada para cessão de direito de uso, locação, implantação, treinamento e manutenção de sistemas de informatização para a saúde pública da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, para o exercício de 2013.

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade da utilização de sistemas de informática específicos na área de saúde pública para viabilizar o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Considerando a necessidade na continuidade dos serviços, visando atender ao interesse do serviço público de saúde e a manutenção das atividades desenvolvidas diariamente para atender aos cidadãos do município.

Além disso, em razão do baixo valor para contratação, prevista nos termos do art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 que possibilita a utilização da dispensa da licitação, conforme segue:

[]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienação nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

Fundamentado na legislação e considerando necessidade e relevância do objeto desta dispensa, visando garantir o bem e atender aos interesses municipais.

Tunápolis - SC, 28 de maio de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor Fundo Municipal da Saúde.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS

3. DO FORNECEDOR

INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 12.234.834/0001-40

Rua: Rua Fernando Ferrari, 35 - Bairro Nossa Senhora de Lourdes.

Município: Joaçaba - SC CEP: 89.600-000

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O fornecedor supracitado foi escolhido pelo menor preço após comparativo de preços entre empresas do mesmo ramo de atividade. Considera-se empresa legalmente constituída, com apresentação das certidões negativas para comprovação da idoneidade.

5. DO VALOR CONTRATADO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor contrato é R\$ 3.858,23 (Três mil oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos). O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade Orçamentária Descrição

Órgão 10 - Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social.

Projeto/Atividade 2.030 (dotação 08)

3.3.90.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de contratação para esta dispensa de licitação inicia-se em 01 de janeiro de 2013 com vigência estabelecida até o dia 31 de Dezembro de 2013.

Tunápolis - SC, 28 de maio de 2013.

Sheila Inês Bieger Eidt

Responsável pelo Setor de Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS

8. ENCAMINHAMENTO

Exmo Sr.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2013 - FMS, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis - SC, 28 de maio 2013.

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

Responsável pelo Setor de Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS

9. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis - SC, 28 de maio 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor de INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME, estabelecido na Rua Fernando Ferrari, 35 na cidade de Joaçaba - SC.

Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis - SC., 28 de Maio de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

MARCOS ANDRE BONAMIGO

Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal Saúde

Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: P4 NET PROVEDORES LTDA ME

OBJETO: Instalação de equipamentos e fornecimento de serviços de Conexão a Internet Banda Larga Via Rádio, com acesso a internet 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias por semana, com acesso ilimitado quanto ao número de computadores, para as dependências do Centro de Educação Infantil Alencar, Escola Municipal Fortunato Danielli, Escola Municipal Irineu Bornhausen, PETI, Creche Municipal e Unidade Sanitária do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais, por um período de 08 (oito) meses, totalizando a importância de R\$ 7.040,00 (sete mil e quarenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 91/2013.

Vargeão, SC, 15 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de material de consumo para uso no Posto de Saúde do Município.

VALOR: R\$ 36.788,37 (trinta e seis mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 18/2013 e Contrato nº 92/2013.

Vargeão, SC, 20 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de material de consumo para uso no Posto de Saúde do Município.

VALOR: R\$ 19.063,09 (dezenove mil sessenta e três reais e nove centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 18/2013 e Contrato nº 93/2013.

Vargeão, SC, 20 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de material de consumo para uso no Posto de Saúde do Município.

VALOR: R\$ 23.683,40 (vinte e três mil seiscentos e oitenta e três reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 18/2013 e Contrato nº 94/2013.

Vargeão, SC, 20 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FERVARGEÃO LTDA - ME

OBJETO: Locação de 300 (trezentas) horas de um caminhão munc em perfeitas condições de uso, acoplado com cesto aéreo, com fornecimento de combustível e com operador/motorista, para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2013.

VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 19/2013 e Contrato nº 95/2013.

Vargeão, SC, 20 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e material de higiene e limpeza destinados ao Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso - Proteção Social Básica.

VALOR: R\$ 29.872,03 (vinte e nove mil oitocentos e setenta e dois reais e três centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 20/2013 e Contrato nº 96/2013.

Vargeão, SC, 20 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DARLEI BONAI ME

OBJETO: Lavagem com lubrificação nos automóveis, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, conserto e montagem de pneus e aquisição de câmaras de ar.

VALOR: R\$ 49.584,48 (quarenta e nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 21/2013 e Contrato nº 97/2013.

Vargeão, SC, 22 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GUIOMAR M. CRISTOFOLI FELIPE & CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais pedagógicos, destinados ao PETI.

VALOR: R\$ 9.215,54 (nove mil duzentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 22/2013 e Contrato nº 98/2013.

Vargeão, SC, 23 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais pedagógicos, destinados ao PETI.

VALOR: R\$ 9.971,20 (nove mil novecentos e setenta e um reais e vinte centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 22/2013 e Contrato nº 99/2013.

Vargeão, SC, 23 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MEDGI CONFECÇÕES LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares destinados aos alunos do Ensino Municipal de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 12.565,20 (doze mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Convite nº 10/2013 e Contrato nº 100/2013.

Vargeão, SC, 27 de maio de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extratos de Termos de Rescisão de Contratos

EXTRATOS DE TERMOS DE RESCISÃO DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Termo de Rescisão do Contrato nº 009/2013, celebrado entre o Município de Vargeão, SC e a empresa P4 NET PROVEDORES LTDA ME, com fundamento nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Sétima do Contrato, a partir de 14/05/2013.

Objeto: Fornecimento de Internet Banda Larga Via Rádio nas dependências do Centro de Educação Infantil Alencar, Escola Municipal Fortunato Danielli e Escola Municipal Irineu Bornhausen, no Município de Vargeão, SC.

Vargeão, SC, 14/05/2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Termo de Rescisão do Contrato nº 010/2013, celebrado entre o Município de Vargeão, SC e a empresa P4 NET PROVEDORES LTDA ME, com fundamento nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Sétima do Contrato, a partir de 14/05/2013.

Objeto: Fornecimento de Internet Banda Larga Via Rádio nas dependências da Unidade Sanitária da sede do Município de Vargeão, SC.

Vargeão, SC, 14/05/2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Encerramento do Pregão Presencial Nº 11/2013-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013-FMAS, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS QUE ATENDEM AOS PROGRAMAS E PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 28 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial 72/2013Pmv - Retificação e Alteração da Data de Abertura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2013-PMV
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna pública a alteração da data de abertura do Edital do Pregão Presencial nº 72/2013-PMV, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS, tendo em vista a exclusão das expressões: INDÚSTRIA BRASILEIRA, FABRICAÇÃO NACIONAL ou MARCA NACIONAL dos itens que as contém. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 24 de junho de 2013, na Avenida Manoel Roque, 188, Videira/SC. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no horário das 8:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 horas. INFORMAÇÕES: Através dos fones (49) 3566-9012/3566-9034

Videira, 28 de maio de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0423/2013

Extrato do Contrato n. 0423/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DANIEL RUBINI
CPF: 460.870.369-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013
FUNÇÃO: OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0446/2013

Extrato do Contrato n. 0446/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JAIR ARAÚJO DOS SANTOS
CPF: 045.812.199-14

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013
FUNÇÃO: OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0447/2013

Extrato do Contrato n. 0447/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ROQUE ARIOTTI
CPF: 529.812.749-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013
FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0448/2013

Extrato do Contrato n. 0448/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: SÉRGIO ANTONIO BOLSANI
CPF: 346.633.479-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0455/2013

Extrato do Contrato n. 0455/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MÁRCIO OGLIARI
CPF: 035.561.779-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013
FUNÇÃO: MOTORISTA II - AMBULÂNCIA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0456/2013

Extrato do Contrato n. 0456/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: FERNANDO IRINEU BERTO
CPF: 076.441.639-13

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 11 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013
FUNÇÃO: MOTORISTA II - AMBULÂNCIA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0464/2013

Extrato do Contrato n. 0464/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSALINA DA ROSA SERAFIM
CPF: 021.175.569-90

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA ALMERINDA SCHNEIDER
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de junho de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0493/2013

Extrato do Contrato n. 0493/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAM MAGALDI CARDOSO
CPF: 049.602.239-36

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCILA FÁTIMA POZZAN EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2013 a 21 de abril de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Xavantina

PREFEITURA

Concurso Público Nº 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013
EDITAL Nº 001

O Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna publico que estão abertas, no período de 05 de junho de 2013 a 04 de julho de 2013, as inscrições para o provimento de vagas nos seguintes cargos: Agente de Atividades Gerais, Merendeira, Motorista, Mecânico, Auxiliar Odontológico, Auxiliar Mecânico, Técnico Agropecuário, Fonoaudiólogo, Nutricionista - 20 h/s, Nutricionista - 25 h/s, Fiscal Municipal, Médico Veterinário, Psicólogo, Odontólogo, Médico, Professor - Educação Infantil, Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor de Artes, Professor de Educação Física e Professor de Língua Estrangeira - Inglês. A prova objetiva e a prova prática (motorista) serão aplicadas no dia 21 de julho de 2013, com início às 8h. Inscrições somente pela internet, no portal www.sbauditoria.com.br. Íntegra do Edital ou outras informações, na Prefeitura Municipal, ou na internet nos portais www.sbauditoria.com.br, www.xavantina.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xavantina - SC,
em 29 de maio de 2013.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal.

Associações

EGEM

2 Aditivo Edital Nº 40/2013

ADITIVO AO EDITAL Nº 40/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES: DESAFIOS TEÓRICOS PRÁTICOS

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos Práticos, a realizar-se em Itajaí de acordo com o edital nº 40/2013 publicado em 15/04/2013.

Cidade/Local	Itajaí – SC Auditório da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 Bairro: São Vicente
Período das inscrições	15/04/2013 a 13/05/2013
Vencimento do boleto de cobrança	13/05/2013

Homologação das inscrições	15/05/2013
Período de realização	24/06, 08 e 22/07/2013
Carga horária total	30 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 28 de maio de 2013.

Aditivo Nº 18/2013 - Mídia Training

ADITIVO AO EDITAL Nº 18/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO WORKSHOP DE MÍDIA TRAINING

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso de Workshop de Mídia Training, a realizar-se em Blumenau de acordo com o edital nº 18/2013 publicado em 15/02/2013.

Cidade/Local	Blumenau/SC Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI Rua Alberto Stein nº 466 Bairro: Velha
Período das inscrições	15/02/2013 a 10/07/2013
Vencimento do boleto de cobrança	10/07/2013
Homologação das inscrições	15/07/2013
Período de realização	24 de julho de 2013
Carga horária total	10 horas/aula
Quantidade de vagas	90 vagas

Florianópolis, 28 de maio de 2013.

Consórcios

AGIR

Extrato Dispensa de Licitação Nº 001/2013 - AGIR

E X T R A T O
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: 001/2013

OBJETO: Contratação de instituição especializada para elaborar e realizar Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da AGIR.

CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: O custo será coberto com valor referente ao resultado dos pagamentos das inscrições, que serão depositados diretamente na conta bancária do Instituto contratado.

DATA VIGÊNCIA: 24.05.2013

DATA VENCIMENTO: 31.12.2013

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Blumenau (SC), em 24 de maio de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

Termo de Ratificação da Dispensa de Licitação Nº 001/2013 - AGIR

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

OBJETO: Contratação de instituição especializada para elaborar e realizar Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da AGIR.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96) para elaboração e realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da AGIR, com o custo sendo coberto com valor referente ao resultado dos pagamentos das inscrições, que serão depositados diretamente na conta bancária do Instituto contratado. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 24 de maio de 2013.
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

Contrato CI Nº 001/2013 - AGIR CONTRATO CL Nº 001/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAR E REALIZAR CONCURSO PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR E O INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente CONTRATANTE, e o INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, doravante denominado simplesmente IBAM, pessoa jurídica de direito privado, associação civil de caráter educativo, científico e cultural, sem fins lucrativos, conforme estabelecem seus Estatutos, reconhecido de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto nº 34.661, de 19 de novembro de 1953) e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 2.149, de 04 de agosto de 1993), de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social (Certificado de 8 de maio de 1974), com inscrição também no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Largo IBAM nº 1 - Humaitá, inscrito

no CNPJ sob o nº 33.645.482/0001-96, neste ato representado por seu Superintendente Geral, o senhor PAULO TIMM, identidade nº 2028439-0, emitida pelo Conselho Regional de Administração/RJ e CPF nº 457.512.429-04, que também subscreve, doravante denominado de CONTRATADO, devidamente autorizado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação 001/2013, têm entre si justo e contratado o que segue:

1 OBJETO DO CONTRATO

1.1 Contratação de instituição especializada para elaborar e realizar Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da AGIR.

2 REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços de responsabilidade do IBAM, mencionados na Cláusula Primeira deste Contrato, serão desenvolvidos de acordo com as orientações técnica e metodológica descritas na proposta enviada à CONTRATANTE, datada de 15 de abril de 2013, que passa a integrar o presente Contrato.

2.2 Os produtos elaborados em função deste Contrato são de uso restrito da CONTRATANTE e não poderão ser cedidos, sob qualquer forma, a terceiros, sem a autorização expressa do IBAM.

2.3 O IBAM poderá, para a execução do trabalho ou de suas etapas, utilizar especialistas individuais ou pessoas jurídicas de renomada reputação técnica, caso em que se responsabilizará por seu resultado final.

3 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 São obrigações do IBAM:

- a) elaboração/revisão/complementação de instrumentos normativos - Regulamento e Edital do Concurso Público;
- b) viabilização de inscrições pela Internet;
- c) emissão e disponibilização de cartões de confirmação de inscrição via internet ou via postal;
- d) disponibilização de junta médica para avaliação dos inscritos na condição de deficientes;
- e) locação de salas e espaço adequado para aplicação das provas;
- f) treinamento e pagamento de equipe local para fiscalização das provas;
- g) plantão médico nos locais de realização das provas para eventuais atendimentos a candidatos;
- h) elaboração, impressão, aplicação e correção, através de leitura óptica, das provas objetivas;
- i) processamento e entrega de listagens de resultados em ordem de classificação, com CPF, endereços e contatos dos aprovados;
- j) fornecimento de dados e instrumentos legais para análise e julgamento de eventuais recursos interpostos pelos candidatos nas diversas etapas de realização do Concurso Público;
- k) divulgação dos atos do Concurso, conforme orientações legais, garantindo o amplo conhecimento público do certame, através do site do IBAM.
- l) relatório final e listagem dos resultados para homologação;

3.2 São obrigações da CONTRATANTE (com assessoramento do IBAM):

- a) nomear, através de ato do Presidente, a Comissão de Concurso;
- b) informar sobre cargos e vagas que serão objeto do Concurso;
- c) facilitar os contatos do IBAM com autoridades e instituições locais com vistas à perfeita organização do certame;
- d) providenciar a publicação, na imprensa oficial, dos atos que, por determinação legal, devam ser divulgados.

4 PRAZOS

4.1 Os serviços técnicos relativos ao projeto a que se refere este Contrato terão a duração de 70 (setenta) dias úteis e início a partir do 5º (quinto) dia útil após o recebimento, pelo IBAM, do Contrato assinado e, da cópia de sua publicação respectiva.

4.2 Caso ocorram motivos de força maior ou as partes julguem necessário ao melhor atendimento dos objetivos deste Contrato,

esse prazo poderá ser alterado de comum acordo entre a CONTRATANTE e o IBAM.

5 PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O custo deste Concurso será coberto com o valor referente ao resultado dos pagamentos das inscrições, que serão depositados diretamente na conta bancária do Instituto contratado.

5.2 Caso o número de inscritos seja superior a mil candidatos, o IBAM reverterá 5% da arrecadação em isenção de matrículas em seus cursos permanentes, oferecidos pela ENSUR - Escola Nacional de Serviços Urbanos, com sede no Rio de Janeiro, para servidores públicos indicados pela AGIR.

5.3 As despesas decorrentes das publicações de responsabilidade da AGIR correrão por conta da Dotação: Projeto atividade 2.001.2013 - Administração e Manutenção do Consórcio. Elemento de despesa: 3.3.9.0.39.

6 PENALIDADES

6.1 Pelo não cumprimento das disposições previstas neste Contrato, ficam as partes sujeitas às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

7 PUBLICAÇÃO

7.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do resumo deste Contrato na imprensa oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo a publicação efetivar-se no prazo de 20 (vinte) dias contados do encaminhamento para esse fim.

8 INTERRUÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 Este Contrato poderá ser interrompido ou rescindido nas hipóteses constantes dos Artigos 57, 58 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 8.883/94.

9 DA DURAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Este contrato vigorará até 31 de dezembro do corrente ano (2013).

10 DO FORO

10.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

10.2 E por estarem de acordo, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Blumenau (SC), em 24 de maio de 2013.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR (11.762.843/0001-41)
HEINRICH LUIZ PASOLD - Diretor Geral - CPF nº 246.473.149-87
- CONTRATANTE -

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
(33.645.482/0001-96)
PAULO TIMM - Representante legal - CPF nº 457.512.429-04
- CONTRATADO -

Testemunhas:

FELIPE RUEDIGER
Diretor Técnico da AGIR
CPF nº 034.930.529-36

VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR
CPF nº 038.188.129-69

Extrato Contrato Nº 001/2013 - AGIR

E X T R A T O
CONTRATO

Número do Contrato: 001/2013

Data vigência: 24.05.2013

Data vencimento: 31.12.2013

Número da Licitação: 001/2013 - Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratante: AGIR (11.762.843/0001-41)

Contratado: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (33.645.482/0001-96).

Objeto: Contratação de instituição especializada para elaborar e realizar Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da AGIR.

Valor total do Contrato: O custo será coberto com valor referente ao resultado dos pagamentos das inscrições, que serão depositados diretamente na conta bancária do Instituto contratado.

Blumenau (SC), em 24 de maio de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

Convocação Assembleia Geral Extraordinária - AGIR

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MOACIR POLIDORO, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados e consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 06 de junho de 2013, às 13h00min, em primeira (1ª.) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª.) convocação, trinta (30) minutos após, às 13h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rua: Alberto Stein, nº. 466, Auditório do 1º piso - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 - Leitura e Aprovação da Ata Anterior;
- 2 - Concurso Público;
- 3 - Fortalecimento Institucional;
- 4 - Capacitação Servidores AGIR;
- 5 - Ratificação Resolução nº 022/2013;
- 6 - Alteração do Protocolo de Intenções, do Estatuto Social e do Estatuto dos Servidores;
- 7 - Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 29 de maio de 2013.

MOACIR POLIDORO
Presidente da Diretoria Executiva

Ata Nº 011 de 07.05.2013 - Reunião Extraordinária do Comitê de Regulação - AGIR

ATA Nº 011/2013, DE 07 DE MAIO DE 2013 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1.227, página 175 de 26.04.2013, no site e no mural da AGIR, reuniu-se em sua sede, na sala de reuniões do 1º piso da AMMVI, no endereço declinado na convocação, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às oito horas em primeira convocação, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. Os trabalhos foram iniciados pelo senhor Anísio Fantini - Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, o qual deu boas-vindas aos presentes e, com a concordância de todos nomeou o senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, para secretariar os trabalhos. A reunião extraordinária contou ainda com a presença do senhor Felipe Ruediger - Diretor Técnico da AGIR, e dos seguintes Conselheiros Titulares: Sandro Lourival Cardoso, Sheila Mafra Ghoddsi, Maria de Fátima Martins, Gustavo Dunchatt Zettermann, Ricardo Alexandre da Silva, Douglas Frankenberger e Ricardo Hübner; e dos seguintes Conselheiros Suplentes: José Carlos Spengler, Sandra Aparecida Alves de Oliveira e Guilherme Schmidt Pimentel; bem como da ouvinte Simone Gellert Hadlich - Departamento Comercial da empresa Foz de Blumenau, como consta na lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da reunião ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados com a apresentação e apreciação da Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior; 2 - Plano de Ações e Metas Procedimento Administrativo nº 010/2011; 3 - Continuação da Discussão da Consulta Pública 001/2012; e 4 - Assuntos gerais. Em ato seguinte, referente à aprovação da ata da reunião anterior, o senhor Anísio Fantini solicitou ao senhor Heinrich Luiz Pasold que procedesse a leitura na íntegra da ata, após a devida leitura a mesma foi colocada em aprovação, sendo ratificada por todos. Acerca do item dois da pauta, a pedido das partes interessadas, quais sejam SAMAE de Blumenau e Foz de Blumenau S.A., transfere-se o referido assunto para inclusão e discussão na pauta da próxima reunião do Comitê de Regulação. No seguimento dos trabalhos e seguindo a Ordem do Dia, o senhor Felipe Ruediger apresentou as respostas da Consulta Pública da Resolução nº 001/2012, onde foram tratados do Artigo 100 ao Artigo 154; da Consulta Pública da Resolução nº 002/2012, onde foram tratados do Artigo 007 ao Artigo 011; da Consulta Pública da Resolução nº 003/2012, onde foram tratados do Artigo 004 ao Artigo 028; e da Consulta Pública da Resolução nº 004/2012, onde foram tratados do Artigo 005 ao Artigo 007; conforme relatório anexo, parte integrante desta ata. Sobre o tema em apreço os interessados se manifestaram pontuando e readequando alguns artigos; após explanação das contribuições e discussão ampla dos conselheiros presentes, alguns artigos irão ser redigidos e outros ainda permanecerão em sua abordagem inicial. Como última tratativa, o Presidente do Comitê de Regulação, o senhor Anísio Fantini, lembrou aos conselheiros da próxima reunião, que irá se realizar no dia vinte e sete de maio, às quatorze horas, sendo a citada data, horário e local confirmado por todos os presentes, ficando ainda para verificação de disponibilidade de local junto à AMMVI. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente do Comitê de Regulação, senhor Anísio Fantini, agradeceu a presença de todos os conselheiros e demais presentes e deu por encerrado os trabalhos desta reunião extraordinária, determinado que eu, Heinrich Luiz Pasold, secretário "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente do Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR e Secretário "ad hoc".

Demonstrativo da Despesa com Pessoal - 1º Quadrimestre

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIOS PÚBLICOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2012 a Abril/2013

RGF – ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Exercício de 2013)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUT A COM PESSOAL (I)	94.655,61	0,00
Pe sso al Ativo	94.655,61	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF) DESPESAS NÃO	0,00	0,00
COM PUT ADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
de período anterior ao da apuração Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da	0,00	0,00
apuração.	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I – II)	94.655,61	0,00
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00



DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (V) = (IIIa + IIIb)	94.655,61	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (VI) = (IVa + IVb)	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (V + VI)		

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
	984,64	1.618,87
	253,52	1.250,43
M unicipio de Apiúna	0,00	1.741,22
M unicipio de Ascurra	7.924,63	52.116,02
M unicipio de Benedito Novo	0,00	753,06
M unicipio de Blumenau M unicipio de Botuverá M unicipio de Brusque	0,00	0,00
M unicipio de Doutor Pedrinho	0,00	607,43
M unicipio de Gaspar	1.485,37	9.768,45
M unicipio de Guabiruba	0,00	3.106,77
M unicipio de Indaial	0,00	9.235,18
M unicipio de Pomerode	711,75	4.680,80
M unicipio de Rio dos Cedros	351,28	1.732,63
M unicipio de Rodeio	1.118,82	1.839,48
M unicipio de T imbó	943,56	6.205,28
Total	13.773,57	94.655,62

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável AGIR, Data de emissão 29/05/2013, Hora de emissão 08h e 07m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.



www.ciga.sc.gov.br

CIGA

Extrato Contrato 159 - Programa - Brunópolis

Extrato de Contrato nº 159/2013

Contrato de Programa - Brunópolis

CONTRATANTE: Município de Brunópolis

CNPJ: 01.613.853/0001-61

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 81/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Brunópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Brunópolis no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Brunópolis, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a

definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 15 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 160 - Rateio - Brunópolis

Extrato de Contrato nº 160/2013

Contrato de Rateio - Brunópolis

CONTRATANTE: Município de Brunópolis

CNPJ: 01.613.853/0001-61

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 82/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Brunópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 81/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 15 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 161 - PGT - Curitibaanos

Extrato de Contrato nº 161/2013

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Curitibaanos

CONTRATANTE: Município de Curitibaanos

CNPJ: 83.754.044/0001-34

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 367/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 24 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Termo de Cooperação Técnica e Financeira Nº 02/2013 - CIGA e AMFRI

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 02/2013
Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA e a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI.

Considerando as atividades exercidas pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a disponibilização dos programas do Diário Oficial, Gestão de Câmaras de Vereadores, Gestão Tributária, Gestão da Assistência Social e Gestão de Obras, todos voltados aos interesses dos municípios associados a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI.

Considerando a existência de objetivos comuns entre a AMFRI e o CIGA, em especial a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação aos municípios catarinenses,

Considerando que a AMFRI possui departamento de projetos de engenharia e arquitetura para os Municípios e o CIGA possui Programa de Gestão de Obras, que permite agilidade na elaboração de projetos e eficiência na gestão da obra,

Considerando que o CIGA dispõe de sistemas integrados a Rede Catarinense de Informações - Rede-CIM e demais serviços oferecidos pela Federação Catarinense de Informações - FECAM,

Considerando que na AMFRI já são consorciados ao CIGA os municípios Camboriú, Ilhota, Navegantes e Porto Belo,

Considerando que a AMFRI e o CIGA buscam soluções mútuas voltadas aos interesses dos municípios para as melhorias da gestão e economicidade de recursos públicos,

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, e a AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ, associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 82.747.460/0001-42, Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 Bairro: São Vicente Itajaí - SC, CEP: 88309-421, neste ato representada por seu Secretário Executivo, o Sr. Célio José Bernardino, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O objeto do presente convênio é a prestação de apoio técnico, logístico e financeiro entre a AMFRI e o CIGA, para aprimoramento técnico da AMFRI na prestação de serviços e elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, e disseminação dos programas do CIGA em sua microrregião.

Cláusula Segunda - Do Apoio Técnico

A fim de auxiliar a AMFRI na prestação de seus serviços aos Municípios, especialmente de engenharia, e com respaldo nos princípios da eficiência e da economicidade, O CIGA disponibilizará Programas e prestará apoio técnico por meio de seus funcionários, para assessorar as atividades da AMFRI.

Cláusula Terceira - Do Apoio Logístico

O CIGA disponibilizará à AMFRI o acesso ao Programa de Gestão de Obras, treinamento e suporte para os trabalhos da própria associação na elaboração dos Projetos de Engenharia, O CIGA manterá para a AMFRI, as atualizações do Programa de Gestão de Obras, incluindo tabelas básicas de referências de obras, para maior agilidade na elaboração e atualização de orçamentos de projetos,

Cláusula Quarta - Da contrapartida

A título de contrapartida financeira, a Amfri repassará mensalmente ao CIGA a importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Cláusula Quinta - Da correção dos valores

O Valor constante na cláusula quarta será corrigido a cada 12 meses através do IGP-M (índice geral de preços do mercado) que é divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, índice geral de preços do mercado da Fundação Getúlio Vargas.

Cláusula Sexta - Das Obrigações

O CIGA obriga-se a prestar os serviços aos municípios consorciados, conforme objetivos constantes no Protocolo de Intenções, A AMFRI obriga-se a fomentar o consorciamento dos municípios ao CIGA e de divulgar os programas oferecidos pelo consórcio aos municípios de sua microrregião.

Cláusula Sétima - Do acompanhamento dos resultados

O CIGA publicará no site www.ciga.sc.gov.br a listagem dos municípios com as respectivas leis de consorciamento ao CIGA e, publicará no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC os extratos de contratos firmados com os municípios da microrregião, Semestralmente a AMFRI e o CIGA irão se reunir a fim de verificar o cumprimento das metas do presente convênio.

Cláusula Oitava - Da Vigência

O presente convênio entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Cláusula Nona - Da Rescisão

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio caso ocorra comprovado inadimplemento de quaisquer das cláusulas, pela superveniência de legislação que o torne impraticável e por mútuo interesse.

Cláusula Décima - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer conflitos resultantes do presente convênio.

Cláusula Décima Primeira - Disposição Final

Por estarem acordadas as partes, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 03 de Junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CÉLIO JOSÉ BERNADINO

Secretário Executivo da AMFRI

CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0006/2013 - Consulta Arroio Trinta

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, durante o período de 28 de maio a 30 de setembro de 2013.

FORNECEDOR:

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTA - Ata nº AT13CINCO819.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.05.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 28 de maio de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CIS/AMMVI**Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE AMMVI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIOS PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2012 a Abril/2013

RGF – ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

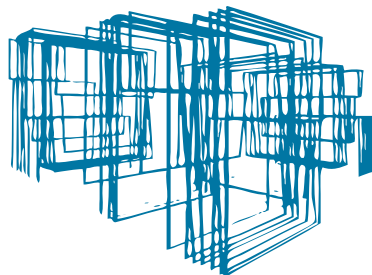
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Exercício de 2013)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.107,22	0,00
Pessoal Ativo	62.107,22	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	62.107,22	0,00
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (V) = (IIIa + IIIb)	62.107,22	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (VI) = (IVa + IVb)	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (V + VI)		

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Município de Apiúna	10.762,33	2.787,20
Município de Ascurra	3.188,72	2.683,88
Município de Benedito Novo	2.410,38	2.705,01
Município de Blumenau	12.501,08	10.521,83
Município de Botuverá	1.270,76	2.139,12
Município de Brusque	8.620,44	7.255,62
Município de Doutor Pedrinho	2.586,16	2.176,69
Município de Gaspar	8.182,48	6.886,98
Município de Guabiruba	3.425,88	2.883,46
Município de Indaial	6.099,18	6.844,71
Município de Pomerode	4.578,04	3.853,23
Município de Rio dos Cedros	2.558,94	2.871,73
Município de Rodeio	2.672,81	2.674,48
Município de Timbó	5.189,01	5.823,28
Total	74.046,21	62.107,22

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 29/05/2013, Hora de emissão 08h e 10m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br